



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO OESTE DO PARÁ
PRÓ REITORIA DE PÓS GRADUAÇÃO E INOVAÇÃO TECNOLÓGICA
PROGRAMA DE PÓS GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS DA SOCIEDADE**

EDILMAR DE SANT'ANA QUARESMA

**ENCONTROS RAÍZES NEGRAS: IDENTIDADE E REPRESENTAÇÃO
QUILOMBOLA NA COMUNIDADE DO PACOVAL – ALENQUER/PA**

SANTARÉM –PARÁ

2022

Dados Internacionais de Catalogação-na-Publicação (CIP)
Sistema Integrado de Bibliotecas – SIBI/UFOPA

- Q1e Quaresma, Edilmar de Sant'Ana
Encontros raízes negras: identidade e representação quilombola na
Comunidade do Pacoval - Alenquer./ Edilmar de Sant'Ana Quaresma. – Santarém,
2022.
170 p. : il.
Inclui bibliografias.
- Orientador: Márcio Júnior Benassuly Barros.
Coorientadora: Glauce Vitor da Silva.
Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal do Oeste do Pará, Pró-reitoria de
Pesquisa, Pós-Graduação e Inovação Tecnológica, Programa de Pós-Graduação em
Ciências da Sociedade.
1. Encontro raízes negras . 2. Baixo Amazonas. 3. Identificação coletiva. I.
Barros, Márcio Júnior Benassuly, *orient.* II. Silva, Glauce Vitor da, *orient.* III.
Título.

CDD: 23 ed. 305.896098115

EDILMAR DE SANT'ANA QUARESMA

**ENCONTROS RAÍZES NEGRAS: IDENTIDADE E REPRESENTAÇÃO
QUILOMBOLA NA COMUNIDADE DO PACOVAL – ALENQUER/PA**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós Graduação em Ciências da Sociedade da Universidade Federal do Oeste do Pará para obtenção do título de mestre.

Orientador: Prof. Dr. Márcio Júnior Benassuly Barros
Coorientadora: Prof.^a Dr^a Glauce Vitor da Silva

SANTARÉM- PARÁ
2022




Universidade Federal do Oeste do Pará
Pró-Reitoria de Pesquisa, Pós-graduação e Inovação Tecnológica
Instituto de Ciências da Sociedade Programa de Pós-Graduação
em Ciências da Sociedade
Mestrado Acadêmico em Ciências da Sociedade




ATA DE DEFESA DE DISSERTAÇÃO

Ao vigésimo sexto dia do mês de agosto do ano de dois mil e vinte e dois, às 09h00min, em sessão pública realizada por videoconferência no endereço <https://meet.google.com/gph-ejbm-xmc> instalou-se a banca examinadora de dissertação de mestrado do aluno **Edilmar de Sant'Ana Quaresma**. A banca examinadora foi composta pelo prof. Dr. Ronei Coelho de Lima (UFMT) examinador externo, prof.ª Dr.ª Glauce Vitor da Silva (UFOPA) examinadora interna, prof. Dr. Abner Vilhena de Carvalho (UFOPA) examinador interno e Márcio Júnior Benassuly Barros (UFOPA) orientador. Deu-se início a abertura dos trabalhos, por parte do Orientador, que após apresentar os membros da banca examinadora e esclarecer a tramitação da defesa, passou de imediato ao mestrando para que iniciasse a apresentação da dissertação, intitulada **Encontros raízes negras: identidade e representação quilombola na comunidade do Pacoval – Alenquer/PA** marcando um tempo de 30 minutos para a apresentação. Concluída a exposição, o Prof.Dr. Márcio Júnior Benassuly Barros, presidente, passou a palavra aos examinadores, para argüirem o candidato. Após as considerações sobre o trabalho em julgamento, foi aprovado o candidato, conforme as normas vigentes na Universidade Federal do Oeste do Pará. A versão final da dissertação deverá ser concluída no prazo de trinta dias, contendo as modificações sugeridas pela banca examinadora e constante na folha de correção anexa, sob pena do candidato não obter o título se não cumprir as exigências acima. Para efeito legal segue a presente ata assinada pelo professor orientador, pelos professores avaliadores e pelo mestrando

Santarém, Pará, 26 de agosto de 2022

Documento assinado digitalmente
 **MARCIO JUNIOR BENASSULY BARROS**
Data: 26/08/2022 16:49:52-0300
Verifique em <https://verificador.iti.br>


Prof. Dr. Márcio Júnior Benassuly Barros (orientador)

Documento assinado digitalmente
 **RONEI COELHO DE LIMA**
Data: 26/08/2022 17:16:14-0300
Verifique em <https://verificador.iti.br>


Prof. Dr. Ronei Coelho de Lima (UFMT)

GLAUCE VITOR DA SILVA:85766860234 Documento assinado digitalmente por
Data: 26/08/2022 16:29:42-0300

Prof.ª Dr.ª Glauce Vitor da Silva (UFOPA)

Documento assinado digitalmente
 **ABNER VILHENA DE CARVALHO**
Data: 26/08/2022 18:47:54-0300
Verifique em <https://verificador.iti.br>

Prof.ª Dr.ª Abner Vilhena de Carvalho (UFOPA)

Documento assinado digitalmente
 **EDILMAR DE SANT ANA QUARESMA**
Data: 29/08/2022 14:13:13-0300
Verifique em <https://verificador.iti.br>

Edilmar de Sant 'Ana Quaresma (Mestrando)

Para Minha mãe e irmãos. Meus pilares.
Ao meu amado pai (*in memoriam*). Meu eu antes.

AGRADECIMENTO

Meus mais sinceros agradecimentos à CAPES que me deu a oportunidade de enveredar pelas estradas da pesquisa.

À Universidade Federal do Oeste do Pará, por ser minha bússola nesse caminho que me fez navegar por mares do ensino, da pesquisa e da extensão e proporcionar um ensino de qualidade dentro de uma Universidade pública incrustada no coração da Amazônia.

Aos meus orientadores, Dr. Márcio Júnior Benassuly Barros e Dr^a Glauce Vitor da Silva, por aceitarem esse grande desafio de me orientarem nessa pesquisa. Isso faz parte do que eu sou, da minha ancestralidade e vocês abraçaram a causa de forma irretocável. Por todas as boas deliberações e considerações majestosas vindas de vocês, sempre em busca de melhorar esta pesquisa, me impulsionando na hora certa e me freando nas horas mais exatas. Vocês foram perfeitos. Sou-lhes grandemente grato.

Às minhas irmãs e irmãos, pela paciência e compreensão no que tange minha ausência de tudo e de todos. Fazia-se necessário sumir um pouco para dar visibilidade à essa parcela da população nacional e, especificamente, para a população quilombola da região do Oeste do Pará. Pretensiosamente sugiro que essa conquista sirva de norte para vocês. Juntos somos muito mais fortes. Como dizia nosso sábio e saudoso pai: “Essa é a hora do plantio árduo... Depois vem a colheita e a hora da bonança”.

Ao meu grande e estimado Diógenes Moraes da Costa, por estar junto em todo esse percurso acadêmico, desde o início. Gratidão meu caro amigo. Você foi imprescindível nessa minha caminhada.

À comunidade do Quilombo do Pacoval, pelo acolhimento e por me fazer sentir em casa e perceber a força da minha ancestralidade. Espero continuar honrando com todo o carinho e recepção sempre disponibilizado a mim, todas as vezes que atravesso o Rio Curuá e aporto nesse território que mexe com minha cabeça e faz meu coração pulsar muito mais forte. Sentimento de pertencimento sempre me toma por completo quando por aí chego.

À minha idolatrada e inspiradora, Prof.^a Idaliana Marinho de Azevedo, um vulcão em erupção de conhecimentos e forças. A senhora me transforma todas as vezes que tenho a possibilidade de estar ao seu lado. Suas palavras, suas histórias, os ricos detalhes de seus relatos me encantam. Gratidão por sempre me receber tão bem e por repassar um pouco de seus conhecimentos a mim. A senhora é fusão perfeita entre minha mãe e meu pai. Emoções sempre.

Aos meus pais por todo o amor e ensinamento dirigidos a mim. Meu pai, essa imersão fiz pensando no senhor. Meu incentivo sempre foi a força de sua cor, do seu cabelo, da sua boca e

nariz, de sua ancestralidade negra. Amor para sempre. E por último, e não menos importante, a todas as Forças Divinas que me acompanham a todo momento, me olham, protegem e me iluminam.

Enfim... Gratidão!

Deus te salve casa santa, aiuê,
Onde Deus fez a morada, aiuê.

Iaiuê, iaiuê,

Onde Deus fez a morada, aiuê.
Aonde mora o Cálix Bento, aiuê,
Mais a Hóstia Consagrada, aiuê.

(Cântico de oferecimento “Deus te Salve”, da
reza durante a cerimônia do Marambiré do
Pacoval. Autor desconhecido)

RESUMO

O presente estudo versa sobre a força crescente do movimento negro no Baixo Amazonas, por intermédio dos Encontros Raízes Negras, tendo como lapso temporal o período de sua primeira à última edição, ocorridas nos anos de 1988 à 2018, portanto trinta anos. Durante estes Encontros delibera-se sobre questões de combate ao racismo, educação, saúde, infraestrutura e meio ambiente. Tais Encontros buscam a inserção de pleitos na agenda *setting* do Governo na tentativa de atingir a implementação de políticas públicas para os territórios quilombolas localizados na região Oeste do Pará, e são reforçados continuamente por processos de identificação coletiva e por lutas para se fazer cumprir direitos quilombolas adquiridos. Objetiva-se, por intermédio desta pesquisa, debater sobre os denominados Encontros Raízes Negras do Baixo Amazonas e documentos a eles relacionados intitulados Cartas Abertas nos quais são deliberadas adversidades enfrentadas pelas comunidades quilombolas dessa porção do território brasileiro. Estes documentos encontravam-se dispersos nos municípios de Alenquer, Belém, Óbidos, Oriximiná e Santarém e há a necessidade de reuni-los em um único estudo para que não sejam esquecidos. O debate destes documentos, no tempo presente, pode servir como paradigma para (re)demandar assuntos ao Governo com o intuito de implementar políticas públicas para estes territórios quilombolas, por intermédio de novas ferramentas jurídicas, políticas, econômica, sociais, culturais e administrativas. Assim sendo, busca-se responder à problemática referente à eficiência das Cartas Abertas na busca por políticas públicas para os territórios quilombolas do Oeste paraense. Após análise destes documentos, constatou-se que os mesmos conseguem, parcialmente, atender as demandas debatidas em plenárias realizadas nestes eventos, tendo como principais políticas a serem atendidas a titulação de terras quilombolas, o racismo estrutural, saúde, educação e meio ambiente. Os Encontros Raízes Negras são, por assim dizer, a mais importante ferramenta utilizada pela população remanescentes de quilombos do Oeste paraense no caminho que leva à implementação de políticas públicas para estas comunidades pois trata-se de eventos nos quais dá-se a reafirmação da ancestralidade de seus participantes, momento utilizado para reforçar laços de auto afirmação e identificação coletiva enquanto povo negro e fortalecimento enquanto atores sociais que buscam fazer cumprir as normativas nacionais específicas que os amparam.

Palavras-chave: Encontro Raízes Negras. Baixo Amazonas. Identificação coletiva. Políticas públicas.

ABSTRACT

The present study deals with the growing strength of the black movement in the Lower Amazon, through the Encontros Raízes Negras, having as a time lapse the period from its first to the last edition, which took place in the years 1988 to 2018, so thirty years. During these Meetings, issues of combating racism, education, health, infrastructure and the environment are discussed. Such Meetings seek to insert claims in the Government's agenda setting in an attempt to achieve the implementation of public policies for the quilombola territories located in the western region of Pará, and are continuously reinforced by processes of collective identification and by struggles to enforce quilombola rights. acquired. The objective of this research is to discuss the so-called Encontros Raízes Negras do Baixo Amazonas and documents related to them entitled Open Letters in which adversities faced by quilombola communities in this portion of the Brazilian territory are deliberated. These documents were dispersed in the municipalities of Alenquer, Belém, Óbidos, Oriximiná and Santarém and there is a need to gather them in a single study so that they are not forgotten. The debate of these documents, in the present time, can serve as a paradigm to (re)demand matters to the Government in order to implement public policies for these quilombola territories, through new legal, political, economic, social, cultural and administrative tools. Therefore, we seek to respond to the problem regarding the efficiency of Open Letters in the search for public policies for the quilombola territories of western Pará. After analyzing these documents, it was found that they can partially meet the demands discussed in plenary sessions held at these events, with the main policies to be met the titling of quilombola lands, structural racism, health, education and the environment. The Encounters Raízes Negras are, so to speak, the most important tool used by the remaining population of quilombos in western Pará on the path that leads to the implementation of public policies for these communities, as they are events in which ancestry is reaffirmed. of its participants, a moment used to reinforce bonds of self-affirmation and collective identification as black people and strengthening as social actors who seek to enforce the specific national regulations that support them.

Keywords: Meeting Raízes Negras. Lower Amazon. Collective identification. Public policy.

LISTA DE E FIGURAS

Figura 01 – Ciclos de políticas públicas -----	55
Figura 02 – Localização dos municípios do Baixo Amazonas e Tapajós (PA)-----	60
Figura 03 – Comunidades quilombolas do Baixo Amazonas -----	74
Figura 04 – Mapa de localização de Alenquer (PA) -----	77
Figura 05 – Vista aérea do Quilombo Pacoval -----	78
Figura 06 – Vista do Quilombo Pacoval, com destaque para o Rio Curuá -----	79
Figura 07 – Travessia do Rio Curuá em frente ao Quilombo Pacoval -----	79
Figura 08 – Cerimônia de titulação do Quilombo do Pacoval -----	80
Figura 09 – Território Quilombola Pacoval -----	81
Figura 10 – Foto da página 01 da Carta Aberta do 5º ERN's -----	93
Figura 11 – Foto da fachada do Museu Integrado de Óbidos, sede da ACOB -----	94
Figura 12 – Foto de buscas às Cartas Abertas. Idaliana Azevedo e o pesquisador no interior da sede da ACOB -----	94
Figura 13 – Cartaz do 1º Encontro Raízes Negras -----	97
Figura 14 – Cartaz do 2º Encontro Raízes Negras -----	100
Figura 15 – Cartaz do 3º Encontro Raízes Negras -----	104
Figura 16 – Cartaz do 4º Encontro Raízes Negras -----	108
Figura 17 – Cartaz do 5º Encontro Raízes Negras -----	111
Figura 18 – Cartaz do 6º Encontro Raízes Negras -----	113
Figura 19 – Cartaz do 7º ERN's -----	116
Figura 20 – Programação do 7º ERN's -----	117
Figura 21 – Cartaz do 8º Encontro Raízes Negras -----	120
Figura 22 – Convite do 8º ERN's -----	121
Figura 23 – Cartaz do 10º Encontro Raízes Negras -----	128
Figura 24 – Cartaz do 11º Encontro Raízes Negra -----	135
Figura 25 – Programação do 11º ERN'-----	136
Figura 26 – Terras quilombos por estado -----	147

LISTAS DE QUADROS

Quadro 01 – Processos antirracistas no Brasil -----	35
Quadro 02 – Definições sobre políticas públicas -----	50
Quadro 03 – Tipologia de política pública -----	52
Quadro 04 – Fases/ciclos de políticas públicas -----	56
Quadro 05 – População residente por cor ou raça x ano dos municípios-Baixo Amazonas	61
Quadro 06 – Número de habitantes, população e densidade demográfica -----	62
Quadro 07 – PIB dos municípios do Baixo Amazonas -----	63
Quadro 08 – Ocupação dos escravizados no Baixo Amazonas – Séc. XIX -----	69
Quadro 09 – Padrão de cor de escravizados em Santarém – Séc. XIX -----	70
Quadro 10 – Distribuição das Associações e Comunidades Quilombolas na Regional do Baixo Amazonas/Pará -----	74
Quadro 11 – Programa de certificação das comunidades quilombola-----	144
Quadro 12 – Processo de regularização fundiária -----	145
Quadro 13 – Processos de Regularização de Territórios Quilombolas por Região -----	146
Quadro 14 – Programa Luz para todos -----	148
Quadro 15 – Programa Tarifa Social de Energia Elétrica -----	149
Quadro 16 – Programa Declaração de Aptidão do PRONAF – DAP -----	150
Quadro 17 – Programa Aquisição de Alimentos – PAA -----	151
Quadro 18 – Programa Nacional de Alimentação Escolar – PNAE -----	153
Quadro 19 – Programa Bolsa Família -----	156

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 01 – Representação gráfica das problemáticas abordadas nos ERN's -----	142
--	-----

LISTAS DE ABREVIACOES E SIGLAS

ACOB	Associação Cultural de bidos
ACONQUIPAL	Associação Comunitária dos Negros do Quilombo Pacoval de Alenquer
ADCT	Atos das Disposições constitucionais Transitórias
ALCOA	Mineradora ALCOA Inc.
ARQMO	Associação das Comunidades Remanescentes de Quilombos do Município de Oriximiná
ARQMOB	Associação das Comunidades Remanescentes de Quilombos do Município de bidos
ASQ	Agenda social Quilombola
BAM-PA	Baixo Amazonas paraense
BASA	Banco da Amazônia S/A
BILLITON	Mineradora BHP BILLITON Inc.
BLM	Black Lives Matter
CADúnico	Cadastro nico
CEDENPA	Centro de Estudos do Negro do Pará
CEFT-BAM	Centro de Estudos, Pesquisas e Formação dos trabalhadores do Baixo-Amazonas
CENTUR	Centro Cultural e Turístico Tancredo Neves
CFB	Constituição Federal do Brasil
CNBB	Confederação Nacional dos Bispos do Brasil
CNUMAD	Conferência das Nações Unidas sobre o meio ambiente e desenvolvimento
CONAQ	Coordenação Nacional de Articulações de Quilombolas
COOP	Cooperativa Mista Agroextrativista do Tapajós
CPT	Comissão Pastoral da Terra
CRAS	Centro de Referência da Assistência Social
DAP	Declaração de Aptidão
DIEESE	Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconmicos
EJA	Ensino de Jovens e Adultos
ENECAP	Encontro Nacional dos Estudantes do Campo de Públicas
ERN's	Encontros Raízes Negras
FCP	Fundação Cultural Palmares

FNB	Frente Negra Brasileira
FNDE	Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação
FOQS	Federação das Organizações Quilombolas de Santarém
FORMAZ	Formação Socioeconômica da Amazônia
GTA	Grupo de Trabalhos da Amazônia
IBAMA	Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis
IBDF	Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
INCRA	Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
IPEA	Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada
ITERPA	Instituto de Terras do Pará
GEPESA	Grupo de Estudos, Pesquisa e Extensão Socioeconômica da Amazônia
MAPA	Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento
MDS	Ministério do Desenvolvimento Social
MERCOSUL	Mercado Comum do Sul
MPE	Ministério Público do Estado
MPF	Ministério Público Federal
MRN	Mineração Rio do Norte
MNDH	Movimento Nacional de Direitos Humanos
MNU	Movimento Negro Unificado
MNUCDR	Movimento Negro Unificado Contra a Discriminação Racial
NRz\$	Cruzado Novo
OIT	Organização Internacional do Trabalho
ONG	Organização Não Governamental
PAA	Programa de Aquisição de Alimentos
PAC	Programa de Aceleração do Crescimento
PBQ	Programa Brasil Quilombola
PNAQ	Programa Nacional de Qualificação
PNH	Política Nacional de Humanização
PNPCT	Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais
PRONAF	Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar
RIMA	Relatório de Impacto Ambiental

SECULT	Secretaria de Cultura do Estado do Pará
SEMED	Secretaria Municipal de Educação
SEI	Sistema Eletrônico de Informações
SEMMA	Secretaria Municipal de Meio Ambiente
SUS	Sistema Único de Saúde
TEN	Teatro Experimental Negro
UFOPA	Universidade Federal do Oeste do Pará
UFPA	Universidade Federal do Pará
UHC	União dos Homens Negros

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO -----	17
CAPÍTULO 1 – PRIMEIROS MOVIMENTOS CONCEITUAIS DAS CATEGORIAS DE ANÁLISES: RACISMO ESTRUTURAL, IDENTIFICAÇÃO COLETIVA E POLÍTICAS PÚBLICAS -----	29
1.1 Contextualização histórica do racismo estrutural no Brasil -----	30
1.2 O movimento quilombola e a busca de seu território por meio de identificação coletiva -----	39
1.3 As abordagens teórico-metodológicas a respeito de políticas públicas e suas convergências e divergências -----	49
CAPÍTULO 2 - LUTA IDENTIFICAÇÃO COLETIVA E PERTENCIMENTO: AS RAÍZES NEGRAS NO BAIXO AMAZONAS -----	59
2.1 Contextualização do Baixo Amazonas e introdução dos escravizados africanos nessa porção do Brasil -----	59
2.2 A historiografia da formação de quilombos no Baixo Amazonas -----	71
CAPÍTULO 3 - OS ENCONTROS RAÍZES NEGRAS DO BAIXO AMAZONAS E SUAS CARTAS ABERTAS: RESSIGNIFICAÇÃO, RESISTÊNCIA E PERTENCIMENTO COLETIVO EM ALENQUER (PA) -----	76
3.1 Quilombo do Pacoval em Alenquer-Pará: formação histórica, população a reconstrução de elos ancestrais -----	76
3.2 Os Encontros Raízes Negras em Alenquer: histórias, encontros e Cartas Abertas -----	85
3.2.1 Percursos históricos construtivos dos Encontros Raízes Negras -----	86
3.2.2 A consolidação dos Encontros Raízes Negras: (re)encontros ancestrais -----	89
3.2.3 As Cartas Abertas: documentos deliberativos em busca de políticas públicas -----	93
3.2.3.1 – 1º Encontro Raízes Negras -----	95
3.2.3.2 – 2º Encontro Raízes Negras -----	100
3.2.3.3 – 3º Encontro Raízes Negras -----	103
3.2.3.4 – 4º Encontro Raízes Negras -----	107
3.2.3.5 – 5º Encontro Raízes Negras -----	110
3.2.3.6 – 6º Encontro Raízes Negras -----	112
3.2.3.7 – 7º Encontro Raízes Negras -----	115
3.2.3.8 – 8º Encontro Raízes Negras -----	119
3.2.3.9 – 9º Encontro Raízes Negras -----	123
3.2.3.10 – 10º Encontro Raízes Negras -----	126
3.2.3.11 – 11º Encontro Raízes Negras -----	134
3.3 Políticas públicas para o território quilombola do Pacoval em Alenquer: síntese, análise e apontamentos sobre as Cartas Abertas -----	139
CONSIDERAÇÕES FINAIS -----	158
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS -----	162

INTRODUÇÃO

Maria Aparecida da Silva Abreu, ex-presidente da Fundação Cultural Palmares (FCP), durante palestra sobre Interseccionalidade ocorrida no XVIII Encontro Nacional dos Estudantes do Campo de Públicas do Distrito Federal (ENECAP), em Brasília, em setembro de 2019, menciona que o movimento negro brasileiro vem, a passos curtos e tortuosos, ganhando terreno, visibilidade e importância desde que, por meio da Lei Áurea (1888), aproximadamente 700 mil escravizados foram alforriados e não foram incluídos nas políticas públicas pós abolição. Foram deixados fora do contexto político, social, democrático, civil e econômico, lançados à própria sorte no território brasileiro. Este estudo versa sobre a busca por visibilidade de direitos adquiridos aos remanescentes de quilombos e de ferramentas balizadas na identificação coletiva para alcançar tais prerrogativas.

Conforme estudos de Moura (1993), Almeida (2002) e Souza (2008), foram muitas as batalhas travadas por essa parcela da sociedade brasileira, as quais perpassaram desde a formação de quilombamentos até mostrarem-se fortes e compactos em dias atuais, ressignificando a potência da coletividade do movimento negro. O percurso do movimento negro vem enfrentando muitas dificuldades por tratar-se de um processo decolonial¹, e galga, crescente e resistente, em busca de visibilidade e direitos adquiridos.

O recorte espacial deste estudo é a Comunidade do Quilombo do Pacoval, município de Alenquer (PA), na região norte do Brasil, localizada na mesorregião do Baixo Amazonas, distante 701 km de Belém, capital do estado do Pará, na margem esquerda do Rio Amazonas, fazendo fronteira com os municípios de Óbidos (oeste), Monte Alegre (leste), Almeirim (norte) e Santarém (sul). Em capítulo específico será explanado sobre a Comunidade do Quilombo.

Segundo Azevedo (2002, p. 4), “a cidade de Alenquer tem seus fundamentos na missão que os frades franciscanos, conhecidos por “Capuchos da Piedade” estabeleceram entre os índios Barés (ou Abarés), onde hoje se localiza a Vila Curuá”. Os Capuchos da Piedade chegaram à Amazônia no ano de 1693 e tiveram como campo de trabalho o norte dos rios Amazonas, Xingu e Trombetas (QUEIROZ, 2014; REZENDE, 2006).

O objetivo principal dessa Ordem era a instalação de uma missão religiosa e a conversão dos indígenas ao catolicismo. O local escolhido pelos Capuchos foi considerado inadequado principalmente durante o período mais seco, “dificultando o deslocamento, a

¹ Decolonialidade aqui entendida como a “prática de oposição e intervenção que surgiu no momento em que o primeiro sujeito colonial do sistema moderno/colonial reagiu contra os desígnios imperiais que se iniciou em 1492 (BERNARDINO-COSTA; GROSFUGUEL, 2016, p. 17)

grande presença de insetos e a carência de alimentos” (QUEIROZ, 2014, p. 17). Por esse motivo, os missionários mudaram-se para um local mais farto e de melhor acesso, localizado à margem direita do Rio Surubiu, no qual fundaram a Aldeia Surubiú, oferecendo-a a Santo Antônio de Lisboa, recebendo o nome de Santo Antônio dos Surubiús. (AZEVEDO, 2002; QUEIROZ, 2014).

No ano de 1759, durante viagem de subida do rio Amazonas ao rio Negro, o governador do Pará, Francisco Xavier de Mendonça Furtado, irmão do Marquês de Pombal, elevou algumas missões à categoria de vila, baseado na Carta Régia de 5 de junho de 1755, que lhe dava tais poderes (AZEVEDO, 2002). Desta forma a antiga aldeia de Santo Antônio dos Surubiús passa a ser denominada de Vila de Alenquer e em 10 de junho de 1881 foi elevada à categoria de cidade.

Após realizada uma breve historiografia de formação do município de Alenquer, local onde está localizado o território quilombola alvo dessa pesquisa, aprofunda-se mais detidamente nessa comunidade formada por remanescentes de quilombos.

A pesquisa será realizada, especificamente, na Comunidade do Quilombo do Pacoval, localizada na margem direita do rio Curuá, no qual vivem atualmente 480 famílias e aproximadamente 1.800 remanescentes quilombolas, sendo o quilombo com maior população na região Oeste do Pará, segundo informações obtidas por meio do Sr. Edilton Vilhena, presidente da ACONQUIPAL (Associação Comunitária dos Negros do Quilombo Pacoval de Alenquer).

Para chegar ao Quilombo do Pacoval, a partir do município de Santarém, deve-se realizar um deslocamento até o município de Alenquer, tendo como meios de transporte um barco ou lancha (quatro horas e duas horas, respectivamente) ou transporte particular por meio de estrada e balsa (tempo aproximado de seis horas).

Partindo do município de Alenquer para o Quilombo do Pacoval, o trajeto é realizado por intermédio de ônibus ou transporte particular, em estrada de terra (não pavimentada) e uma travessia do rio Curuá por meio de uma pequena balsa (somente pedestres), em uma viagem que, a depender da infraestrutura da estrada e dos ramais, demora uma média de quatro horas.

Para além das dificuldades de deslocamento até o campo de pesquisa, conforme acima mencionados, a pandemia do novo Corona Virus-19 pela qual todos os países do mundo vem enfrentando desde o mês de fevereiro de 2020, acabam por se tornar mais um obstáculo para que as visitas em campo sejam feitas de forma satisfatória com o intuito de esgotar quaisquer dúvidas, pontos de vistas e perspectivas possam ser constatadas e comparadas com a literatura existente sobre o referido assunto.

Durante graduação em Gestão Pública e Desenvolvimento Regional, cursado na Universidade Federal do Oeste do Pará no período de 2016 – 2019, o pesquisador abordou a temática “Encontros Raízes Negras: da identificação coletiva à busca por políticas públicas” no qual fez-se uma abordagem introdutória referente a importância dos ERN’s para a comunidade quilombola do Oeste paraense. Por intermédio desse estudo, busca-se dar continuidade ao tema abordado, dando ênfase à Comunidade do Quilombo Pacoval no município de Alenquer (PA).

Para tanto, alguns pontos do que foi anteriormente pesquisado faz-se necessário ser lembrado nesse novo estudo, como por exemplo, o resultado obtido de seis visitas de campo realizadas para coletar dados no decorrer de meados do ano de 2018 a início de 2020, sobre o Quilombo do Pacoval, os ERN’s e as Cartas Abertas.

Tais visitas foram realizadas tanto nos municípios de Alenquer (Pacoval) e Óbidos (por meio de entrevistas com umas das idealizadoras dos ERN’s, prof.^a Idaliana Marinho de Azevedo, visita ao acervo da Associação Cultural de Óbidos – ACOB e acervo pessoal da referida educadora), quanto no Quilombo Benfica, durante os festejos e debates em alusão ao Dia da Consciência Negra, em 2019, o que pode-se considerar de grande valia para dar encaminhamentos para muitas fases dessa pesquisa.

Para além das visitas em campo, esta pesquisa esteve sempre muito próxima ao Quilombo do Pacoval, por meio de interações entre pesquisador e pesquisados, quer seja por intermédio de mídias sociais de comunicação, grupos de conversas, contatos frequentes quando comunitários necessitavam de algum apoio logístico, médico, administrativo ou pessoal no município de Santarém. Pretende-se evidenciar que os contatos entre pesquisador e pesquisados não se restringiu à visita em campo.

A comunidade quilombola Pacoval professa e pratica a fé cristã, em sua grande maioria, e práticas ou presença de religiões de matriz africana não são observadas, o que não pode ser uma indicação de sua inexistência. Tem como maior manifestação religiosa a dança do Marambiré, com características de congado, considerada um patrimônio cultural e de resistências social e política para aquele território (LEÃO *et al.* 2018). Segundo Azevedo (2002, p. 54), a dança do Marambiré é um ritual de raiz afro-amazônica negra, considerado “[...] sagrado, dinâmico, alegre, sedutor e cheio de evoluções”.

Segundo Funes (2000), ao discorrer sobre a origem da palavra *Marambiré*, relata que trata-se da sonoridade MARAMBA e AIWÉ. Funes realizou pesquisas em registros *pós mortis* de alguns comunitários e constatou que sua grande maioria originam-se da região Congo-angolana e por meio de cruzamentos de palavras do dicionário da cultura bantofônica, chegou a um significado que está associado às palavras companheiros e festa, respectivamente.

A dança do Marambiré não será aprofundada nesse estudo pois não faz parte do escopo da pesquisa, porém, os seguintes estudos abordam muito bem o tema, tais como o trabalho de conclusão do curso de Biblioteconomia de Teixeira (1987), o documentário de Paes, (2017), o capítulo 09 do livro Sociedade e Cultura-2 de Leão *et. al.* (2020) e o trabalho de conclusão do curso de Gestão Pública e Desenvolvimento Regional de Oliveira (2021). Essa dissertação discorrerá, dessa forma, sobre os mencionados Encontros.

Os ERN's têm grande e relevante importância para as comunidades quilombolas dos municípios do Baixo Amazonas, visto que trata-se de uma arena social com problemas comuns no que diz respeito ao racismo, meio ambiente, infraestrutura, economia, cultura e religiosidade. A cada dois anos, desde 1988 até 2018, durante três dias, uma comunidade quilombola dos municípios de Alenquer, Óbidos, Oriximiná e Santarém foi escolhida para sediar o Encontro.

Trata-se de um acontecimento ímpar para os remanescentes quilombolas, momento por meio do qual vários atores sociais debatem sobre seus óbices e ao final do terceiro e derradeiro dia da reunião, durante a plenária final, é redigido um documento denominado Carta Aberta do Encontro por intermédio do qual são expostas questões importantes e possíveis caminhos para sua resolução.

As Cartas Abertas seriam, então, um documento que serve como norte para a busca pela implementação de políticas públicas que possam impactar positivamente estas comunidades quilombolas, tais como: combate ao racismo e discriminação, melhorias de infraestrutura de estradas e ramais que dão acesso a estas comunidades, melhor atenção à saúde dos comunitários, ações que possam melhorar a educação dentro dos quilombos, respeito aos territórios quilombolas no que diz respeito ao meio ambiente e problemas agrários, dentre tantos outros que buscar-se-á explicar mais adiante.

Para maior entendimento sobre o texto e o contexto referente à escolha do tema desta dissertação, pela Universidade Federal do Oeste do Pará, pelos orientadores e pela banca que avaliará esta pesquisa, faz-se necessário discorrer sobre um juízo de valor, relevâncias e motivações sociais, acadêmicas e pessoais que impulsionaram esta pesquisa para a seara que será apresentada, assim como a compreensão das bases epistemológicas e metodologias que serão utilizadas em busca de se alcançar os objetivos propostos.

A dissertação que ora se apresenta busca discorrer sobre a importância da resignificação identitária das comunidades formadas por remanescentes quilombolas da região do Oeste do estado do Pará, com maior ênfase para a Comunidade do Quilombo do Pacoval, localizado no município de Alenquer (PA), por intermédio dos ERN's e dos documentos denominados Cartas Abertas.

O recorte temporal a ser utilizado neste estudo é da primeira edição destes Encontros, que ocorreu no ano de 1988 até sua última edição, em 2018, totalizando trinta anos de pesquisa sobre os ERN's.

Tais Encontros (usados aqui como nome próprio pois assim são denominados, nominados e referidos pelas comunidades quilombolas do Baixo Amazonas), como pretende-se demonstrar no decorrer deste estudo, tem como principais escopos a discussão referente a racismo estrutural e implementação de políticas públicas para dentro das comunidades quilombolas dessa região brasileira.

As comunidades quilombolas do Oeste paraense reconhecem este momento e espaço como lugar de restabelecimento de elos ancestrais, ressignificação e fortalecimento da identificação coletiva e pertencimento racial enquanto população formada por remanescentes de escravizados africanos dos territórios onde estão inseridos.

Por essa motivação, julga-se que o tema **Encontros Raízes Negras: identidade e representação quilombola na comunidade do Pacoval - Alenquer/PA** tem forte relevância social pois entende-se que os sentimentos individuais e coletivos são reforçados e ressignificado através destes Encontros e podem ser uma importante ferramenta para reivindicação de políticas públicas para as comunidades quilombolas.

No contexto social, espera-se que o conteúdo desta dissertação possa servir como uma fonte de pesquisa sobre os debates ocorridos nas onze edições dos ERN's, nos trinta anos de realização desses eventos, desde que deu-se sua primeira edição, em junho de 1988, no Quilombo do Pacoval, município de Alenquer (PA).

Academicamente as razões para discorrer sobre o tema dizem respeito, num primeiro momento, ao fato da tentativa de tornar esse estudo como um norte para tratativas referente à presença de escravizados africanos e a formação de territórios quilombolas no Oeste do estado do Pará, fato este que muitas pessoas de outras regiões do país desconhecem em parte ou completamente.

Num segundo momento, trata-se da continuidade dos estudos realizados como trabalho de conclusão do curso de Gestão Pública e Desenvolvimento Regional, realizado na Universidade Federal do Oeste do Pará (UFOPA), denominado **Encontro Raízes Negras: da identificação coletiva às lutas por políticas públicas**, defendido em dezembro do ano de 2019.

Junta-se a estes fatos a necessidade de coletar dados e informações a serem utilizados pelo Grupo de Estudos, Pesquisa e Extensão Socioeconômica da Amazônia (GEPESA) e Grupo de Formação Socioeconômica da Amazônia (FORMAZ) no qual o pesquisador está inserido. Entende-se que se trata de um retorno para a sociedade do Oeste paraense, dos conhecimentos

obtidos e pesquisados por intermédio da UFOPA, tendo como intencionalidade a utilização do conteúdo deste estudo para dar maior impulso para as comunidades quilombolas locais no que diz respeito a rebuscar debates realizados nos ERN's desde sua primeira edição.

A motivação pessoal que deu impulso a esta pesquisa diz respeito à busca ancestral do próprio pesquisador que tem sua árvore genealógica sua avó paterna, Amélia Quaresma Pires e seu bisavô paterno, Raimundo Santana, cidadãos ximangos, ambos negros, sendo que Raimundo Santana praticava o comércio de regatagem/escambo com o Quilombo do Pacoval, por volta de 1870 e, possivelmente, era filho daquele quilombo, já que conforme estudos de Azevedo (2002) a entrada de estranhos no território do quilombo do Pacoval não era visto com bons olhos.

O problema que se pretende responder por meio deste estudo, diz respeito à eficiência dos ERN's como mecanismo para se atingir a implementação de políticas públicas para comunidades quilombolas, especificamente para a comunidade do Pacoval, localizada no município de Alenquer/PA.

Tem como objetivo geral analisar as Cartas Abertas dos Encontros Raízes Negras escritas no período compreendido entre os anos de 1988 à 2018 no que diz respeito às estratégias do Estado para implementação de políticas públicas na Comunidade do Quilombo do Pacoval, município de Alenquer (PA).

Para atingir este objetivo, tem-se como objetivos específicos:

- Discorrer sobre racismo estrutural, identificação coletiva quilombola e construção da definição sobre políticas públicas enquanto categorias de análise, para que se possa compreender a força do movimento quilombola nacional frente à forma como o Estado brasileiro trata as normativas específicas pensadas para essa parcela da população;
- Contextualizar a microrregião do Baixo Amazonas e a historiografia de formação de quilombos nessa porção do Brasil, dando maior ênfase para a formação do Quilombo do Pacoval localizado no município de Alenquer (PA), berço dos ERN's, já que faz-se necessário apresentar o contexto local e histórico onde a pesquisa está inserida;
- Apresentar e analisar os ERN's e suas Cartas Abertas (1988 - 2018), enquanto ferramenta de debate em prol da implementação de políticas públicas para o território do Quilombo do Pacoval;

Para que este estudo atinja seu objetivo, a metodologia utilizada perpassa pela necessidade de um amplo levantamento bibliográfico sobre as questões abordadas, e para tanto serão utilizadas fontes primárias, teses, dissertações e artigos sobre a questão relacionadas às categorias de análise: racismo estrutural, políticas públicas e a formação de quilombos na porção

Oeste do estado do Pará, contextualizando a historiografia da formação de quilombos na região do Baixo Amazonas e a busca destes territórios pela implementação de políticas públicas.

Um amplo levantamento documental faz-se necessário para esta pesquisa, sendo que, desde o ano de 2018, por intermédio da disciplina Formação Socioeconômica da Amazônia, do curso de Gestão Pública e Desenvolvimento Regional da Universidade Federal do Oeste do Pará, dados começaram a ser coletados sobre os referidos Encontros Raízes Negras e suas Cartas Abertas, visto que, até aquele momento, tais dados estavam dispersos em vários municípios e entidades públicas ou privadas e foram reunidas em um só estudo.

Tais documentos foram coletados em locais como o Museu do município de Óbidos e na Associação Cultural de Óbidos (ACOB), além de arquivo pessoal da pesquisadora desta mesma cidade, Idaliana Marinho de Azevedo. Outros documentos foram coletados na ACONQUIPAL, na Associação dos Remanescentes Quilombolas do Município de Oriximiná (ARQMO), na Associação dos Remanescentes Quilombolas do Município de Óbidos (ARQMOB) e na Federação das Organizações Quilombolas de Santarém (FOQS).

Trata-se, desta forma, de uma pesquisa de natureza aplicada com abordagem qualitativa e quantitativa, sendo que, segundo Silva (2004, p. 14) tais pesquisas “[...] objetivam gerar conhecimentos para aplicação prática dirigida à solução de problemas específicos, envolve verdades e interesses locais”, que nesse caso se refere especificamente aos Encontros Raízes Negras – ERN’s e a busca pela implementação de políticas públicas para o território quilombola do *locus* de nosso estudo: o Quilombo Pacoval em Alenquer-Pará.

Essa abordagem é aquela que “[...]considera que há uma relação dinâmica entre o mundo real e o sujeito, isto é, um vínculo indissociável entre o mundo objetivo e a subjetividade do sujeito que não pode ser traduzido em números” (SILVA, 2004, p.14). O caráter quantitativo se refere a dados sobre o número de escravizados trazidos para essa região e dados atualizados referentes à região do Baixo Amazonas.

Trata-se, desta forma, de uma pesquisa do tipo ação-participativa, visto que o objetivo da pesquisa é a transformação social do Quilombo do Pacoval mediante a movimentação de toda a comunidade. Pela força da identificação coletiva e do processo de resgate das Cartas Abertas dos ERN’s pretende-se pleitear a implementação das políticas públicas deliberadas em plenária dos mencionados Encontros para aquela comunidade, o que acaba por envolver todos os atores sociais do Quilombo Pacoval, utilizando a coletividade como força motriz para atingir tal objetivo.

Este movimento acaba por não deixar margem para o pesquisador não estar totalmente inserido nas problemáticas que se busca solucionar, tornando-o um militante da causa em debate,

integrado com o que se pesquisa, acabando por registrar variados elementos, o que favorece a análise destes dados e a emissão de considerações sobre os mesmos. Essa militância acaba por criar vínculos fortes de compromisso com o objeto de estudo por intervenção dos quais busca-se atingir o desenvolvimento em esferas diversas daquela comunidade.

Apesar de realizar levantamentos bibliográficos, documentais e de conversas informais para coletar dados sobre fatos que ocorreram a partir de trinta e quatro anos atrás, não trata-se de um tipo de pesquisa de história oral. As pesquisas de histórias orais servem, principalmente, para complementar dados documentais, preenchendo lacunas que possam se apresentar durante a coleta de dados.

No entanto, uma pesquisa com coleta de dados baseados na história oral acaba por tornar-se um problema se as informações não forem complementadas com outras fontes adicionais de dados. Para fazer parte do seu *corpus* há a necessidade de maior ação participativa por parte do pesquisador. Sem mencionar que uma pesquisa do tipo história oral acaba por sofrer críticas diversas sobre as verdades coletadas e consideradas unas, uma vez que confiar somente na memória de poucas pessoas acaba por colocar toda a pesquisa em risco.

Há a necessidade de complementar dados e o pesquisador pode estar inserido e alinhado totalmente com seu objeto de pesquisa, de forma participativa e em ação constante para que o objetivo do estudo seja atingido em sua mais ampla totalidade.

O estudo adotou uma metodologia de formação de grupo de discussões que tratou sobre a implementação de políticas públicas dentro do Quilombo Pacoval, tendo como principais atores as grandes lideranças daquele quilombo, e ponderações de estudiosos sobre os ERN's em Óbidos, de forma online e presenciais (quando estes estavam em alguma reunião na cidade de Santarém).

Como mencionado acima, elos entre pesquisados e pesquisador foram criados e o contato constante entre ambos foram constantes. Esse contato ora presencial ora virtual/digital, acabou sendo utilizado como metodologia para coletar dados que puderam ser utilizados perfeita e completamente dentro deste estudo.

O método utilizado para este estudo foi o da perspectiva dialética histórica que, na concepção de Creswell e Clark (2013) diz respeito a:

Essa perspectiva dialética (Greene e Caracelli, 1997) reconhece que diferentes paradigmas dão origem a ideias contraditórias e argumentos contestados – aspectos da pesquisa que devem ser honrados, mas não podem ser conciliados. Essas contradições, tensões e oposições refletem diferentes maneiras de conhecer e valorizar o mundo social. Essa postura enfatiza o uso de múltiplas visões do mundo durante o estudo, em vez de o uso de uma única visão de mundo, como o paradigma. (CRESWELL; CLARK, p. 54, 2013)

Tais ideias contraditórias e contestação de argumentos são exatamente o que ocorre em todas as plenárias dos ERN's. Daí a utilização desse método no desenvolvimento desta pesquisa.

Ao deliberar sobre o método de pesquisa denominado dialético histórico, Triviños (1987) menciona que:

O materialismo histórico é ciência filosófica do marxismo que estuda as leis sociológicas que caracterizam a vida da sociedade, de sua evolução histórica e da prática social dos homens, no desenvolvimento da humanidade. O materialismo histórico ressalta a força das ideias, capaz de introduzir mudanças nas bases econômicas que as originou. (TRIVIÑOS, 1987, p. 51)

A concepção referente ao materialismo histórico dialético que Triviños carrega nesse conceito, caracteriza a utilização desse método como o mais acertado para discutir a construção histórica dos ERN's e da forma como a dialética é utilizada durante tais eventos, em busca de atingir o bem comum das comunidades quilombolas do Oeste do estado do Pará.

Assim, os dados foram coletados, debatidos, sintetizados, analisados e comparados com o que preceitua o Programa Brasil Quilombola de 2003 com posterior conclusão e apontamentos sobre a eficiência dos debates realizados em plenária dos ERN's e dos documentos redigidos ao final de cada Encontro para averiguar se tais Encontros estão atingindo os objetivos a que se propõe, no que diz respeito à implementação de políticas públicas para o território do Quilombo Pacoval de Alenquer (PA).

O método adotado para tratar os dados deste estudo estão embasados na análise de conteúdo. Sobre a análise de dados, André e Lüdke (1986) deliberam que:

Analisar os dados qualitativos significa trabalhar todo o material obtido durante a pesquisa ou seja, os relatos das observações, as transcrições de entrevistas, as análises documentais e as demais informações disponíveis. A análise está presente em vários estágios da investigação tornando-se mais sistemática e mais formal após o encerramento da coleta de dados (ANDRÉ e LUDKE, 1986 p. 45-46)

Para tanto, após a coleta de dados, utilizando a análise de conteúdo conforme os preceitos de André e Ludke (1986). Ainda sobre este tema, Bardin (2002) dispõe que:

Análise de conteúdo é o conjunto de técnicas de análise das comunicações visando obter, por procedimentos sistemáticos e objetivos de descrição do conteúdo das mensagens, indicadores quantitativos ou não que permitam a inferência de conhecimentos relativo às condições de produção/recepção dessas mensagens. (BARDIN, 2002, p. 31-32)

Ainda segundo Bardin (2002), existem inúmeras tipologias de registro que podem ser utilizadas para a realização da análise de conteúdo, como o objeto ou referente, o tema, a palavra e o documento. Para este estudo, em específico, a análise de conteúdo será em cima das Cartas Abertas e demais documentos produzidos durante os ERN's no lapso temporal de 1988 a 2018.

Expostos as metodologias e método que foram desenvolvidos neste estudo e para dar suporte ao que será debatido no decorrer dessa pesquisa, há a necessidade de se realizar uma contextualização referente às categorias de análises que dizem respeito ao racismo estrutural, a identificação coletiva quilombola e a políticas públicas.

A compreensão destas categorias tendem a fortalecer o debate e o entendimento do que busca-se expor nesta dissertação. No capítulo seguinte será abordado, desta forma, as supracitadas categorias de análise que comporão o bojo dessa pesquisa.

Para iniciar este estudo, será realizada uma contextualização sobre o cotidiano da comunidade negra nacional e de como os membros dessa raça são vistos e tratados no Brasil. Serão abordadas as formas de como o racismo estrutural se encrusta e perpetua no Brasil, de forma velada ou explícita, conforme dados que serão apresentados no decorrer deste trabalho.

Nesse contexto, grande importância tem a concepção referente ao mito da democracia racial que é defendida desde quando o Brasil passa do regime imperial ao republicano, o qual defende a hipótese de que não existe o racismo em território brasileiro e sim uma maior ou menor competência para adquirir poder social (GONÇALVES, 2017).

Existe na literatura brasileira várias obras que difundem e reforçam o protagonismo igualitário entre brancos e negros, como na obra *Dentro da Noite* (1915) de Cassiano Ricardo, *Juca Mulato* (1917) de Menotti Del Picchia e *Casa Grande e Senzala* (1933) de Gilberto Freyre.²

Posteriormente serão expostas as diversas batalhas travadas pela comunidade negra do presente, especificamente a formada por remanescentes de quilombos, para terem direitos adquiridos praticados na mais abrangente totalidade, direitos estes garantidos mediante leis nacionais específicas para esses atores sociais.

O direito adquirido do qual pretende-se dar maior profundidade diz respeito ao território usado pelos quilombolas, pois julga-se que este é o principal pleito debatido pelas comunidades. Trata-se, portanto, do reconhecimento de um território historicamente usado como *locus* de prática da ancestralidade africana e no qual dão-se todas as trocas e manutenção da história dos antepassados escravizados dessa parcela da população nacional.

Território aqui debatido em uma concepção miltoniana de território usado, local onde dão-se todas as emoções e afeições, em que há trocas culturais, espirituais, econômicas, sociais e históricas entre seus ocupantes.

² Para saber mais sobre as obras de Cassiano Ricardo e Menotti Del Picchia, ler a tese de doutoramento de Maria José Campos (2007), denominada *Versões modernistas do mito da democracia racial em movimento: estudos sobre as trajetórias e as obras de Menotti Del Picchia e Cassiano Ricardo até 1945*.

Por ser o maior bem pleiteado pelas comunidades quilombolas, o território é o local para o qual busca-se a implementação de políticas públicas. Mas referir-se a políticas públicas requer uma ampla contextualização da construção conceitual sobre território e territorialidade, que serão debatidos como categorias complementares à identificação coletiva que será debatida neste estudo.

Para tanto, foi realizada uma abordagem teórica-metodológica referente as várias concepções da categoria políticas públicas e de como as arenas sociais são palcos de debates e embates para que ações e projetos possam ser implementados nestes territórios quilombolas. Grande força tem estes movimentos negros, enquanto atores sociais na busca pela implementação dessas políticas, mostrando que a identificação coletiva e sentimento de pertencimento possuem, cada vez mais, força e voz no que diz respeito à busca por políticas públicas que possam impactar positivamente seus territórios.

O sentimento de pertencimento a um território diz respeito à sensação de pertencer a um grupo que ocupa um local específico, sendo este o local de nascimento da pessoa ou não, segundo Little (2002), onde o próprio espaço se reflete na pessoa provocando a sensação de pertença àquele território. O antropólogo D'Adesky (2001, p. 122) define o pertencimento como sendo “[...] realmente necessário que a ideia de espaço penetre e se organize no indivíduo, que apareça em seu pensamento, que se exprima em seu comportamento cotidiano e influencie sua identidade”.

Dessa maneira, quando ouve-se dos comunitários frases como “nasci aqui e aqui quero morrer e ser enterrado”, ou “viver aqui não tem preço”, estamos falando nesse sentimento de pertencimento, dessa ligação simbólica e cosmológica representada através de uma linguagem invisível com o território ao qual faz parte e de uma afetividade a um certo espaço (QUARESMA, 2019).

Tal sentimento de pertencimento pode-se constatar nos territórios tradicionais e, portanto, sendo necessária a implantação de políticas públicas diferenciadas para estes espaços. Para tanto, faz-se necessário explanar sobre as principais políticas públicas adotadas pelo governo brasileiro e que estão diretamente direcionadas para as comunidades quilombolas. Tais políticas estão normatizadas em ações, estatutos, políticas afirmativas, agendas e programas que serão debatidos neste estudo.

A presente dissertação está dividida em três capítulos e conclusão, além das linhas introdutórias e referências bibliográficas e abordarão os seguintes contextos:

- Primeiros movimentos conceituais das categorias de análises: racismo estrutural, identificação coletiva e políticas públicas. Nesse capítulo serão explanados dados referentes ao racismo estrutural no Brasil, sobre as diversas batalhas do movimento negro, das várias ressignificações do termo quilombo desde o período colonial até a Constituição Federal de 1988,

e da força pautada na identificação coletiva e sentimento de pertença à raça negra, além das diversas conceituações da categoria políticas públicas;

- Luta identificação coletiva e pertencimento: as raízes negras no Baixo Amazonas
Aqui será realizada uma contextualização da região do Baixo Amazonas para que haja uma imersão na atmosfera que favoreceu a chegada de mão de obra escravizada negra com o intuito de auxiliar em tarefas diversas praticadas anteriormente e exclusivamente por escravizados vermelhos (indígenas).

- Os Encontros Raízes Negras do Baixo Amazonas e suas Cartas Abertas: ressignificação, resistência e pertencimento coletivo em Alenquer (PA). Este capítulo será tratado sobre a formação do Quilombo Pacoval e de como projetos sociais que tiveram origem no município de Óbidos deram início aos Encontros Raízes Negras. É nesse capítulo que serão apresentadas as Cartas Abertas dos ERN's, seus projetos básicos, cartazes, datas e locais onde ocorreram, uma breve análise destas Cartas e sua relação com o que mais importante estava ocorrendo, nacionalmente, em cada ano que tais Encontros ocorreram.

- Considerações finais. Fechando este estudo serão expostas as conclusões gerais sobre os três capítulos apresentados onde foram tratadas as categorias de análises e onde deverá ser identificado o panorama atual da comunidade foco desse estudo, as percepções do autor sobre os temas abordados e encaminhamentos que serão vistos como necessários para que os Encontros Raízes Negras do Baixo Amazonas possam tornar-se uma ferramenta, eficiente, eficaz, e de protagonismo social em busca de implementação de políticas públicas para o Quilombo Pacoval.

CAPÍTULO 1 - PRIMEIROS MOVIMENTOS CONCEITUAIS DAS CATEGORIAS DE ANÁLISES: RACISMO ESTRUTURAL, IDENTIFICAÇÃO COLETIVA E POLÍTICAS PÚBLICAS.

Durante o XVIII Encontro Nacional dos Estudantes do Campo de Públicas, realizado em Brasília (DF) no ano de 2019, Cida Abreu, ex-presidente da Fundação Cultural Palmares, discorre que, por ser o principal e maior desafio que as comunidades quilombolas enfrentam em seu cotidiano, o racismo estrutural acaba sendo o grande entrave que dificulta uma efetiva e eficaz aplicação dos direitos adquiridos pelos remanescentes de territórios quilombolas, dificultando a implementação de políticas públicas nesses territórios. Vislumbra-se, no entanto, que a identificação coletiva destes atores sociais são uma grande e forte ferramenta que possa dissipar essa problemática que se apresenta e espalha pelo Brasil.

O racismo estrutural faz parte do cotidiano da sociedade brasileira e vem sendo sustentado pelo mito da supremacia branca e da, suposta, incapacidade genética de membros da raça negra se comparados com pessoas brancas, principalmente através das teorias evolucionistas darwinistas (NOVAES, 2019).

A teoria do evolucionismo darwinista acabara por fortalecer o mito da supremacia branca e a tornar ações racistas fundamentadas tanto na ciência, quanto social e religiosamente, em alguns casos. Daí o entendimento da grande dificuldade que é desconstruir todo um arcabouço teórico-comportamental no que tange o racismo (NOVAES, 2019).

Desta forma, debater a problemática racial que está nitidamente e historicamente presente na sociedade brasileira é algo que esta pesquisa não pode se eximir de apresentar. Assim, discorrer sobre a inferiorização que foi imposta à raça negra por intermédio de teorias racistas e combater essa posição na qual, historicamente, pessoas pretas são encurraladas e obrigadas a permanecer numa posição submissa, perpassa pela auto identificação enquanto pertencente a essa parcela da população nacional e posterior fortalecimento identitário coletivo.

Esses passos vem sendo realizado por meio de inúmeros processos decoloniais, desde que o primeiro homem negro se opôs ao modo como foi tratado pelas práticas coloniais da Coroa Portuguesa e se estende até dias atuais, pleiteando novas demandas e novos desafios, como é o caso da implementação de políticas públicas específicas que possam atender diretamente territórios quilombolas, conforme normatização específica (BERNADINO-COSTA; GROSFOGUEL, 2016).

Nesse capítulo debate-se as três categorias de análise que vão compor o *corpus* desse trabalho, sem as quais ele não estaria completo: racismo estrutural, identificação coletiva e

políticas públicas. A tratativa sobre tais categorias pretende demonstrar que elas estão entrelaçadas e indissociáveis quando são vistas por meio de uma ótica que tende a atingir diretamente as comunidades formadas por remanescentes de quilombos.

1.1 Contextualização panorâmica do racismo estrutural no Brasil

A escravização de uma grande parcela de africanos foi utilizada por séculos como força de trabalho durante os vários ciclos econômicos pelo qual o Brasil passou. Na nova colônia portuguesa essa raça chega como seres escravizados, vistos como coisas, mercadoria, objeto ou patrimônio. Antes libertos agora são como seres semoventes e pertencentes a senhores brancos, escravizados e forçados a realizar trabalhos diversos que tendiam ao enriquecimento de seus donos (MOURA, 1993).

Ainda segundo esse autor, foi necessário lutar e resistir contra todo um sistema econômico, social, político, cultural e religioso que imperou em várias partes do mundo escravocrata. Foram séculos de fugas, resistências, rejeição total ao escravismo e contra uma prática que era legalizada pelas leis divinas e humanas. Muitos foram os movimentos contrários a todos estes sistemas como a formação de quilombos, o assassinato de *donos* de escravizados e seus capatazes, imposição do medo aos brancos, a prática de guerrilhas, o *banzo*, o banditismo, dentro outras práticas, sendo, sem sombra de dúvidas, o maior e mais longo processo de resistência em território nacional (MOURA, 1993).

Se em um primeiro momento os movimentos negros estavam balizados em processos de resistência decolonial, tornando seus territórios o mais invisível possível, posteriormente um novo cenário se apresenta: o momento de fazer cumprir os direitos adquiridos em bloco normativo específico para os denominados remanescentes de quilombos. Foi por meio da Constituição Cidadã de 1988 e do Art. 68 dos Atos das Disposições Constitucionais Transitórias (ADCT), este regendo que “Aos remanescentes das comunidades dos quilombos que estejam ocupando suas terras é reconhecida a propriedade definitiva, devendo o Estado emitir lhes os títulos respectivos” (BRASIL, 1988), juntamente com a Convenção 169 da Organização Internacional do Trabalho, que essa parcela da população obteve a prerrogativa de considerar o que Almeida (2004) chama de terras tradicionalmente ocupadas.

Sobre esse termo, Almeida (2004) explana que trata-se de uma forma coletiva de utilização de um determinado espaço, onde os recursos não são usados de forma individual mas sim com normas específicas que combinam uso comum e apropriação privada de terras, de forma consensual, principalmente praticados por grupos familiares. Sobre o tema, Almeida

(2004, p. 11) diz que as terras tradicionalmente ocupadas são todas “[...]aquelas áreas de uso comum voltadas para o extrativismo, para a pequena agricultura e para o pastoreio, focalizadas por diferentes instrumentos jurídicos, que buscam reconhecer suas especificidades”

Almeida (2004), em seus estudos sobre essa categoria, faz um amplo debate sobre a importância do entendimento e aplicação de normativas que amparam as comunidades que ocupam tradicionalmente seus territórios, havendo a necessidade de melhor observância por parte do Poder Público para a aplicação de leis que atendam tal parcela da população brasileira.

Reforçando essa perspectiva, Allegreti (2008) delibera sobre os direitos assegurados, através da Constituição Federal (CF) de 1988, originalmente para os povos indígenas (Art. 231) e reconhecimento do direito definitivo dos territórios formados por remanescentes quilombolas (Art. 68 dos Atos das Disposições Constitucionais Transitórias). Assim, ao deliberar sobre o assunto, a autora diz que:

No Brasil, dois grupos sociais têm direitos assegurados na Constituição de 1988: os indígenas e os quilombolas. O Art. 231 assegura direitos originários sobre territórios para povos indígenas, que têm o usufruto exclusivo das terras que ocupam; o Art. 68 das Disposições Transitórias reconhece as comunidades quilombolas – fundadas por negros que resistiram à escravidão e à exclusão durante e após o regime escravista – como grupo étnico com direito à propriedade definitiva de suas terras. (ALLEGRETI, 2008, p. 39)

Tanto Almeida (2004) quanto Allegreti (2008) defendem que leis brasileiras devem dar visibilidade para territórios ocupados tradicionalmente, onde o uso comum de suas terras e as várias relações com laços familiares caracterizam essa territorialidade específica. O Decreto nº 6.040/2007 e a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais (PNPCT) deliberam que tais práticas comunitárias e uso comum de recursos são descritas “como condições para sua reprodução cultural, social, religiosa, ancestral e econômica, utilizando conhecimentos, inovações e práticas geradas e transmitidas pela tradição” (BRASIL, 2007).

Romper com a invisibilidade de outrora requer o fortalecimento do sentimento de pertencimento a um mesmo tronco étnico, cultural, social, político, religioso e ancestral. Essa vivência carrega em seu bojo a forma como estes indivíduos se fundem com seus territórios, fortalecendo o que Almeida (2004) denomina de territorialidade específica como sendo a força que identifica, que serve como defesa e que fortalece os indivíduos, provocando a afinidade individual deste a um coletivo muito maior. Esse é o caso dos quilombolas, das quebradeiras de babaçu, dos caiçaras, comunidades de fundo de pastos, faxinais, dentre tantos.

Essas várias territorialidades específicas são denominadas por Almeida (2004, p. 29) como multiterritorialidades, como sendo os “diferentes processos sociais de territorialização e

como delimitando dinamicamente terras de pertencimento coletivo que convergem para um território”, sendo este um processo por intermédio do qual vários atores sociais defendem suas territorialidades específicas e fortalecem seus territórios de formas diferentes.

Neste caso a territorialidade específica é muito marcante nos territórios quilombolas, formados mediante atos de decolonialidade desde que o primeiro escravizado negro se opôs ao sistema econômico escravocrata da Coroa Portuguesa. A maior de todas essas oposições, sem dúvida, foram as fugas e formação de quilombos. No entanto, Little (2002) nos fala que a noção de quilombo não se restringe aos casos de fugas mas sim à formação de grupos familiares, à produção livre e autônoma, baseada na cooperação e contra o sistema escravocrata de Portugal.

A constituição de territórios negros autônomos no interior da colônia deram-se, também, por meio do consentimento, acomodação, apropriação, influência mútua de todas as partes envolvidas, segundo Little (2002), sendo diversas as trajetórias para a formação de quilombos, de acordo com o contexto histórico e particularidade regional. Para além dessas constituições, a formação dos territórios quilombolas é um resultado do fortalecimento da identidade individual e coletiva onde os indivíduos reforçam seu pertencimento étnico e, na atualidade, pela intervenção de uma territorialidade específica, tornando-se indissociáveis, relacionando estes territórios à sua ancestralidade, práticas culturais e tradições.

Na atual conjuntura são muitas as lutas pelas quais a população negra brasileira tem que participar e estar totalmente inserida (ALMEIDA, 2004). A invisibilidade, no que tange os impactos das leis específicas para essa maioria de nossa população, mostra-se latente e perversa.

Segundo dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE (2019), a população brasileira, mesmo formada por 56,10% de pessoas que se declaram negras (soma dos que se auto declaram pretos ou pardos), ainda são as maiores vítimas de racismo e preconceito, às quais são impostos um abismo no que diz respeito às desigualdades sociais, de mercado de trabalho, implementação de políticas públicas, de segurança, educação, cultura e religião. Mesmo que a alta cúpula dos representantes políticos e grande parcela da população neguem que o Brasil seja um país racista e preconceituoso, os dados ditam exatamente o caminho contrário.

Em pesquisas do Instituto Ethos (2019) referente as políticas afirmativas nacionais, como as cotas raciais para ingresso nas universidades públicas, mostram que a maiorias dos universitários são da raça negra, embora sejam minoria quando o assunto são os postos ocupados por lideranças na magistratura, no mercado de trabalho ou como representantes políticos. São maioria os que não estão empregados (64,2%) ou em subempregos (47,3%) e os mais impactados nas taxas de homicídio e em cárcere privado (60%), segundo dados do estudo

sobre desigualdades sociais por raça e cor do IBGE (2019). A ocupação das cadeiras nos Conselhos Administrativos das 500 empresas com maior faturamento do território nacional tem somente 4,9% de negros ou negras, no cargo de grandes executivos essa porcentagem é de somente 4,7% e o cargo de gerente é ocupado em média por somente 6,3% de cidadãos negros.

No que diz respeito à distribuição de renda, segundo dados do IBGE (2021), a renda per capita de pretos e pardos era de R\$ 1.764,00 ao passo que uma pessoa branca recebia em média o valor de R\$ 3.056,00 (73,3% maior que da população preta ou parda) e dos 10% da população brasileira com rendimentos acima da média nacional, somente 27,7% são pessoas negras, pretas ou pardas. O Banco Mundial indica o valor de US\$ 5,50/dia como limite mínimo que caracteriza a linha de pobreza; no Brasil 32,9% da população negra vive com menos que esse valor por dia (em 26/08/2022 esse valor convertido corresponde a R\$ 27,93). Em índice de pobreza extrema, onde vive-se com menos de US\$ 1,9/ dia (R\$ 9,65, em 26/08/2022) são 8,8% da população brasileira.

Negros e negras com representatividade nos Poderes Nacionais estão na média de 25% os que ocupam cargo público como deputado estadual ou federal e no Judiciário esse índice cai para uma média de 15% segundo dados de 2013 (último ano em que foi realizado um levantamento com estes dados). Nos Tribunais Superiores estes números despencam com menos de 9% se declarando pretos ou pardos (negros). Somente três negros ocuparam cadeiras do Supremo Tribunal Federal: Pedro Lessa (1907), Hermenegildo de Barros (1919) e Joaquim Barbosa (2003).

No que diz respeito a violência sofrida por membros da raça negra, em 2021, segundo dados do Atlas da Violência (IPEA, 2021) a possibilidade de um negro ser vítima de violência era de 2,6 vezes a mais do que uma pessoa branca, sendo que no ano 2022, 77% das vítimas de homicídio foram cidadãos brasileiros pardos ou pretos. De 2020 a 2021 a taxa de homicídio de pessoas negras estava na casa de 22,9% enquanto de pessoas não negras esse índice era de 11,2% (IPEA, 2021), mostrando-nos que o Brasil tornou-se o país com maior potencial para prática de homicídios de pessoas negra do que não-negros. No período de 2021, o número de homicídios de mulheres negras foi de 67% ao passo que de mulheres não-negras esse índice ficou em torno de 33%. Esses dados, apesar de anos anteriores, devem seguir com mesmo índices ou até mesmo sofrer aumento no ano de 2022 (IPEA, 2021).

Negros, pretos e pardos correspondem a 66,3% da população carcerária, enquanto não negros estão na margem de 33,7%, segundo Levantamento Nacional de Informações Penitenciárias do Ministério da Justiça e Segurança Pública (2021), o que demonstra que esse número é resultado de um dos braços do Estado por meio do qual o racismo e o preconceito

contra a pessoa negra é praticado de forma estrutural. Tráfico de drogas e roubos são os crimes mais praticados por essa população carcerária negra, em sua maioria com baixas faixa etária e escolaridade.

No que se refere à alfabetização, o Plano Nacional de Educação (PNE) estabeleceu o ano de 2024 como o limite para concluir a alfabetização de todos os brasileiros. No período de 2012 – 2018 a taxa de alfabetização de pretos cresceu de 87,7% para 91% e dos que se auto declaram como pardos o crescimento foi de 88,1% em 2012 para 90,9% no ano de 2018, segundo dados do Anuário Brasileiro da Educação Básica (2019) que teve como organizador a Organização Não Governamental (ONG) Todos pela Educação.

Os dados acima mencionados sobre as desigualdades étnico-raciais nos últimos anos são consideradas uma tendência que vem se espalhando a muito tempo atrás, com outros níveis e outros indicadores. Trata-se de uma concepção de origem histórica que tornou-se estrutural e muito resistente a mudanças. É incontestável a superioridade de membros da raça branca sobre outros da raça negra nos indicadores citados.

Nos Estados Unidos o caso do homicídio do cidadão negro George Floyd desencadeou um movimento denominado *Black Lives Matter* (BLM) ou Vidas Negras Importam que foi abraçado por inúmeros países do mundo. O BLM é um movimento ativista de cunho internacional que teve origem dentro da comunidade afro-norte americana tendo como intuito o combate contra a violência específica e direcionada a pessoas negras. Segundo Arruda (2020) o BLM é fundado em 2013 por ativistas da Aliança Nacional de Trabalhadoras Domésticas (Alicia Garza), da Coalizão contra a Violência Policial de Los Angeles (Petrise Cullors) e da Aliança Negra Pela Imigração Justa (Opal Tometi), com a missão de erradicação da supremacia branca e combate à violência policial e estatal contra a população negra dos Estados Unidos (ARRUDA, 2020)

A reação do BLM em muito tem de semelhança com as Marchas de Montgomery (1963), lideradas por Martin Luther King Jr, da mesma forma, estes movimentos são semelhantes, em problemas combatidos pelos movimentos dos *Black Powers*, as feministas negras das década de 1980 e os movimentos sociais LGBT.

No Brasil o movimento Vidas Negras Importam ganhou mais força após o assassinato do cidadão negro João Alberto Silveira Freitas dentro do estacionamento de uma rede de supermercados no sul do Brasil e das 15 crianças ou adolescentes vítimas fatais de violência policial somente no estado do Rio de Janeiro, como a menina Ágatha Félix e João Pedro Mattos, que geraram grande repercussão pela violência e impunidade policial. Sem mencionar tantos outros casos que tem como pilar balizador o racismo, o preconceito e a força brutal do Estado

que não acredita que tais práticas existam no Brasil. Muitos são os movimentos intelectuais e acadêmicos antirracistas, como os livros de Aparecida Sueli Carneiro Jacoel, os escritos da filósofa Djamila Ribeiro e a figura da vereadora e ativista Marielle Franco.

Historicamente, no Brasil, os movimentos antirracista iniciaram quando os primeiros negros africanos escravizados desembarcaram em terras da Coroa portuguesa, com o passar do tempo esses movimentos se intensificaram. A conforme apresentado no **quadro 01**.

Quadro 01: Processos antirracistas no Brasil

Período	Movimento	Descrição
Brasil colonial	Quilombo dos Palmares	Fugas, suicídios, ataques aos escravizadores, não trabalho, o banzo, morte de crianças por suas mães
Brasil colonial	Irmandades do Rosário	Reunião de pessoas escravizadas e libertas que auxiliavam viúvas e órfãos e de compra da liberdade
Brasil imperial	Revolta dos Malês (1835);	Processos abolicionistas com reunião de pessoas que não eram coniventes com o sistema de trabalho compulsório.
Início do Brasil republicano	Sociedade Floresta Aurora (1872)	Criação de associações de auxílio mútuo que reuniam trabalhadores por profissão. Elas foram as precursoras das organizações sindicais como conhecemos hoje.
Brasil republicano	Frente Negra Brasileira (1930)	Clube que realizava aulas de teatro e educação política. Tornou-se um partido político mas foi cassado durante o governo ditatorial.
Brasil republicano	Jornal <i>O Exemplo</i> (1892)	A imprensa negra denunciava o racismo, a ausência de políticas públicas e a discriminação nas escolas.
Década de 1970	Grupo Palmares e Movimento Negro Unificado	Idealizado pelo professor e poeta Oliveira Silveira, que escolheu o dia 20 de novembro como data de reverência pela comunidade negra.
Década de 1980	Maria Mulher – Organização de Mulheres Negras (1987)	Condução de políticas públicas de maior interesse da população negra, luta contra o racismo, o machismo e proteção das mulheres e jovens negras e negros.
Década de 1990	Constituição Cidadã (1988) e seus efeitos	Políticas direcionadas à promoção da população negra, criação de grupos de estudos sobre a população negra), criação de ministérios, fundações e secretarias, instituições de leis direcionadas às comunidades quilombolas e criação

		da lei 10.639/2003 (obrigatoriedade do ensino sobre história africana e dos afro-brasileiros na educação básica).
--	--	---

Fonte: Elaborado pelo autor com base nos dados de Pereira (2020)

O **quadro 01** realiza uma exposição de fatos históricos no Brasil, referente às lutas contra o racismo estrutural e movimentos antirracistas, que, assim como os processos antirracistas que antecederam o BLM nos Estados Unidos, são os eventos preexistentes no contexto de movimentos antirracistas em território brasileiro, sem que, no entanto, todas as fontes tenham sido exauridas ou citadas.

Segundo Pereira (2002) os dados acima mencionados sobre as desigualdades étnico-raciais nos últimos anos são consideradas uma tendência que vem se espalhando a muito tempo atrás, com outros níveis e outros indicadores. Trata-se de uma concepção de origem histórica que tornou-se estrutural e muito resistente a mudanças. É incontestável a superioridade, nos indicadores citados, de membros da raça branca sobre outros da raça negra.

Apesar desse estudo priorizar o racismo estrutural, Almeida (2019) descreve o racismo em três concepções distintas. Segundo este autor:

Nos debates sobre a questão racial podemos encontrar as mais variadas definições de racismo. A fim de apresentar os contornos fundamentais do debate de modo didático, classificamos em três as concepções de racismo: individualista, institucional e estrutural. A classificação aqui apresentada parte dos seguintes critérios: a) relação entre racismo e subjetividade; b) relação entre racismo e Estado; c) relação entre racismo e economia. (ALMEIDA, 2019, p. 24)

Para um maior entendimento, faz-se necessário transcorrer pelas três concepções acerca da categoria racismo. Segundo Almeida (2019), ao descrever o racismo na concepção individualista, menciona que:

O racismo, segundo esta concepção, é concebido como uma espécie de “patologia” ou anormalidade. Seria um fenômeno ético ou psicológico de caráter individual ou coletivo, atribuído a grupos isolados; ou, ainda, seria o racismo uma “irracionalidade” a ser combatida no campo jurídico por meio da aplicação de sanções civis – indenizações, por exemplo – ou penais. Por isso, a concepção individualista pode não admitir a existência de “racismo”, mas somente de “preconceito”, a fim de ressaltar a natureza psicológica do fenômeno em detrimento de sua natureza política. (ALMEIDA, 2019, p. 25)

Por essa concepção, haveria não necessariamente o racismo porém o que ocorre dá-se o nome de preconceito, de forma velada, já que “[...] não haveria sociedades ou instituições racistas, mas indivíduos racistas, que agem isoladamente ou em grupo” (ALMEIDA, 2019, p. 25), estando ligado, dessa forma, a aspectos comportamentais, culturais, sociais e educacionais.

Já a concepção do racismo institucional, na defesa de Almeida (2019), diz respeito ao fato de que:

[...]o racismo não se resume a comportamentos individuais, mas é tratado como o resultado do funcionamento das instituições, que passam a atuar em uma dinâmica que confere, ainda que indiretamente, vantagens e privilégios com base na raça. Assim, a principal tese dos que afirmam a existência de racismo institucional é que os conflitos raciais também são parte das instituições. Assim, a desigualdade racial é uma característica da sociedade não apenas por causa da ação isolada de grupos ou de indivíduos racistas, mas fundamentalmente porque as instituições são hegemônicas por determinados grupos raciais que utilizam mecanismos institucionais para impor seus interesses políticos e econômicos. No caso do racismo institucional, o domínio se dá com o estabelecimento de parâmetros discriminatórios baseados na raça, que servem para manter a hegemonia do grupo racial no poder. Isso faz com que a cultura, os padrões estéticos e as práticas de poder de um determinado grupo tornem-se o horizonte civilizatório do conjunto da sociedade. Assim, o domínio de homens brancos em instituições públicas – o legislativo, o judiciário, o ministério público, reitorias de universidades etc. – e instituições privadas – por exemplo, diretoria de empresas – depende, em primeiro lugar, da existência de regras e padrões que direta ou indiretamente dificultem a ascensão de negros e/ou mulheres, e, em segundo lugar, da inexistência de espaços em que se discuta a desigualdade racial e de gênero, naturalizando, assim, o domínio do grupo formado por homens brancos. (ALMEIDA, 2019, p. 26-27)

Essa prática de racismo está enraizada na sociedade brasileira e tem uma dominação hegemônica muito forte já que é praticada por parte da população que detém as grandes fortunas, as maiores influências e ditam as regras na sociedade em que vivemos. No entanto, para este estudo, utilizaremos a concepção de racismo estrutural defendida por Almeida (2019) quando este descreve que essa concepção de racismo é justamente aquela que:

[...]o racismo é uma decorrência da própria estrutura social, ou seja, do modo “normal” com que se constituem as relações políticas, econômicas, jurídicas e até familiares, não sendo uma patologia social e nem um desarranjo institucional. O racismo é estrutural. Comportamentos individuais e processos institucionais são derivados de uma sociedade cujo racismo é regra e não exceção. O racismo é parte de um processo social que ocorre “pelas costas dos indivíduos e lhes parece legado pela tradição”. Nesse caso, além de medidas que coíbam o racismo individual e institucionalmente, torna-se imperativo refletir sobre mudanças profundas nas relações sociais, políticas e econômicas. A viabilidade da reprodução sistêmica de práticas racistas está na organização política, econômica e jurídica da sociedade. O racismo se expressa concretamente como desigualdade política, econômica e jurídica. Porém o uso do termo “estrutura” não significa dizer que o racismo seja uma condição incontornável e que ações e política. (ALMEIDA, 2019, p. 33)

É essa concepção do racismo que mais comumente pode-se perceber em todo o território nacional. Justamente essa concepção de Almeida (2019) que favorece a perpetuação dessa prática que ocorre desde os primórdios no seio da sociedade brasileira. Exatamente esse racismo que corroi continuamente as estruturas da população negra brasileira.

Veiga (2020), ao questionar Ribeiro (2017) sobre o significado do racismo estrutural, esta delibera que:

Olhar a história do Brasil desde a escravização até a falta de inclusão das populações negras. Entender que foram criados mecanismos legais para afastar pessoas negras de possibilidades de emancipação social. São vários os exemplos: a Constituição Federal de 1824 vedava o acesso de pessoas negras à educação, a Lei de Terras de 1850

condicionava o acesso a terras à compra e venda, e naquele contexto nenhuma pessoa escravizada estava apta a possuir uma propriedade, entre tantas leis de escravização. Com o fim formal da escravidão, houve um processo de criminalização de pessoas negras, sobretudo homens, alvos de leis como a vadiagem, que determinava a prisão de pessoas “sem ocupação”, numa época de alto desemprego para os homens negros. As mulheres negras foram destinadas ao trabalho doméstico, uma herança presente até hoje. Atualmente, estima-se que mais de 6 milhões de mulheres negras são empregadas [domésticas] no país, e a lei que regulamenta a profissão somente foi aprovada em 2013, sob intensos protestos do sistema que se beneficiou historicamente desse trabalho. Então, estamos dizendo que o racismo estrutura as relações raciais no Brasil. Uma estrutura presente antes mesmo de nós termos nascidos. No Brasil é comum entrarmos em restaurantes e não encontrarmos nenhuma pessoa negra no local – nem como garçom ou garçonete. Quem vai a shopping terá dificuldade de encontrar uma vendedora de lojas negra. Isso, vale frisar, em um país com 54% da população negra. Ou seja, o racismo estrutura a sociedade e, assim sendo, está em todo lugar. (RIBEIRO, 2020)

Dessa forma, na visão de Ribeiro (2017) dá-se a perpetuação dessa face devastadora do racismo, que encontra-se estruturado dentro da sociedade brasileira e contra o qual trava-se batalhas cotidianas na busca de diminuir o abismo social entre negros e brancos. Sobre essa concepção, Ribeiro (2017) delibera que:

Movimentos de pessoas negras há anos debatem o racismo como estrutura fundamental das relações sociais, criando desigualdades e abismos. O racismo é, portanto, um sistema de opressão que nega direitos, e não um simples ato da vontade de um indivíduo. Reconhecer o caráter estrutural do racismo pode ser paralisante. Afinal, como enfrentar um monstro tão grande? No entanto, não devemos nos intimidar. A prática antirracista é urgente e se dá nas atitudes mais cotidianas. (RIBEIRO, 2017, p. 7)

É necessário ocupar as lacunas onde somente existem cidadãos brancos e negros estão em minoria pois, entende-se que é por meio da ocupação eficiente, eficaz e efetiva desses espaços, praticados por intermédio de um crescente processo de autoidentificação de pertencimento a esta raça e pelo empoderamento de ações e vozes que é capaz de se fazer cumprir os direitos adquiridos por instrumentos normativos específicos para essa grande parcela da população brasileira.

Ainda citando Ribeiro (2017) sobre a necessidade de imposição de seu lugar de fala, esta delibera que:

O conceito de lugar de fala discute justamente o locus social, isto é, de que ponto as pessoas partem para pensar e existir no mundo, de acordo com as suas experiências em comum. É isso que permite avaliar quanto determinado grupo — dependendo de seu lugar na sociedade — sofre com obstáculos ou é autorizado e favorecido. Dessa forma, ter consciência da prevalência branca nos espaços de poder permite que as pessoas se responsabilizem e tomem atitudes para combater e transformar o perverso sistema racial que estrutura a sociedade brasileira. (RIBEIRO, 2017, p. 18)

Segundo Jacound (2008), é notória a desigualdade entre negros e brancos na sociedade brasileira, conforme vários índices e indicadores que órgãos de pesquisa diversos (IBGE, IPEA, DIEESE, etc) divulgam rotineiramente, demonstrando as disparidades econômicas, sociais,

políticas, educacionais, de saúde, renda e emprego, expectativa de vida e violência e demais campos da vida da população brasileira, nos quais os negros sempre estão em condições inferiores em relação aos brancos. Trata-se, desta forma, de um panorama que faz perpetuar o racismo estrutural no Brasil, entretanto, existindo uma luta constante de forma individual e coletiva por parte da população negra brasileira.

No próximo tópico será abordado um debate referente à categoria identidade coletiva, como sendo um importante instrumento para defesa de um território e fortalecimento da territorialidade quilombola, e critério ímpar para início de processos de reconhecimentos de um território quilombola. Para atingir tal objetivo explicar-se-á sobre os vários movimentos que as populações quilombolas tiveram que realizar, e ainda realizam, para garantir a titulação de seus territórios.

1.2 O movimento quilombola e a busca de seu território por meio da identificação coletiva

Para uma melhor compreensão referente ao tema a ser apresentado, há a necessidade de explicitar sobre as conjugações e reflexões do termo quilombo. Sua importância enquanto território de resistência, lutas entre classes sociais diferentes e objeção à cristalização do racismo. O termo território será tratado aqui como sendo “o lugar onde desembocam todas as ações, todas as paixões, todos os poderes, todas as forças, todas as fraquezas, isto é, onde a história do homem plenamente se realiza a partir das manifestações de sua existência” (SANTOS, 1999, p. 13).

Na visão miltoniana do termo território, há a necessidade de diferenciação existente entre espaço geográfico e espaço como território usado. Para Santos (1999) o primeiro seria uma categoria de análise que deve ser estudada em conjunto com a Economia, a cultura e a política, sendo este o próprio objeto da Geografia, tratando-se de uma instância social e tendo o espaço como sua totalidade, não podendo ser produzido, o que é imposto a tudo e a todos, tratando-se, portanto, de uma categoria abstrata. Esse estudo compatibiliza-se com Santos (1999) quando trata o espaço geográfico enquanto território usado, que diz respeito à história de como essa porção de terra foi usada por uma determinada população, como é o caso do território usado por nós, brasileiros, organizados num Estado-Nação.

Segundo Santos (1986), fazendo uma crítica sobre a forma como o território usado é tratado pelas nossas classes políticas, este nos fala que o conteúdo social dos territórios foi ignorado pela ciência política, tratado somente como números, deixando de fora dos estudos sobre as dinâmicas socioespacial e territorial:

Tem-se, então, a percepção de que as políticas públicas sempre são implementadas de cima para baixo, de forma exógena, sem levar em conta os sujeitos que ocupam aquele território, perpetuando uma prática que ocorre em nosso país desde sua ocupação/invasão e que continua sendo claramente percebida até dias atuais.

Ainda segundo Santos (1986), ao tratar sobre o território usado, o autor nos fala que tem mais uma concepção de espaço em variados processos de mudança de sua forma-conteúdo, sendo o território usado quem faz a interligação do passado com o futuro.

Para este estudo o conceito de território usado defendido por Milton Santos caracteriza muito bem o que será abordado mais adiante, sobre as dinâmicas históricas por meio da qual o território quilombola do Pacoval, no município de Alenquer (Pará), vem passando desde sua origem até os dias atuais, em uma dinâmica constante de mudanças e transformações por intermédio das quais vários processos vão sendo debatidos e acumulados no decorrer dos denominados Encontros Raízes Negras do Baixo Amazonas.

Ribeiro (2014, p. 02) explana que o território usado seria, basicamente a percepção de que “[...] um sistema de objetos e ações, sinônimo de espaço banal, usado pelos mais diversos e desiguais atores, contemplados direta ou indiretamente nas intencionalidades dos discursos, projetos e das ações governamentais”. Daí a importância do território ser tratado por intermédio da concepção miltoniana visto que será o espaço a ser impactados (ou não) pelas políticas públicas estatais no decorrer do desenvolvimento deste estudo.

Complementando o pensamento destes autores, Castro (1997, p. 105) nos diz que o território é um “espaço sobre o qual um certo grupo garante aos seus membros direitos estáveis de acesso, de uso e de controle sobre os recursos e sua disponibilidade no tempo.”

Dito isso, o território é uma categoria que será utilizada com muita frequência nesse estudo visto que está inteiramente ligado com variáveis como a autoidentidade, religiosidade, cultura e ancestralidade. Nesse sentido, partilha-se do pensamento de Santos, quando este autor propõe que “O território usado é o chão mais a identidade. A identidade é o sentimento de pertencer àquilo que nos pertence. O território é o fundamento do trabalho; o lugar de resistência, das trocas materiais e espirituais e do exercício da vida (SANTOS, 1999, p. 14).

No ponto de vista do autor citado, sobre a categoria território, fica clara a importância do termo para as comunidades quilombolas, como sendo o local na qual toda a cena cultural e ancestral está inserida, devendo, portanto, ser mantido, preservado e utilizado pelos membros dessas comunidades. Nesse ponto, este estudo funde-se com o que delibera Santos (1999) e Almeida (2002) sobre a forma como se dá o uso do território como fator identitário das comunidades quilombolas.

Castro (1997), para além das considerações de Santos (1999), insere no conceito de território o invisível, o simbólico, a identificação do sujeito com a terra, a seguridade do direitos adquiridos, a utilização de forma controlada dos recursos disponíveis, combinando a cosmologia e o concreto no uso desse território. O simbolismo sobre o uso do território está muito além de valores pecuniários já que a forma tradicional de trabalhar esse território contém técnicas ritualísticas, mágicas e cosmológicas.

Para além da definição de território, leva-se em consideração a conceituação de territorialidade, termo polissêmico que trata sobre as relações das pessoas com o território em que vivem por meio de uma linguagem silenciosa, cosmológica, simbólica, sendo que a identificação destas com a terra são caracterizados por meio de sentimentos inseridos em uma esfera tridimensional de sociedade-espaço-tempo (SANTOS, 1999). Trata-se da identificação afetiva dispensada a um espaço único onde ocorrem relações materiais e simbólicas entre pessoas que compartilham os mesmos sentimentos, as mesmas concepções e uso e controle de um certo território (QUARESMA, 2019).

Segundo Saquet (2007, p. 83) “[...] a territorialidade está intimamente relacionada ao modo em que as pessoas usam a terra, como organizam o espaço e como dão significados ao lugar. A territorialidade é uma expressão geográfica primária do poder social”. Ao mencionar a concepção de territorialidade para Saquet (2007), Costa (2019) nos fala que:

A territorialidade humana, centrada na perspectiva política, envolve o controle sobre um determinado espaço, através de estratégias para controlar os recursos e as pessoas. A dimensão econômica está relacionada ao uso da terra, enquanto que no aspecto cultural diz respeito ao significado do espaço, ou seja, da territorialidade que, por sua vez, está “intimamente ligada ao modo como as pessoas utilizam a terra, como elas próprias se organizam no espaço e como elas dão significado ao lugar”.(COSTA, 2019 p.33)

É atrelado a estes conceitos que o presente estudo entende a territorialidade como sendo de suma importância para os movimentos sociais das comunidades tradicionais como fator de manutenção de território, mediante a qual estudos antropológicos podem constatar o sentimento de pertença, de identificação com o território que ocupam e de elos não materiais que fundem tais pessoas com o espaço onde vivem. E esse sentimento pode ser observado claramente nos territórios quilombolas.

Ao falar sobre a territorialidade no contexto brasileiro, Little (2002) nos diz que as expansões fronteiriças provocadas pelos variados ciclos econômicos brasileiros influenciaram diretamente a história das territorialidades no Brasil. Essa historização inicia-se quando há o choque entre os invasores e a população indígena aqui existente, posteriormente se espalha com a colonização da faixa litorânea (Séc. XVI), a ocupação da porção norte do Brasil (Séc. XVII e

XVIII) e a utilização do indígenas como força de trabalho, a chegada dos escravizados africanos para realizar trabalhos com a cana-de-açúcar e algodão, a mineração no nordeste e em Minas Gerais (Séc. XVIII), a *plantation* de café no sudeste (Séc. XIX) e mais recentemente (Séc. XX) na Amazônia, o uso de recursos naturais, o potencial hídrico, madeireiro e pecuário.

Desta forma, as territorialidades específicas surgem no decorrer dos ciclos históricos tendo como base o sistema econômico que caracterizou as fases pelas quais a Coroa Portuguesa explorava sua colônia sul-americana e, em épocas mais atuais, pela continuidade da força das oligarquias econômicas nacionais, o Estado, o agronegócio e os grandes empreendimentos nacionais e internacionais. Esse movimento contínuo mantém vivo o choque de interesses entre o grande capital e o sentimento de pertencimento a um determinado território que tem historicizado seu uso por uma parcela da população, fazendo surgir várias ou multiterritorialidades no nosso país.

Essas multiterritorialidades que ocorrem no Brasil são defendidas por Haesbaert (2004) como a quebra de uma concepção simplificada do termo territorialidade, visto que, a depender dos acontecimentos históricos e dos atores aos quais tais acontecimentos impactavam diferentemente, uma nova modalidade de territorialidade surgia. Assim, ao conceituar este termo, Haesbaert (2004, p. 01) expõe que:

[...] mais do que a perda ou o desaparecimento dos territórios, propomos discutir a complexidade dos processos de (re)territorialização em que estamos envolvidos, construindo territórios muito mais múltiplos ou, de forma mais adequada, tornando muito mais complexa nossa multiterritorialidade. Assim, a desterritorialização seria [...] incapaz de reconhecer o caráter imanente da (multi)territorialização na vida dos indivíduos e dos grupos sociais. [...] Estes processos de (multi)territorialização precisam ser compreendidos especialmente pelo potencial de perspectivas políticas inovadoras que eles implicam.

Como a formação de quilombos tem suas especificidades, seus modos de formação e suas características diferenciadas, acabam por se apresentar, também, vários contextos no que Haesbaert (2004) denomina como multiterritorialidade. No caso dos territórios quilombolas, essa territorialidade está balizada em característica que contempla o uso comum de suas terras como uma ação que ocorre em praticamente todos os territórios quilombolas. Sobre essa característica comum, Almeida (2002, p. 45) nos diz que “[...] não correspondem a terras coletivas, no sentido de intervenções deliberadas de aparatos de poder, nem a terras comunais, no sentido emprestado pela feudalidade.”

Esse modo de uso comum da terra reforça ainda mais a identificação individual do sujeito com seu território e posteriormente há a aglomeração dessa identificação individual na forma do coletivo, reforçando seus elos de parentesco e sua ancestralidade, reforçando, assim,

os movimentos praticados por todos os comunitários. Acabam por tornarem-se, por assim dizer, um corpo só, adquirindo uma força que os caracteriza e os impulsiona para frente e para cima.

No entanto, conceituar o termo território quilombola não é algo a ser compreendido de forma uma e tempestiva, pois são várias as contextualizações que o termo engloba. Como bem menciona Arruti (2003) sobre as várias adjetivações que esta categoria carrega consigo:

Não é possível falar deles sem constituir-los. Seja por meio da fórmula legal que lança mão de ‘remanescentes’, ou das tentativas de ajuste desta, por meio de ‘contemporâneos’. Seja ainda por que são necessárias distinções entre estes, quando se usa ‘urbanos’ ou ‘rurais’. Ou, quando se quer onstitu-los, por meio de ‘agrícola’, ‘extrativista’, ‘nômade’ etc. Ou, finalmente, quando se fala em ‘históricos’, de forma complementar ou concorrente àquelas formas anteriores, já que falar em ‘quilombos históricos’ tem servido tanto para especificar quanto para deslegitimar os quilombos contemporâneos. (ARRUTI, 2003, p. 01)

Desta forma, entende-se que território quilombola não são aqueles locais que estão sempre afastados dos grandes centros ou escondidos entres matas e florestas, distantes de locais ditos civilizados, mas sim todos os espaços que outrora foram utilizados como território de resistência do sistema econômico português e local que poderia ser utilizado para a reconstrução de uma sociedade nos moldes e costumes africanos.

De acordo com Lopes, et al. (1987) o termo “quilombo” tem origem na cultura bantofônica (região Congo-Angolana, sudoeste da costa africana) e já sofreu muitas modificações com o passar dos tempos. Originalmente, os bantos utilizavam este termo para designar um local de reunião dos guerreiros no meio das florestas africanas. Leite(1999) delibera sobre os vários significados adquiridos por este termo, vindos das tradições populares, tais como um local único de vivência de um povo com várias etnias e manifestações culturais impares.

Portanto, dependendo do ponto de vista de quem fala, a palavra quilombo, toma diversas formas, modelos e significados. Estas visões referentes ao quilombo influenciaram, e até hoje ainda influenciam, vários aspectos que atingem esta população tanto política quanto socialmente. Desta forma, Alfonsín (1990), em obra que trata sobre exemplos de direitos populares de desobediência, preceitua que a palavra quilombo, em iorubá tem significado de local de moradia/ habitação, e na cultura banto, significa vários/reunião de acampados, sendo esta a definição que melhor serve de norte para o entendimento sobre a conceituação do termo para este estudo. Sendo assim, a união/reunião de negros fugidos em acampamentos/habitações deu origem aos aquilombamentos enquanto território de resistência à escravização.

No entanto, o ato de aquilombar-se não era a única forma de resistir ou lutar contra os interesses econômicos da coroa portuguesa. Tal resistência dos escravizados negros contava

ainda, com o “assassinato de seus senhores, feitores e capitães do mato, guerrilhas, suicídios, insurreições, dentre outros”, sendo, sem sombra de dúvidas, o maior e mais longo processo de resistência e decolonialidade em território nacional (MOURA, 1993, p. 13).

Segundo Costa-Bernadino; Grosfoguel (2016 p. 03), “[...] a decolonialidade consiste também na prática de oposição e intervenção que surgiu no momento em que o primeiro sujeito colonial do sistema moderno/colonial reagiu contra os desígnios imperiais que se iniciou em 1492”. O processo de aquilombamento torna-se, desta forma, um verdadeiro ataque patrimonial aumentando o passivo das empresas coloniais portuguesas. Isto pelo fato dos negros escravizados serem considerados como ativos destas empresas e suas fugas configuravam grandes perdas de recursos e “causavam prejuízos para a aristocracia, além de representar atos de extrema rebeldia, organização e resistência contra o sistema escravocrata.” (LEÃO et al. 2019, p. 03).

Destarte as baixas no ativo patrimonial das empresas coloniais portuguesas, causadas pelas resistências dos negros escravizados, deixam claro a importância da mão de obra africana na produção de capital aos portugueses. Leite explana o papel do negro africano escravizado para o processo de acumulação de riquezas durante o período escravocrata, conforme percebe-se quanto declara que “Os negros estavam inseridos no movimento colonial de descobrir, resgatar, povoar e governar, só que como povos dominados. Esta é a diferença que, na memória, impõe-se como sendo seu significado primordial. (LEITE, 1999 p. 127-128)

Mesmo tendo-se esta grande importância na economia do estado Português, os escravizados africanos eram tratados como a história nos conta: arrancados de suas terras transportados em navios tumba e obrigados a trabalhar até sua morte, na maioria das vezes. Não havia outra saída para os escravizados senão a resistência, inicialmente mediante as fugas e aquilombamentos que se espalharam por todos os cantos do Brasil.

Indo mais para os conceitos de concepção africana, Munanga (1996), quando da definição do significado de quilombo preceitua que *kilombu* tem origem na língua da cultura bantofônica que ocupavam uma área que ia do Zaire a Angola, na costa oeste do continente africano, e para maior compreensão sobre o tema há a necessidade de entender como se dava essa reunião entre os bantos (Séc. XV – XVII). Acredita-se que o significado de *kilombu* da cultura bantofônica guarda seu principal teor: o de aglomeração formada por pessoas de várias linhagens que tornam-se fortes e aptas a lutar por sua cultura, modo de viver e por sua ancestralidade, mesmo que num cenário muito diferente do que era praticado na África.

São muitos os significados do espaço denominado quilombo, porém alguns merecem mais atenção como as definições das legislações Imperial e Republicana. Compreende-se estas

definições como resultados dos movimentos negros (principalmente no período Republicano). Assim, temos as seguintes definições para territórios quilombolas:

- Legislação Imperial. Conselho Ultramarino ao rei de Portugal em 1740

Moura (1993) menciona que o Rei de Portugal, Dom João V, ao perguntar para o Conselho Ultramarino sobre o que era um quilombo, recebe como resposta que “Quilombo é toda habitação de negros fugidos, que passem de cinco, em parte despovoada, ainda que não tenham ranchos levantados e nem se achem pilões nele” (MOURA, 1993, p. 11). Nessa definição existem elementos especificamente de caráter repressivo contra as fugas, um número mínimo de escravizados, que se localizam geograficamente em um determinado local, geralmente isolado e longe das expedições punitivas e com necessidades primárias não atendidas;

- Legislação Republicana. Décadas de 1950 – 1960

Carvalho e Lima (2013) descrevem que, nesse período, o termo quilombo foi utilizado como resistência cultural, ganhando nossa ressemantização, agora como uma forma de reafirmar a construção de uma cultura negra em território brasileiro, “oscilando entre uma interpretação histórica e antropológica” (CARVALHO; LIMA, 2013, p. 335). Nessa concepção história e ocupação de espaço se fundem para defender um novo conceito, reafirmando a presença e importância da raça negra no Brasil;

- Legislação Republicana. Final da Década de 1950

Para Carvalho e Lima (2013), no final da década de 1950, quilombo era tratado com sinônimo de resistência política. Seria, dessa forma o “quilombo servindo de base para se pensar nas formas potencialmente revolucionárias de luta popular frente a ordem dominante” (CARVALHO; LIMA, 2013, p. 336). Além de se reafirmar e mostrar sua importância, nessa concepção surge o embate contra as oligarquias dominantes que realizam tratativas de perpetuar sua força sobre os descendentes de quilombos nacionais;

- Legislação Republicana. Ao longo da Década de 1970

Durante a década de 1970, quilombo foi tratado como resistência negra, unindo, dessa forma, as concepções anteriores que denominavam quilombo mediante uma perspectiva histórica, cultural, antropológica e política, segundo Carvalho e Lima (2013). Por intermédio dessas perspectivas novas formas de lutar por seus espaços ganham corpo e densidade e dão-se início a novas lutas, agora por seus territórios.

Mas para chegar a esse patamar, o movimento da população negra brasileira teve que galgar tortuosos caminhos, como por exemplo, se contrapor ao mito da democracia racial, que está fundamentado na negação de que a sociedade brasileira não tem nenhum resquício de

preconceito contra a população negra e que esta parcela está totalmente integrada ao restante da população nacional. Se existe alguma deficiência ou desvantagem de algum cidadão pertencente à raça negra, assim seria por demérito desse cidadão ou de um grupo de cidadãos negros. (NOVAES, 2019)

Segundo Gonçalves (2017, p. 52) delibera que o mito da democracia racial se fortifica no Séc. XX, com grande representação na obra de Gilberto Freyre, *Casa Grande & Senzala*, na qual o escritor descreve o dia a dia dos senhores e seus escravizados numa relação equilibrada e posição negacionista ao racismo. Dessa forma, surgem movimentos negros, como os que foram demonstrados anteriormente no **quadro 01**, que tem o intuito de mostrar que no Brasil existe a prática da democracia racial e buscam expor que a parcela formada pela população negra é marginalizada e passiva no que se refere a preconceito, discriminação e racismo.

A União dos Homens de Cor (UHC) ou Uagacê, teve como fundador João Cabral Alves no ano de 1947 e tinha como objetivo a elevação econômica e intelectual da população negra no Brasil, fazendo que se tornassem aptas ao ingresso no convívio social, administrativo e nos principais setores das atividades que se dispunham participar, segundo estudos de Petrônio Domingues (2007).

Outro movimento da população negra brasileira foi o Teatro Experimental Negro (TEN), que teve sua fundação no ano de 1944, com forte conotação acadêmica e tendo como uma de suas maiores expressões Alberto Guerreiros Ramos e Abdias do Nascimento. Ao discorrer sobre o TEN, Domingues (2007, p. 108) nos fala que:

A proposta original era formar um grupo teatral constituído apenas por atores negros, mas progressivamente o TEN adquiriu um caráter mais amplo: publicou o jornal *Quilombo*, passou a oferecer cursos de alfabetização, de corte e costura; fundou o Instituto Nacional do Negro, o Museu do Negro; organizou o I Congresso do Negro Brasileiro; defendendo os direitos civis dos negros na qualidade de direitos humanos, o TEN propugnava a criação de uma legislação antidiscriminatória para o país.

Essas propostas do TEN foram importantes para fortalecer a identidade da população negra, num primeiro momento, individualmente e posteriormente coletivamente, reforçando ainda mais o sentimento de pertença dos negros brasileiros.

Todos esses movimentos da população negra nacional acabaram por extinguirem-se com a ditadura militar de 1964, demonstrando-nos o quão difícil era fazer um movimento contrário aos preceitos do mito da democracia racial que estava sendo difundido no Brasil pós abolicionista.

No entanto, em 1979 dá-se a formação do Movimento Negro Unificado Contra a Discriminação Racial (MNUCDR), que em dias atuais tem o nome de Movimento Negro

Unificado (MNU). Esse movimento luta contra a discriminação racial e reivindica posicionamento do Estado brasileiro a implantação de ações contra o racismo e a demonstração do valor da população negra em nossa sociedade, transmutando a forma como negros protestavam, agora a nível nacional e não mais regional ou localizado, o que fortaleceu politicamente o movimento negro brasileiro (DOMINGUES, 2007).

Dentre vários movimentos negros nacionais impulsionados por meio do MNU, nos anos de 1970, surge o movimento quilombola trazendo em seu bojo toda essa bagagem ideológica discutida desde a década de 1930. É por intermédio dessa nova concepção de protestar e reivindicar que os territórios quilombolas ganham força, agora como um movimento social, e seguem reforçando e ressignificando a identificação coletiva e sentimentos de pertencimentos enquanto remanescente quilombola.

O pertencimento acaba por desencadear no que preceitua o texto da Constituição Cidadã de 1988 em seu Art. 68 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias (ADCT), como um direito adquirido pelos remanescentes de territórios quilombolas.

Diz o Art. 68 – ADCT/CF-1988: “Aos remanescentes das comunidades dos quilombos que estejam ocupando suas terras é reconhecida a propriedade definitiva, devendo o Estado emitir-lhes os títulos respectivos” (BRASIL, 1988).

Este artigo constitucional é uma conquista do movimento negro enquanto grupos de interesse e pressão, exercendo influência direta sobre as ações governamentais, tendo como pleito principal o reconhecimento de seus territórios e implementação de políticas públicas, além do combate ao racismo, descriminação e preconceito contra esta raça.

Após cem anos entre a abolição e o reconhecimento dos direitos territoriais das comunidades quilombolas e ao dissertar sobre quilombos e direito à terra Souza (2008) nos fala que:

A questão quilombola esteve presente, do ponto de vista legal, tanto no regime colonial como no imperial. No período republicano, a partir de 1889, o termo quilombo desaparece da base legal brasileira e reaparece na CFB/1988 – Art. 68 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias – como categoria de acesso a direitos, numa perspectiva de sobrevivência, dando aos quilombos o caráter de remanescentes (SOUZA, 2008, p. 01.)

E a conquista deste dispositivo constitucional foi uma construção pautada na força do coletivo negro, transformando, novamente, a contextualização do vocábulo quilombo. Essa ressignificação de quilombo, agora embasada na força do coletivo negro e na busca pela autoidentificação, sentimento de pertença e identificação coletiva tem por trás de si tanto um

movimento que visa reivindicar seu reconhecimento enquanto um grupo social e tradicional como requerer políticas públicas para seus territórios (SOUZA, 2008).

Tal ação se dá mediante uma complexa legislação que garante direitos e trâmites administrativos para que haja a identificação, o reconhecimento, a demarcação, delimitação e a titulação da propriedade definitiva das terras ocupadas por remanescentes de comunidades quilombolas.

O Art. 68/ADCT parte do pressuposto de que a similitude quilombola depende de sua autoidentificação. De acordo com o Instituto Nacional de Reforma Agrária (INCRA, 2019), ao conceituar este termo, nos diz trata-se de comunitários negros urbanos ou rurais com fortes ligações de parentesco, identificação com território, defendendo ancestralidade e tradições próprias. Para que uma comunidade busque a titulação de suas terras ancestralmente ocupadas há, portanto, a necessidade de que tal comunidade esteja totalmente alinhada no que diz respeito à sua autoidentificação enquanto pertencente a este grupo ligado pela cultura, religiosidade e pertencimento a este território.

Uma das principais leis do atual cenário referente ao reconhecimento de terras quilombolas é o Decreto nº 4.887, de 2003, no qual o INCRA é a autarquia competente, na esfera federal, pela titulação dos territórios quilombolas. Para este órgão “as terras ocupadas por remanescentes das comunidades dos quilombos são aquelas utilizadas para a garantia de sua reprodução física, social, econômica e cultural” (INCRA, 2019, p. 01).

A titulação e reconhecimento de um território quilombola é o ponto de partida de uma nova fase que perpassou pela invisibilidade de um território formado por escravizados africanos fugidos, posteriormente pelo reconhecimento desse território mediante a força do movimento negro e na atualidade encontra-se na fase de luta pela implementação de políticas públicas garantidas por lei para dentro de seus territórios.

Diante do exposto, alinha-se com Gonçalves (2017, p. 55) quando esta delibera sobre a implantação de políticas públicas que façam cumprir o que preceitua o Artigo 68-ADCT. Segundo a autora poucos avanços sobre os efeitos deste artigo aconteceram que viessem a impactar positivamente as comunidades quilombolas, dadas as multitorças sociais que são empregadas na implementação de políticas públicas por parte do Estado.

Observa-se que mesmo que existam normativas específicas que desencadeiam ações governamentais para atender necessidades das populações quilombolas, os interesses e estratégias governamentais ou particulares, acabam por tornar os passos cada vez mais lentos no que tange o atingimento dessa parcela da população nacional. As políticas públicas

quilombolas acabam por não serem completamente implementadas e não atingindo os atores sociais para as quais foram debatidas e deliberadas. Forças antagônicas agem incansáveis sobre o tema quilombo. E é exatamente a isso que Dye (1984) se refere quando menciona que a ausência de uma ação estatal também é uma política pública já que ao Governo cabe escolher o que será implementado ou não, como veremos no próximo tópico.

Antes de adentrarmos na busca por políticas públicas específicas para territórios quilombolas (as políticas públicas setoriais serão debatidas no capítulo 3 deste estudo), há a necessidade de abordarmos um pouco sobre este termo. Assim, a próxima seção dedica-se a explicar sobre abordagens teórico-metodológicas referente a políticas públicas, as concepções referentes a processos de construção de uma definição sobre o termo.

1.3 As abordagens teórico-metodológicas referentes a políticas públicas e suas convergências e divergências

Explanadas as várias concepções do termo “quilombo” e a importância do sentimento de pertença, autoafirmação e identificação coletiva, chega-se a terceira parte deste capítulo onde pretende-se introduzir o entendimento da forma como tais ações reforçam e formam corpo na coletividade para buscar a implementação de políticas públicas. Para tanto, iniciaremos descrevendo nesta seção o conceito de políticas públicas em suas várias vertentes.

Souza (2003), ao deliberar sobre políticas públicas, defende a tese de que trata-se de um conceito e área de conhecimento que está em constante mudança, redefinições e, que, à nível de Brasil, é um tema que chama atenção da academia, principalmente pós-redemocratização e, portanto, considerado recente. Ribeiro (2014) ao explicar sobre o surgimento da política pública nos mostra que:

[...] surgiu como subárea da ciência política e ferramental de ação do governo nos EUA e na Europa, na década de 1940. Iniciou-se no Brasil, com algumas especificidades, em meados dos anos de 1980 no contexto de redemocratização, mantendo, contudo, as linhas gerais e as principais características daquelas duas matrizes que lhe inspiraram: foco nas ações e nos ideários dos atores envolvidos; centralidade do Estado; multidisciplinaridade e análise das ações governamentais. (RIBEIRO, 2014, p. 01).

Para Ribeiro (2014) e Souza (2003), conceituar o termo em estudo é atravessar por vários atores americanos e europeus que deliberam sobre uma categoria em construção. Estes atores representavam duas escolas de pensamento sobre o tema: a Escola de Chicago e a Escola Europeia. O **quadro 02** apresenta a construção da definição e as principais ideias sobre políticas públicas.

Quadro 02: Definições sobre políticas públicas

AUTOR	ANO	CONSTRUÇÃO DE DEFINIÇÃO
Harold Laswell	1936	Introduziu o termo <i>policy analysis</i> (análise de políticas). Necessidade de agregar conhecimentos científicos e acadêmicos para as ações do Governo. Quem ganha o quê, por quê e que diferença faz
Herbert Simon	1957	Introduz o termo <i>policy makers</i> (decisores políticos) através da criação do Modelo da Racionalidade Limitadas dos Decisores. Necessidades de tomada de decisão sobre a implementação de política pública deveria ser realizada em etapas.
Charles Lindblom	1959	Crítica aos atores anteriores. Há necessidade de relações de poder e integração entre diferentes fases do processo decisório. Estado não é o único ator responsável pelos ciclos das políticas públicas pois existem grupos de interesse/pressão que influenciam as ações do Governo.
David Easton	1965	Políticas públicas são um sistema, uma relação entre a formulação, o resultado e o ambiente. Introduz os termos <i>inputs</i> (ambiente externo), <i>withinputs</i> (o sistema político) e <i>outinputs</i> (saídas ou as próprias políticas públicas). Satisfação de demandas de atores externos.
Lawrence Mead	1965	Política pública é aquilo dentro do campo das políticas que analisa o governo à luz das grandes questões públicas.
Laurence Lynn	1980	Política pública é um conjunto de ações governamentais que poderão produzir efeitos específicos na sociedade.
Thomas Dye	1984	Políticas pública é tudo aquilo que o Governo escolhe ou não fazer.
Brainard Peters	1986	Políticas pública seria a soma das atividades dos Governos que agem diretamente ou por delegação e que influenciam a vida dos cidadãos.
Pierre Muller	2000	Política pública ocorre quando as autoridades modificam a realidade, constroem novas interpretações do real e definem modelos/normas daquela ação.
Klaus Frey	2000	Propões três dimensões para <i>policy analysis</i> : <i>polity</i> (sistemas políticos, administrativos e jurídicos), <i>policy</i> (teor da política), <i>politics</i> (processos políticos gerados a partir das relações conflituosas).

Celina Souza	2006	Políticas públicas são espaços/campos que contemplam conhecimento teórico e empírico emanados mediante discursos de cidadãos que procuram promover a ação governamental ou recomendar possíveis alterações nessas ações.
Celso Teixeira	2002	Políticas públicas são diretrizes, princípios norteadores de ação do poder público, regras e procedimentos para as relações entre poder público e sociedade, mediações entre atores sociais e o Estado, sendo este o agente fomentador da implementação, regulamentação e preservação do interesse público pelas políticas de bem comum.

Fonte: SOUZA, 2003; GIANNEZINI *et al.* 2017. Elaborado por QUARESMA, E.S., 2021

Este estudo coaduna-se com a definição defendida por Laswell (1936), da Escola de Chicago, que enfatiza que política pública busca respostas para saber quem ganha o quê, por quê e que diferença faz? Esta é praticamente uma compilação de todas as outras definições dos autores mencionados anteriormente e que entende-se como uma definição mais completa até agora.

Porém, há críticas à Escola de Chicago e seus conceitos de políticas públicas pois entende-se que esta definição desconsidera soluções das problemáticas sociais, da mesma forma como não levam em conta os interesses e ideias da sociedade, portanto ferindo uma das características defendidas por Ribeiro (2014), o teor multidisciplinar das ações governamentais.

O foco dessa crítica está em se deixar fora das questões pautas conflituosas no que diz respeito às decisões das ações governamentais e não levam em conta a prática de políticas públicas por atores sociais³. Este fato é compreensível pois trata-se de um conceito que, no período delimitado (1959), estava passando por vários processos de metamorfoses e se reinventando constantemente.

Foi J. Lowi (1972) quem discorreu sobre as definições dos tipos existentes de políticas públicas e da necessidade de compreensão de cada uma delas, entendidas aqui como uma ferramenta para que o processo político possa ser plenamente aplicado. Dessa forma cada tipo de políticas poderia influenciar sua aplicabilidade a depender dos cenários em que estivesse inserida. Assim, Lowi (1972) teoriza quatro tipologias de política pública: regulatória,

³ Termo aqui entendido conforme preceitua Dias (2012, p. 29-30) como sendo: “[...] os indivíduos cuja participação interfere na qualidade das ações que impactam na qualidade de vida de todos os seres que constituem as diversas redes sociais. Assim sendo, podemos entender que atores sociais representam, essencialmente, um bloco de poder que, ao trabalharem em favor do interesse coletivo, interferem significativamente na transformação da sociedade e, conseqüentemente, do mundo”.

distributiva, redistributiva e constitutiva. Essa tipologia está assim caracterizada, conforme **quadro 03**:

Quadro 03: Tipologia de política pública

REGULATÓRIA	DISTRIBUTIVA	REDISTRIBUTIVA	CONSTITUTIVA
<p>Maior visualização dos grupos envolvidos, interligando burocracia, políticos e grupos de interesse. Há um maior balanço das ações do governo nessa metodologia. Ex. Energia e telecomunicações.</p>	<p>O governo toma decisões que atenderão a um grupo específico em contrapartida a outro grupo com interesse ímpar, desconsiderando o limite de recursos, tendo benefícios explícitos e custos implícitos. Previdência. Ex. Previdência social.</p>	<p>Impactos sentidos em maior parcela da sociedade onde são notadas perdas concretas e em curto prazo a uns e ganhos incertos no futuro a outros. Ex. Incentivos fiscais para indústrias.</p>	<p>São as que lidam especificamente com procedimentos diversos junto aos atores governamentais. Ex. Políticas sociais e políticas econômicas.</p>

Fonte: AGUM, RISCADO E MENEZES, 2015. Elaborado por QUARESMA, E.S. 2021

Segundo Lowi (1972) as políticas públicas acabariam por impactar positiva ou negativamente uma parcela da população que a demanda, perpassando por diversas arenas de interesses de atores sociais como o Estado, a população e o capital (enquanto fornecedor da materialidade da política pública adotada). Desta forma, a decisão de implementar uma ou outra política pública acaba favorecendo um jogo de interesses que fazendo surgir a própria política e por muitas vezes, a politicagem, aqui mencionada com tom crítico como sendo uma tomada de decisão de implementação de uma política pública que atenderá ao interesse de uma minoria em detrimento de uma coletividade (SOUZA, 2003).

Já Muller e Surel (2004), ao tratarem sobre a dificuldade de definição de políticas públicas, consideram o termo como polissêmico pois algumas palavras e seus significados são melhores entendidos em inglês, visto que no idioma dos autores, – o francês – os mesmos termos podem tomar outras noções. Dizem Muller e Surel:

Com efeito, este termo (política pública) cobre, ao mesmo tempo, a esfera das políticas (*polity*), a atividade política (*policy*) e a ação pública (*policies*). A primeira faz distinção entre o mundo da política e a sociedade civil, podendo a fronteira entre os dois, sempre fluída, variar segundo os lugares e as épocas; a segunda designa a atividade política em geral (a competição pela obtenção dos cargos políticos, o debate partidário, as diversas formas de mobilização...); a terceira acepção, enfim, designa o processo pelo qual são elaborados e implementados programas de ação pública, isto é, dispositivos políticos-administrativos, coordenados em princípio em torno de objetivos explícitos. (MULLER; SUREL, 2004, p. 13)

Para este estudo, muito haveremos de tratar o termo política pública sobre o enfoque da ação pública, conforme a terceira acepção de Muller e Surel (2004), visto que esse é um dos objetivos deste discurso: entender como são tornadas reais as políticas públicas (*policies*) dentro da problemática que envolve as comunidades quilombolas em território brasileiro.

Não pretende-se aqui, em hipótese alguma, desprezar as outras acepções defendidas por Muller e Surel (2004), principalmente as atividades políticas (*politics*), pois estas impactam positiva ou negativamente em todas as tomadas de decisões e, particularmente, as que dizem respeito às comunidades quilombolas.

Para Lahera (1999) as políticas públicas carregam em seu bojo concepções tais como as ações, participações e institucionalizações governamentais, buscando atingir dois objetivos: “[...] La primera corresponde a las condiciones de marco de todas las políticas y la segunda se refiere al potenciamento de cada política em particular. [...]” (LAHERA, 1999, p. 02). Para o autor as políticas públicas podem ser vistas como uma ferramenta por meio da qual se atinge a eficiência da administração pública, atingindo seus objetivos estabelecidos e que visam a promoção do bem-estar de uma sociedade, seu desenvolvimento em todas as esferas política (municipal, estadual, ou federal).

Foi por intermédio desses novos cenários sociais e políticos que autores como Pierre Lascoumes e Patrick Le Galès (2004), ao referirem-se ao uso mais adequado sobre políticas públicas ou ações públicas, nos falam que as ações públicas ganham espaços sobre as políticas públicas, consideradas atrasadas e restritas, com presença forte do Estado. Ações públicas estão relacionadas tanto ao papel do Estado juntamente quanto com a força de vários atores sociais da esfera privada e pública que buscam a garantia de direitos sociais.

É o ponto que tocam Muller e Surel (2004, p. 18) quando a partir de Sabatier (1997) falam sobre os subsistemas de políticas públicas. Tais subsistemas são formados por um “grupo de pessoas e/ou organizações que interagem de maneira regular, em períodos superiores ou iguais a uma década, com o objetivo de influenciar a formação e implementação de políticas públicas dentro de um domínio dado” (SABATIER, 1997, p. 15).

Essa é a interseção dos pensamentos de autores como Lascoumes e Le Galès (2004), Muller e Surel (2004) e Sabatier (1997), no qual defendem a importância das ações públicas realizadas por atores sociais não estatais em busca de implementação de políticas públicas. Muller e Surel (2004) nos falam que, para a configuração da implementação de uma política pública, há a necessidade de uma tendência ou reunião de algumas ações, explicando a importância dos programas que o Governo deve seguir como ações a serem implementadas. Para que tais ações ocorram faz-se necessário a utilização de legalidade normativa e administrativa, verba pecuniária, pessoas para a realização da ação e um objetivo definido que se pretenda atingir.

Assim sendo, fazer uma política pública é materializar intenções em ações e programa por parte do Estado, tendo como intuito maior a resolução de uma problemática que venha

melhorar a qualidade de vida de uma certa parcela da sociedade. Há a necessidade, no entanto, do entendimento de que fazer política pública é colocar várias áreas do conhecimento em uma mesma arena, onde a Ciência Política, Filosofia, Psicologia, Pedagogia e Economia, dentre outras, se aglutinam tendo um só objetivo: atender as necessidades de uma sociedade demandante de ações realizadas pelo aparelho governamental.

Percebe-se que esta é umas das melhores definições das tomadas de decisões, através das ações governamentais, em busca da implementação de políticas públicas dentro de uma sociedade, havendo a necessidade de que tais ações supram as demandas sociais pleiteadas através de diversos atores que buscam melhorias dentro de uma coletividade. No caso das comunidades quilombolas, tais ações públicas vieram para impactar, geralmente, de forma positiva o cotidiano desses atores sociais, comumente resguardando seus direitos sociais ou incentivando a busca pela implantação de políticas públicas unicamente por parte do Estado, quando tais políticas são melhores implementadas pela esfera estatal.

Sendo assim, as políticas públicas, após desenhadas e formuladas, se desdobram em planos, programas, projetos, bases de dados ou sistemas de informações e pesquisas. Quando postas em ação, são implementadas, ficando, então, submetidas a sistemas de acompanhamento e avaliação, além de análise dos pesquisadores. Esses são, definitivamente, os papéis das políticas públicas, havendo a necessidade de passar por todas essas fases tendo um único intuito: o de atingir o cumprimento das demandas do povo, provocadas por vários graus de pressões sociais sobre as ações governamentais, tais como as “ações coletivas, as políticas populares em detrimento às políticas elitistas e a participação popular” (DIAS, 2012, p. 29).

Embora haja uma certa autonomia estatal, que faz com que o mesmo tenha um espaço próprio de atuação quando o assunto é pensar políticas públicas, o Estado pode estar suscetível a influências externas e internas. Com isso, reconhece-se o fato de que tal autonomia no pensar os objetivos de implementação de políticas públicas, deve estar sempre atrelada ao papel dos atores sociais, para além do Estado, como agentes demandantes, articuladores e recebedores de política. Tais atores sociais, enquanto sociedade civil organizada, (ONG's), instituições multilaterais, dentre outros, são assim, os requerentes de implementação de políticas públicas.

Várias outras correntes, porém, buscam entender os significados e aplicabilidade mais completa de políticas públicas. A corrente neoconstitucionalista enfatiza a sumária importância das instituições para a decisão, formulação e implementação de políticas públicas dada através da Teoria da Escolha Racional, negando que interesses individuais gerariam ações coletivas e que estas produzem necessariamente bens coletivos (SOUZA, 2006). Entendemos, neste estudo, que pensar políticas públicas para atender uma necessidade individual não caracteriza

a implementação destas e sim o atendimento de uma demanda de somente uma pequena parcela da população e interesses específicos, o que fere o entendimento sobre coletividade e por consequência todo um processo democrático.

Mas a prática de políticas públicas tende a realizar entrada em arenas que hora atende ao interesse de um coletivo em detrimento de outro e num outro momento os papéis são invertidos na mesma arena social. Arena social aqui entendida como o espaço de discussão onde múltiplos atores sociais tratam de problemas, traçam várias possibilidades para solucioná-los e elaboram ações públicas que possam atender o maior número possível de pessoas que demandaram essas ações públicas.

Desta forma, a decisão de implementar uma ou outra política pública acaba favorecendo um jogo de interesses que faz surgir a própria política e por muitas vezes, a politicagem (aqui mencionada com tom crítico como sendo uma tomada de decisão de implementação de uma política pública que atenderá ao interesse de uma minoria em detrimento de uma coletividade).

Mas, para que se chegue à implantação de uma ação do Governo, algumas fases devem ser respeitadas, como sendo um processo de construção de uma política pública, seja para um público específico ou não, perpassando por alguns ciclos de políticas públicas, conforme preceitua Lindblom (1959), com suas fases que se complementam sequencialmente e de forma interdependentes, como demonstrado na **figura 01**:

Figura 01: Ciclos da política pública



Fonte: AGUM, RISCADO E MENEZES, 2015. Elaborado por QUARESMA. E.S, 2021

Os ciclos de políticas públicas não obedecem, necessariamente essa ordem, podendo haver momentos que essa configuração seja desfeita e alguma fase pode modificar seu posicionamento dentro deste esquema, no entanto, a título de metodologia, podemos apresentar essa figura para que se possa ter um norte sobre o que Lindblom (1959) trata referente ao mencionado ciclo.

Conforme delibera Rodrigues (2010) e exposto no **quadro 04**, abaixo, os ciclos das políticas públicas podem ser descritos como:

Quadro 04: Fases/ciclos de políticas públicas

Preparação	Trata-se da questão a ser resolvida, fase por intermédio da qual o Governo decide que problemática enfrentará na tentativa de solucionar determinado conflito, geralmente com recurso abaixo do esperado o que acaba gerando competição entre atores sociais diferentes.
Formulação	Caracterizada pela escolha do marco jurídico que o Governo utilizará para resolução do problema, realização de diagnóstico, identifica-se alternativas e vislumbra-se expectativas de resolução do conflito.
Implementação	Aqui o Governo põe em prática todo os estudos que realizou na fase passada, momento em que a resolução do problema político tem uma causa definida e busca-se, através de um efeito eficiente e eficaz, extinguir o problema levantado nas fases anteriores.
Monitoramento	Nesta fase ocorre a averiguação se as ações tomadas pela máquina governamental surtiu eficientemente os efeitos desejados, adequando-os e corrigindo-os sempre que se fizer necessário, buscando alinhar os meios aos fins em busca da realização das metas desenhadas nas fases anteriores
Avaliação	Fase final da política ou programa do Governo busca-se medir se as metas desenhadas foram alcançadas, se os efeitos dessas políticas resolveram o problema levantado e estudados nas fases anteriores e serve como norte para políticas a serem aplicadas no futuro, tidas como certas e eficientes
Extinção	Quando uma política pública não atinge, satisfatoriamente, o objetivo ou fim para a qual entrou nas outras fases e portanto, não deve ser praticada novamente, sendo assim extinta.

Fonte: RODRIGUES, 2010. Elaborado por QUARESMA. E,S 2021

Como vê-se, são muitas as teorias e contra teorias sobre políticas públicas. Porém algo que se faz pertinente mencionar nessa pesquisa é a importância dos cenários e atores sociais e grupos de interesse/pressão como sendo os principais responsáveis pela busca e lutas por políticas públicas. Para tanto, são necessárias ações como indicação de fatores, considerados problemáticos e que atingem tais atores sociais, as formas como estes problemas estão ocorrendo repetidamente no decorrer do tempo e de como os resultados apresentados pelo Governo estão surtindo pouco ou nenhum efeito, na forma de feedback, aos atores demandantes.

Neste contexto, é revelada a grande importância desses atores estarem integrados em redes sociais e de interesses em comum, com contatos, vínculos e conexões que aglutinem sentimentos individuais e coletivos. E, desta forma, fortalecendo-se enquanto sociedade civil organizada que recruta políticas públicas do governo e espera que as ações de contrapartida governamental possam sanar suas vontades, necessidades e anseios.

Um bom exemplo do exposto, é o campo de pesquisa deste estudo, a comunidade do Quilombo do Pacoval, que foi galgando por intermédio destes caminhos apresentados, do sentimento de pertença, fortalecimento de identificação coletiva e pela consolidação de nexos e ligações enquanto comunidade remanescente de antigos escravizados africanos, que a mesma vem pleiteando formas e mecanismos capazes de fazer com que políticas públicas possam atingir seu território como regulamenta bloco normativo constitucional brasileiro específico, como se verá mais adiante. Porém, construir políticas públicas para as comunidades quilombolas no Brasil, é uma luta constante, idas e vindas de reivindicações que não diminuem e não terminam.

É relevante discorrer que as políticas públicas voltadas para as comunidades quilombolas devem ser pautadas no universalismo (no sentido de preocupação com o próprio indivíduo, enquanto ator social autônomo e livre), abrangendo toda a coletividade, em detrimento de políticas públicas que possuem bases relativistas (por meio da qual sua cultura, direitos, modo de vida, política e moral delimitam seus direitos fundamentais enquanto sociedade, particularizando-a e buscam particularizar políticas públicas de forma fechada em seu próprio Estado.

Para seguirmos adiante, há a necessidade de entendermos de forma mais concreta a evolução da busca de políticas públicas voltadas especificamente para atender demandas dos territórios quilombolas, tendo como base as leis nacionais e seus vários desdobramentos, construídas e consolidadas através das lutas dos movimentos negros nacionais.

Daí entendemos que, neste estudo, as políticas públicas voltadas para as comunidades quilombolas devem ser pautadas no universalismo, abrangendo toda a coletividade de remanescentes de aquilombados, políticas estas que foram duramente construídas e compassadamente reformuladas e fortalecidas no decorrer de décadas, mediante as quais buscase a implantação de direitos adquiridos para estes territórios.

No capítulo que segue, explanaremos sobre a chegada da mão de obra escravizada africana na porção norte do território brasileiro, especificamente na mesorregião do Baixo Amazonas e será exposto, primeiramente, os acontecimentos que forçaram a necessidade de utilização desse tipo de força de trabalho, substituindo, o que este estudo chama de escravização

vermelha, pela escravização negra. Para tanto, há a carência de apresentação e contextualização do que hoje é a região do Baixo Amazonas, sua inserção econômica e estratégica para a economia portuguesa, a chegada dos escravizados africanos e posteriormente, a historiografia de formação de aquilombamentos no norte do Brasil.

Para além da apresentação da região na qual está inserido o objeto dessa pesquisa, a saber, a comunidade do Quilombo do Pacoval em Alenquer (PA), intenciona-se demonstrar que o perspectivismo exógeno observada em outras regiões do Brasil de que, nessa porção do território nacional, não houve a utilização de braços negros escravizados para a construção do economia colonial portuguesa nem, tampouco, a presença de processos decolonial caracterizados pela formação de mocambos/quilombos no interior da Amazônia. Assim, busca-se discorrer, especificamente, sobre a historiografia de formação do Quilombo do Pacoval, localizado no município de Alenquer (PA), e da importância dessa comunidade quilombola para a ressignificação da população negra do Baixo Amazonas, através dos denominados Encontros Raízes Negras.

CAPÍTULO 2 - LUTA IDENTIFICAÇÃO COLETIVA E PERTENCIMENTO: RAÍZES NEGRAS NO BAIXO AMAZONAS

Nesse capítulo serão abordadas as razões da utilização da mão de obra negra africana escravizada em detrimento da escravização do gentil no contexto amazônico, para tanto será apresentada a região do Baixo Amazonas, *locus* de interesse desta pesquisa.

Considerando o objetivo geral deste trabalho, não será desenvolvida discussão aprofundada sobre as motivações do tráfico negreiro em contrapartida da escravização em larga escala da mão de obra indígena. Assim, será realizada uma breve contextualização do tema e, em seguida, realizaremos uma explanação referente ao objeto de discussão neste capítulo: a introdução da mão de obra negra africana escravizada na Amazônia, e a formação dos quilombos na região do Baixo Amazonas.

2.1 Contextualização do Baixo Amazonas e introdução dos escravizados africanos nessa porção do Brasil

Na perspectiva de Witkoski (2011), fisicamente a Amazônia é formada por um agrupamento de água, terra e floresta e num contexto ambiental, econômico e social, trata-se de um resultado das dinâmicas capitalistas regionais e das formas como o desenvolvimento dessa porção do Brasil foi tratada pelos projetos estatais. Já Becker (2010), de forma mais detalhadas, explana que trata-se de um “Imenso espaço dotado de recursos que se tornarão escassos, com 1/5 de toda a água doce e 1/3 das florestas latifoliadas do planeta e habitado por apenas 4 milésimos da população mundial (BECKER, 2010, p. 26).

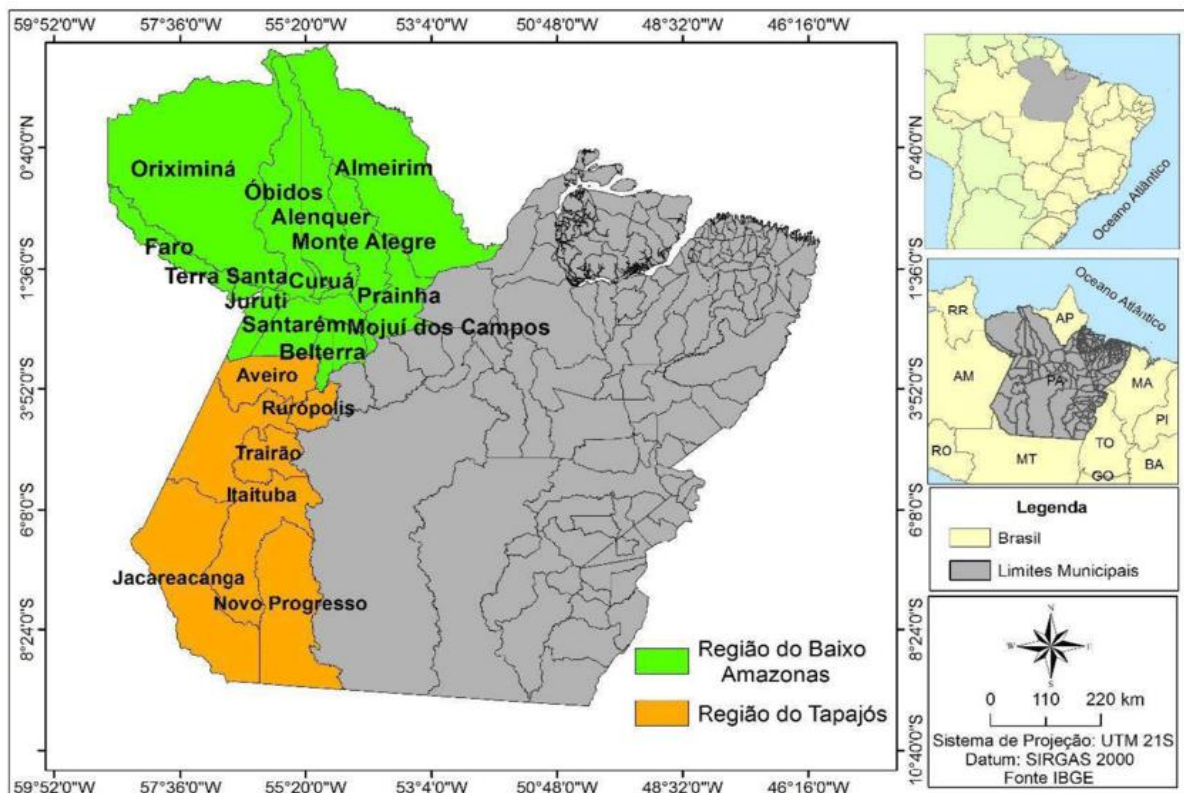
Becker (2010) faz uma ampla discussão referente a região amazônica em seus estudos sobre as diversas Amazônia existentes. As Amazônia das águas doces, salgadas e das florestas abundantes, com grande variedade étnica, cultural e de biodiversidade. Nessa mesma linha de pensamento, Almeida (2018), ao falar sobre essa porção brasileira a descreve como a última fronteira de expansão do grande capital, dada suas riquezas genéticas, natureza grandiosa, biodiversidade imensurável e enorme potencial hídrico e mineral versus a intensão de controle dessa porção do Brasil por várias corporações como o mercado de *commodities*, o Estado, as populações tradicionais e as agências multilaterais.

O *locus* dessa pesquisa está inserido neste vasto, complexo e desafiador território brasileiro. Trata-se da porção Oeste do estado do Pará, denominada de região do Baixo Amazonas. Para este estudo pretende-se contextualizar a região do Baixo Amazonas, por

intermédio das características no que se refere à formação histórica dos municípios que fazem parte da região do Baixo Amazonas, pela ótica capitalista desenvolvimentista, além de explicar brevemente sobre suas características físicas e políticas.

A região do Baixo Amazonas é formado pelos municípios de Almeirim, Alenquer, Belterra, Curuá, Faro, Juruti, Mojuí dos Campos, Monte Alegre, Óbidos, Oriximiná, Prainha, Santarém, Terra Santa, conforme **figura 02**:

Figura 02: Localização dos municípios do Baixo Amazonas e Tapajós (PA)



Fonte: IBGE (2000)

Essa região sempre teve sua economia atrelada ao extrativismo desde o período colonial (drogas do sertão e pesca artesanal) e só veio a sofrer uma alteração significativa durante o ciclo econômico ligado à borracha no final do séc. XIX e início do séc. XX e deixou marcas significativas tanto na história quanto na cultura dessa região, como é o caso do projeto implantado no município de Belterra pela Companhia Ford.

Durante o regime de intervenção militar no Brasil (1964 – 1985) e seus grandes projetos para a Amazônia em busca de minérios, fartas terras para produção pastoril e implementação de agricultura seguida de abertura de estradas, a região do Baixo Amazonas se integra ao restante do país através da Política de Segurança Nacional.

Segundo dados do Relatório Analítico do Território do Baixo Amazonas (2012, p. 16):

A história do BAM se confunde com a história da Amazônia como um todo. As cidades emergiram às margens do Rio Tapajós, particularmente a partir da expulsão dos jesuítas, quando suas fazendas foram reestruturadas pelo regimento do Diretório de Índios, que criou as regras para o comando civil, introduzindo as atividades agrícolas, sob a organização de ramos de produção, visando a suprir as demandas da colonização. A mão de obra empregada era a indígena utilizada para a construção de fortificações, a qual, de forma oficial, foi substituída pelo trabalho do negro africano com a fundação da Companhia Geral do Comércio do Grão-Pará e Maranhão, cujo objetivo era intensificar a extração das drogas do sertão.

Nos anos de 1960, por meio da política desenvolvimentista do Governo brasileiro, com isenção de impostos e incentivos fiscais, deu-se a ocupação dessa região por migrantes do sul e centro-oeste do Brasil e uma nova realidade econômica, cultural e social se fez presente em terras do oeste paraense, principalmente no que diz respeito a conflitos econômicos fundiários, segundo dados do Relatório acima mencionado.

Conforme demonstrado no **quadro 05**, a década de 1990 foi caracterizada pelo início da expansão do agronegócio, da mineração e do turismo no Baixo Amazonas, havendo uma grande crescimento da população na região e criação de novos municípios. Segundo dados do IBGE (Censo 2010), a região do Baixo Amazonas ocupa uma área de 332.945.685 km² e no Censo de 2010 foi constatada uma população de 708,245 habitantes com densidade demográfica de 4,7 habitantes por km². No **quadro 05** abaixo, será apresentado a população residente, por cor ou raça, que constam nos Censos do IBGE, anos 2000 e 2010, para que se possa mensurar como está dividida a população nos municípios que fazem parte da microrregião do Baixo Amazonas.

Quadro 05: População residente por cor ou raça x ano dos municípios – Região do Baixo Amazonas

Censo 2000								Censo 2010						
MUNICIP.	TOT.*	BCO.*	PRE.*	AMA*	PAR.*	IND.*	S/D*	TOT.*	BCO.*	PRE.*	AMA*	PAR.*	IND	S/D*
Alenquer	41.784	5.545	1.084	25	34.866	20	244	52.626	10.093	3.796	565	38.172	-	-
Almeirim	33.957	6.796	1.958	16	24.358	560	269	33.614	5.324	1.987	210	25.219	874	-
Belterra	14.594	2.225	432	82	11.641	129	85	16.318	1.995	638	183	13.127	375	-
Curuá	9.224	2.370	917	-	5.844	32	60	12.254	2.296	769	72	9.117	-	-
Faro	10.037	1.227	323	4	8.101	260	121	8.177	1.385	204	6	6.518	63	-

Jurutí	31.198	7.748	184	-	22.956	11	299	47.086	6.264	1.285	742	38.715	80	-
Monte Alegre	61.334	14.053	1.947	98	45.121	28	86	55.462	10.457	2.091	434	42.367	112	-
Mojuí dos Campos	15.548*	**	**	**	**	**	**	**	**	**	**	**	**	**
Óbidos	46.490	12.856	2.510	105	30.118	560	341	49.333	10.015	3.761	515	34.458	583	-
Oriximiná	48.332	12.085	3.607	117	30.080	2.171	273	62.794	9.412	7.038	297	43.077	2.970	-
Prainha	27.301	4.027	1.319	12	21.475	77	390	29.349	3.687	459	25	25.177	-	-
Santarém	262.538	68.477	9.286	256	181.396	1.325	1.799	294.580	59.213	15.255	2.531	215.125	2.456	-
Terra Santa	14.592	3.340	672	4	10.393	78	105	16.949	3.426	484	84	12.922	34	-

Fonte: IBGE, 2021. Elaborado por QUARESMA, E.S, 2021

*TOTAL – BRANCOS – PRETOS – PARDOS – AMARELOS – INDÍGENAS – SEM DECLARAÇÃO

** - Dados não apresentados visto que Mojuí dos Campos foi emancipada à categoria de cidade em 2013, após o Censo de 2010

No **quadro 05** acima chama a atenção, para além do crescimento populacional na grande maioria dos municípios da região do Baixo Amazonas, um grande crescimento da parcela da população que se declara preta ou parda. O fato chama atenção já que a auto declaração enquanto pertencente a essa cor ou raça, vai impactar na identificação coletiva e fortalecimento da população negra (pretos/pardos) no Baixo Amazonas, assim como ocorreu no restante do Brasil, nesse período.

A população do Baixo Amazonas teve um crescimento moderado, com ocupação urbana e rural, na maioria dos municípios equivalentes, conforme será apresentado em **quadro 06**, abaixo;

Quadro 06: Número de habitantes, população e densidade demográfica.

Município	Nº de hab.	População urbana (hab.)	%	População rural (hab.)	%	Área total Km²	Densidade demográfica
Alenquer	52.626	27.722	57,7	24.904	43,3	23.645,4	2,23

Almeirim	33.614	19.965	59,00	13.649	41	72.954,5	0,46
Belterra	16.318	6.852	41	9.466	59	4.398,4	3,71
Curuá	12.254	5.791	47,2	6.473	52,8	1.431,2	8,56
Faro	8.177	6.128	74	2.049	36	11.770,6	0,69
Jurutí	47.086	15.852	33	31.234	67	8.305,1	5,67
Monte Alegre	55.462	24.565	44,3	30.897	55,4	18.152,5	3,06
Mojú dos Campos*	15.548	-	-	-	-	4.993,28	3,11*
Óbidos	49.333	25.466	51,6	23.867.	48,4	28.021,3	1,76
Oriximiná	62.794	40.147	63,9	22.647.	36,1	107.603,	0,58
Prainha	29.349	8.959	30	20.390	70	14.786,7	1,98
Santarém	294.580	215.790	73,3	78.790.	26,8	22.886,8	12,87
Terra Santa	16.949	10.335	61,10	6.614.	39,0	1.896,5	8,94

Fonte: IBGE, 2010

*Município criado após o censo de 2010. Dado estimado pela FAPESPA/SEPLAN, 2016

No decorrer dos anos 2000 até o ano deste estudo, os despossuídos de terras acabam por ser incorporados ao *agrobusiness*, como é o caso da implantação da monocultura da soja nos municípios de Santarém, Belterra e Mojú dos Campos, e tal população migra para áreas periféricas das cidades, com aparelhos governamentais precários e várias problemáticas sociais acabam sendo desencadeadas nas zonas periurbanas de algumas cidades da região do Baixo Amazonas, impactando diretamente o Produto Interno Bruto (PIB) dessa região, conforme pode ser observado no **quadro 07**, abaixo:

Quadro 07: PIB dos municípios da região do Baixo Amazonas

Município	PIB (R\$) Mil	Agropecuária	Indústria	Serviços	Valor adicionado	Impostos
Alenquer	152.752	41.759	11.443	95.568	148.770	3.982
Almerim	420.811	33.378	199.964	148.138	381.479	39.332
Belterra	56.689	24.214	3.598	27.701	55.513	1.176
Curuá	35.983	13.604	3.295	18.413	35.312	671
Jurutí	125.866	17.789	18.764	71.091	107.644	18.222
Monte Alegre	222.997	59.195	28.198	128.605	107.644	6.999
Óbidos	171.730	55.273	13.205	97.735	107.644	5.517
Oriximiná	644.228	55.273	321.350	231.329	585.807	58.421

Prainha	644.228	55.273	8.988	43.067	86.689	1.834
Santarém	1.578.336	115.177	215.628	1.090.485	1.421.290	157.045
Terra Santa	42.221	8.701	3.596	28.924	41.221	1.001
Pará	49.507.144	3.804.180	13.779.837	26.876.464	44.460.481	5.046.663

Fonte: Relatório analítico do território do Baixo Amazonas (2012), e a partir dos dados do MP/PA-2007.

Na região em estudo, a base econômica gira em torno da agricultura familiar, turismo, mineração e agronegócios, e pode-se dizer que praticamente todas essas atividades acabam impactando diretamente o meio ambiente de uma forma danosa fazendo surgir vários atores sociais comprometidos com a sustentabilidade ambiental e defesa do usos adequados das riquezas naturais dessa região brasileira.

Segundo dados da Fundação Amazônia de Amparo a Estudos e Pesquisa do Pará – FAPESPA, em seu Diagnóstico Socioeconômico e Ambiental da Região de Integração do Baixo Amazonas – 2015 (PPA 2016-2019), a região do Baixo Amazonas possui 705.737 habitantes (8,7% da população do Pará), 315.86 mil km² (corresponde a 25% da área do estado), tendo um PIB na ordem de R\$ 5,9 bilhões (6,5% do PIB paraense e 12% do PIB agropecuário do Pará) sendo que possui 73.526 empregos formais (6,5% do total do estado).

Destaca-se na extração de bauxita e na pesca continental, sendo maior produtor de mandioca do Pará (30%), 3º maior produtor de soja (17%) e milho (18%). A produção de castanha do Pará é responsável por 94% da produção do estado e 3º na produção madeireira (19%).

No que tange o analfabetismo, tem a segunda menor taxa para pessoas de 15 anos ou mais (12%), no entanto tem a 3º maior taxa de pobreza do estado, numa faixa que corresponde a 49% de sua população. Segundo os dados da FAPESPA é a 5º região com maior taxa de mortalidade infantil do Pará, na casa de 17%.

O Produto Interno Bruto (PIB) do Baixo Amazonas era de R\$ 5.958.123,00, sendo que desse valor 58,95% estão relacionados a serviços, 20,63% à indústria, 12,21% à agropecuária e 8,20% a impostos, segundo dados do IBGE/FAPESPA (2012).

Os produtos mais exportados são o minério de alumínio 52% saindo de Oriximiná, a soja 16% de Santarém e derivados de soja 6,48% partindo de Almeirim. Quanto às importações, Oriximiná importa máquinas e equipamentos 30,12% além de componentes para caminhão 7,76%, Almeirim busca fora o hidróxido de sódio 10,93%.

Quando nos referimos aos investimentos privados previstos para o quinquênio de 2015-2020 para o Baixo Amazonas, observamos que 42% dizem respeito a energia, 29% para

os minérios, 25,5% estão destinados para infraestrutura e logística, 2% para o agronegócio e 1,5% para a indústria, segundo dados da Redes/Fiepa (2015).

Estes números demonstram que essa porção do Brasil continua sendo vista como um grande celeiro que visa atender o grande capital e os interesses do Estado, pouco se beneficiando de suas grandes potencialidades naturais. A visão de que essa porção do Brasil é um verdadeiro armazém do restante do país é histórica.

A formação histórica da região do Baixo Amazonas se assemelha, em muito, com a formação que se sucede em toda a Amazônia. Com a expulsão dos jesuítas e a remodelação de fazendas dessa Ordem religiosa pela norma do Diretório de Índios, muitas cidades começam a surgir nas margens do Rio Tapajós. Segundo Musy (2018) ao discorrer sobre esse Diretório, menciona que:

Diretório dos Índios foi uma lei elaborada em 1755 e se torna público em 1757 por intermédio de D. José I, rei de Portugal, por meio do ministro Marquês de Pombal. O documento assinado por Mendonça Furtado, irmão de Melo e Castro, expressa a política pombalina para os indígenas e a tentativa de torná-los “gente útil” que tivesse serventia a Portugal, os equiparando a vassalos de pleno direito. É por conta disso que os indígenas foram retirados da tutela dos jesuítas, e tomados como parte da população do reino. Os aldeamentos foram transformados em vilas ou aldeias e eram, agora, administrados por um diretor. (MUSY, 2018 p. 03).

Dessa forma, os antigos aldeamentos jesuítas foram transformados em produtores de uma agricultura que atenderia as necessidades dos colonizadores portugueses. Utilizou-se, para tanto, mão de obra indígena para erguer fortificações e está só foi parcialmente substituída pela força do trabalho escravizado negro africano com a criação da Companhia Geral do Comércio do Grão-Pará e Maranhão, que objetivava potencializar a extração de drogas do sertão. A criação desta Companhia (1755) teve como intenção o fortalecimento da influência de Portugal no território amazônico, segundo Dias (1970).

Ao discorrer sobre o tema, Dias (1970) defende a tese de que a criação da Companhia era vista pela Coroa Portuguesa como um instrumento eficiente para garantir a riqueza dessa região e manter a soberania de Portugal nesse território (FARRAGE, 1991), frente aos interesses de outras Nações que almejavam essa porção de terra já que “há muito haviam inaugurado a partilha política e econômica do Atlântico brasileiro” (DIAS, 1970, p. 33).

Os portugueses, no início de sua ocupação da Amazônia, logo descobriram que o ecossistema local em muito se diferenciava das áreas ocupadas nas porções nordeste e sudeste de seu novo território colonial. Nada conheciam sobre os tipos de riquezas aqui existentes e a grandiosidade da floresta era o principal impeditivo para que seguissem adiante.

Existiam, no entanto, uma grande população de indígenas nesta parte da colônia e não houve dúvidas na decisão tomada sobre os gentis: a escravização de grandes nações indígenas. Desta forma, segundo estudos de Beozzo (1984, p. 28):

O processo de conquista da Coroa portuguesa na região amazônica só tornou-se possível, em grande medida, devido à utilização da força de trabalho indígena, na construção de grande parte dos fortes, fortalezas, cidades e vilas; a oeste, ao sul e ao norte, através dos rios Tapajós, Madeira, Negro, Branco e Javari; na coleta do principal recurso econômico da Amazônia no período, o extrativismo das chamadas “drogas do sertão”, o qual exigia a penetração pela floresta e o seu profundo conhecimento, constituindo um fator depreciativo em relação à utilização do escravo africano, já que só o índio poderia suprir tais requisitos.

Durante a ocupação do período colonial do Brasil, muitas foram as formas, leis, decretos e modalidades adotadas para que a escravização indígena se consolidasse fortemente na porção norte das possessões portuguesas na América Latina. Por várias vezes, leis foram criadas para que tal escravidão não ocorresse, porém sempre deixando brechas para que voltassem a acontecer, sempre atendendo aos interesses da Coroa portuguesa, dos colonos e da Igreja.

Segundo Salles (1971), além de abundantes, os indígenas eram muito mais baratos que os africanos, na proporção de 30 mil réis para 100 mil réis, em 1681, tornando muito mais rentável a escravização dos gentis vermelhos. Não havia mão de obra mais específica e abundante para indicar tais drogas do sertão, mostrar suas diversidades e valores, como os indígenas, abundantes e conhecedores do território da floresta amazônica.

Por meio de leis e regimentos vindos da metrópole portuguesa, a Igreja adquire a prerrogativa de poder temporal sobre os indígenas e este fato fez com que as Ordens religiosas aqui estabelecidas adquirisse grande poder mercantil nesta região utilizando-se da mão de obra indígena como escravizados (SOUSA, 2002).

De acordo com Salles (1971), ao tratar sobre o real interesse dos jesuítas sobre os indígenas e o apoio à escravização de negros africanos, o autor explana que tanto os portugueses quanto os jesuítas tinham interesses na mão de obra indígena, uma como totais escravizados outro com uma espécie de escravidão mais branda. Daí o acordo firmado entre portugueses e jesuítas para a entrada de escravizados africanos nessa porção da colônia.

A medida adotada foi a criação, em 1682, da Companhia de Comércio do Maranhão, cujo objetivo era a comercialização de peças negras para serem utilizadas nas capitânicas da Amazônia, na ordem de 500 escravizados por ano, durante vinte anos, totalizando uma população negra na ordem de 10.000 escravos (SALLES, 1971).

Anteriormente a este fato, no século XVII, ingleses, holandeses e franceses haviam introduzido negros escravizados para trabalhar na plantação de cana-de-açúcar e produção de rum e açúcar, na atual costa do Amapá e região de estreitos, mas o avanço das forças lusitanas

a serviço da coroa Espanhola forçou a saída dessas nações do território luso amazônico (BEZERRA NETO, 2012).

Algumas desavenças entre a Companhia e compradores de escravos provocou a Revolta de Beckman no Maranhão e a Companhia foi extinta em 1684 e mesmo assim, nas duas décadas seguintes ainda houve a entrada de africanos escravizados, em menor proporção no Maranhão e no Grão Pará.

Tal fato era apoiado pelo Padre Antônio Vieira, qual seja: a não escravização dos indígenas e a aprovação da escravidão de negros africanos como uma forma de trégua entre colonos e a Coroa Portuguesa, defendendo que a escravização do africano seria o último recurso como forma de substituição do trabalho escravo do indígena nas plantações e lavouras (SALLES, 1971).

Por intermédio das medidas econômicas tomadas por Pombal, da criação da Companhia Geral de Comércio do Maranhão e Grão Pará, da expulsão das ordens religiosas que estavam estabelecidas na Amazônia e da chegada do negro escravizado, a região amazônica integrou-se de forma definitiva ao modo de produção escravista, que operava em toda a colônia. Os escravizados foram utilizados no cultivo de algodão e na pecuária, principalmente.

Diferentemente do que ocorria nos atuais estados do nordeste, centro-oeste e sudeste com suas largas plantações de cana-de-açúcar, café, tabaco, exploração de ouro, diamantes e produção de açúcar, no Pará e Maranhão a integração com a Coroa portuguesa tinha como pilar principal as drogas do sertão (cacau, salsaparrilha, ervas aromáticas e outros produtos vegetais), produtos muito apreciados no comércio europeu e que concorriam diretamente com as especiarias orientais (SOUSA, 2002).

Pelo fato da região amazônica não fazer parte de grandes áreas de plantation ou de zonas com exploração de ouro e diamantes, locais onde exigia grande número de mão de obra de escravizados africanos, e pela enorme presença de indígenas distribuídos pelo norte da colônia, a escravização africana foi colocada em segundo plano nessa porção colonial, provocando um certo vazio sobre o tema na historiografia desta região.

Comprova-se o mensurado quando buscamos bibliografias que tratam sobre as comunidades negras, quilombados ou não, que se formaram no decorrer da história da Amazônia e só conseguimos um número limitado de referências.

Para Funes (1995, p. 16), ao tratar sobre o surgimento de estudos referente ao tema da historiografia dos negros em terras amazônicas, este nos fala que:

A partir dos fins da década de 1930 que começam a surgir os primeiros estudos específicos sobre a presença da mão de obra escrava africana naquela região. Trata-se dos textos de Manuel Nunes Pereira, "A introdução do negro na Amazônia", em 1939,

e “Os negros escravos na Amazônia”, em 1952. Na década de 1960 vieram a público alguns estudos sobre a Companhia Geral do Grão Pará e Maranhão. Trabalhos que, ao analisarem a política de desenvolvimento adotada no período pombalino para o norte da colônia, ressalta a ação da Companhia Geral de Comércio, a inserção daquela região ao mercado internacional, em especial no tráfico negreiro estabelecido diretamente entre duas áreas coloniais: a Amazônia e a África Ocidental.

Tais estudos vão explicar sobre a presença dos africanos escravizados na porção norte da colônia portuguesa e de como essa força de trabalho foi importante para esta região, especialmente para o Pará, no que diz respeito à cultura, culinária, costumes, musicalidade e religiosidade. Mesmo não tendo uma produção tão grande que demandasse um número cada vez maior de escravizados, o Pará continuou produzindo arroz, cacau, cana-de-açúcar, tabaco, algodão, sal e produtos advindos da pecuária.

Devido ao baixo contingente de africanos, perpetuou-se a escravização indígena com a ressalva de que essa mão de obra estava cada vez mais inacessível, era frágil frente as doenças apresentadas pelos portugueses, não duradoura e, portanto, uma mercadoria de alto risco de investimento.

Os africanos escravizados chegavam nessa parte da colônia lusitana, e em outras cidades da região, através de algumas modalidades específicas de transportes, como é o caso do assento (tipo de comércio negreiro promovido pela Fazenda Real junto com particulares) o estanque ou estanco que era um comércio negreiro praticado pelas companhias de comércio e a iniciativa particular onde um comerciante era responsável por todo o processo de investimento e logística dos africanos até estarem em terras amazônicas.

Da mesma forma, havia a comercialização interna interprovincial, com africanos comercializados da Bahia para o Pará, via Ourém/PA (município que serviu como entreposto entre Maranhão e Pará), além do contrabando, que sempre foi praticado durante todo o processo de inserção do negro no norte do Brasil (BEZERRA NETO, 2012).

Eram frequentes as tratativas entre colonos e a Coroa portuguesa para que tais peças fossem introduzidas na parte norte do Brasil, visto que a problemática de fragilidade e fugas frequentes provocadas pelos escravizados indígenas requeriam medidas mais práticas, praticidade aqui representada pela mão de obra escravizada africana. Formou-se, então, uma triangulação do comércio negreiro, envolvendo a África, Metrópole e Amazônia (Maranhão e Pará), através de comerciantes que eram contratados pela coroa portuguesa que chegavam na costa africana para negociar escravos e posteriormente realizar a venda no Maranhão e no Pará.

Nestes portos, tais negociantes abasteciam seus navios com produtos locais e realizavam a venda destes produtos em Portugal, gerando receita e renda para a Coroa para a manutenção desse tipo de comércio triangular (BEZERRA NETO, 2012).

Os estudos realizados por este autor (2012) sobre o quantitativo de cativos africanos no Grão-Pará, no período compreendido entre 1680 à 1841 (quando o tráfico negreiro ultramarino foi proibido), remete a um total aproximado de 58.895, com uma média de entrada anual de africanos escravizados na ordem de 390 indivíduos (a maioria de áreas da Senegâmbia/África Ocidental e África Centro Ocidental), que em terras amazônicas trabalhavam com gêneros para exportações tais como o cacau, açúcar, cravo grosso, couros, salsa, café, meios de sola e anil.

Mesmo aumentando-se a oferta de mão de obra de escravizados africanos no Grão-Pará e Maranhão, não houve uma mudança completa de escravizados vermelhos para negros. Pouco surtiu efeito as tratativas da Igreja Católica, com seus “sermões, as condenações das ações criminosas e pecaminosas contra os filhos das matas, muito menos a legislação que desencorajava a escravidão indígena” (FUNES, 1995, p. 50). Até os diversos processos de descimento e aldeamento de indígenas amazônicos, na tentativa de pacificá-los e domesticá-los não impediu que estes continuassem sendo escravizados pelos europeus (FUNES, 1995).

Os 58.895 escravizados africanos mencionados por Bezerra Neto (2012), estavam mais presentes na capital da província do Grão-Pará, Belém. Porém, alguns foram deslocados para o interior, “naquelas áreas em que predominaram as atividades agropastoris, como o Baixo Tocantins e o Baixo Amazonas” (FUNES, 1995, p. 52). Esse foi o caso de escravizados africanos que foram transportados para as cidades de Santarém, Óbidos, Faro, Monte Alegre, Alenquer, Itaituba e Aveiro, dentre outras. (BEZERRA NETO, 2012).

No Baixo Amazonas, a cacaeira, a pecuária e a agricultura de subsistência foram os locais onde os escravizados foram utilizados, assim como em atividades domésticas, fazendo, aos poucos, parte do cotidiano da sociedade local.

Os registros de casamento da época dão conta de um quantitativo de 281 escravizados e os inventários *post-mortem* um número de pouco mais de 300 negros escravizados, vindos, principalmente da costa ocidental da África (região congo-angolana, fazendo parte da etnia bantu), segundo estudos de Funes (1995). O **quadro 08** abaixo apresenta a principal ocupação desses escravizados durante o séc. XIX.

Quadro 08: Ocupação dos escravizados no Baixo Amazonas – Séc. XIX

1ª metade do séc. XIX			2ª metade do séc. XIX		
Atividades	Propriedades		Atividades	Propriedades	
Cacau	66	55%	Cacau	47	25,6%
Pecuária	4	3,3%	Pecuária	33	18,0%

Cacau/Pecuária	10	8,3%	Cacau/Pecuária	43	23,4%
Olaria	1	0,8%	Fábrica de cal	1	0,5%
Outros	39	32,5%	Outros	59	32,2%
Total	120	-	Total	183	-

Fonte: FUNES, 1995. Elaborado por QUARESMA, E.S. 2021

Eram essas as principais atividades desempenhadas pelos escravizados africanos no Baixo Amazonas, sendo que, segundo Funes (1995) o padrão de cor dos escravizados africanos em Santarém, durante o séc. XIX, pode ser observado no **quadro 09**, abaixo, no qual observa-se um elevado quantitativo de escravizados nessa parte do Brasil, conforme segue:

Quadro 09: Padrão de cor de escravizados em Santarém – Séc. XIX

Cor	1º Metade	2º metade
Preto	410	457
Mulato	100	215
Pardo	-	67
Carafuz	35	185
Curiboca	-	3
Tapuia	-	3
TOTAL	545	930

Fonte: FUNES, 1995. Elaborado por QUARESMA, E.S. 2021

O quadro acima chama atenção pelo crescimento demográfico de escravizados mestiços, demonstrando que, o que pode significar um grande quantitativo de escravizados nascidos nessa região mais do que comprados/trocados em outras províncias do norte, havendo, desta forma, a reposição de mão de obra escravizada numa esfera local.

Alguns plantéis dessa região tinham um número considerável de escravizados, sendo que o com maior quantidade de escravizados contava com 67 indivíduos. Na primeira metade do séc. XIX existiam uma média de 120 propriedades que utilizavam escravizados como mão de obra, com uma média de 12 escravizados por propriedade.

Na segunda metade do séc. XIX, esse número cai para 9 escravizados por propriedade, aumentando o número de proprietários de escravizados, sendo agora 183 seus donos, segundo dados colhidos por Funes (1995) em inventários do Cartório do 2º Ofício de Alenquer, Santarém e Óbidos. Por meio dessas informações contata-se a presença de escravizados africanos na porção norte Brasil.

É nessa porção ocidental da província do Grão-Pará (atual região do Baixo Amazonas) que este estudo se envereda, a partir de agora, sobre a presença de africanos escravizados, sua

inserção na economia local, as constantes fugas das fazendas onde eram utilizados como mão de obra escravizada e as formações de aquilombamentos no interior de Alenquer, Óbidos, Oriximiná e Santarém, considerando que os mesmos deram origem aos territórios quilombolas que compõe as organizações e principais participantes dos ERN's, objeto deste estudo.

2.2 A historiografia da formação de quilombos no Baixo Amazonas

Em estudo de Eurípedes Funes (1995) sobre a presença de mão de obra escravizada africana no Baixo Amazonas, o autor nos fala que deu-se para atender a política colonial adotada na porção norte do território, tendo o intuito de defesa, aldeamento de gentis e catequese em busca de sustentar a economia extrativa e comércio das drogas do sertão. Assim, surgem os primeiros núcleos como Alenquer, Santarém e Óbidos, sendo elevados á categoria de vila por volta de 1758.

Para além de defender e proteger este território, tinha o extrativismo como base econômica com a produção de produtos como castanha e cacau, havendo a necessidade de inserção de mão de obra escravizada africana para a realização dessas demandas.

Bezerra Neto (2012) delibera que no ano de 1822 a população do Grão Pará era de aproximadamente 23.845 (18,61% da população colônia) e um total de 3.657 escravizados africanos (13,04% da população dessa região), que, em sua grande maioria “foram embarcados na Costa Ocidental da África, predominando os procedentes da região Congo-Angolana, de etnia bantu” (FUNES, 1995, p. 55). Aqui se ocupavam, principalmente, com a produção de cacau, pecuária, olaria, agricultura de subsistência, dentre outras atividades, como as domésticas.

O município de Cametá, no leste paraense, se destaca na produção de cacau, em meados do século XIX, elevando os custos deste produto nesta parte da província causando grandes baixas nessa produção. Essas baixas acabaram por impulsionar a expansão da pecuária, dado a vastidão das pastagens de várzeas e campos naturais, além do extrativismo de produtos locais, como a coleta de castanha.

Eram, portanto, pequenas propriedades nas quais o maior quantitativo encontrado foi de 67 escravizados africanos por plantação (5,3% das plantações existentes) e de 1 a 15 escravizados em 80,3% das plantações dessa região (FUNES, 1995).

As pesquisas de Funes (1995) demonstram que em Santarém estavam a maior quantidade de escravizados, especialmente no Engenho Taperinha⁴, que pertenceu ao Barão de Santarém, maior dono de escravizados da região.

Este autor ainda menciona que “o Barão de Santarém era genro de Maria Macambira, cuja família possuía várias propriedades nas proximidades de Santarém e nas comarcas de Monte Alegre e Alenquer. A matriarca era vista como símbolo da maldade” (FUNES, 2005, p. 06) pois tinha a má fama de maltratar seus escravos num nível alto de crueldade.

O líder comunitário Santa Rita, do Quilombo Pacoval, segundo Funes (2005), menciona as crueldades pelas quais a Sra. Maria Margarida Pereira Macambira era conhecida, como servir as refeições a seus escravos em cochos, o ato de retalhar as nádegas em sinal de castigo e a utilização de escravizados para iluminarem suas horas de leitura ou durante a ceia, onde este tinham nas mão em concha, óleo em chamas.

Muitas são as histórias das malvadezas de Maria Macambira, tantas que, conforme mencionou o Sr. Donga, morador do Quilombo da Tapagem, rio Trombetas: “quando as mães tão, às vezes, com *marvadeza* com as crianças se diz: tu tá Macambira, já quer *matá* teus filhos” (FUNES, 2005, p. 06, grifo do autor).

Tais malvadezas fizeram com que várias fugas acontecessem das fazendas da família Macambira durante o século XIX. Os fugidos procuravam abrigo principalmente em quilombos existentes nos rios Trombetas e Curuá e outros se refugiaram em comunidades próximas a Santarém como Una, Ituqui, Tingu e Urucurituba. Tais tratamentos serviram, sem nenhuma dúvida, para que cada vez mais estes buscassem refúgios nos quilombos mais próximos (FUNES, 2005).

Sobre a formação de territórios quilombolas da região do Baixo Amazonas, Funes (2005) ressalta que tratou-se de um processo histórico repleto de conflitos, resistência dos escravizados à condição social a que estavam submetidos e várias fugas das fazendas de senhores dos municípios de Alenquer, Santarém e Óbidos, principalmente, mas também de Belém e outros centros.

Trata-se de discorrer sobre as “reminiscências vivas que marcam as experiências sociais e vivências dos afroamazônidas, descendentes desses negros que constituíram os seus espaços no alto dos rios Curuá, Trombetas, Erepecurú, paranãs e lagos da região, onde ser livre era possível” (FUNES, 2005, p. 02). As fugas individuais ou coletivas ocorriam

4 Para conhecer mais sobre O Engenho Taperinha, Barão de Santarém e Maria Macambira, ler Santos, Tupaiulândia: Santarém (1971) e Galvão, Romanceiro Mocarongo ou a Quase-História de Santarém (1998)

preferencialmente em períodos de festas (natalinas, finados, dias santos, etc.) ou quando era período de lua cheia, o que facilitava o deslocamento através de embarcações improvisadas.

As retiradas recorrentes representavam baixas patrimoniais para os senhores de escravizados, o que foi reportado em Ofício do delegado de Santarém ao chefe de polícia da Província, Inocêncio Pinheiro Corrêa, em 17-09-1873, que dizia:

Sobreshae d'hum modo minimamente assustador o grande número d'escravos que por assim dizer, diariamente se vão internando nos quilombos que existem em diversos pontos da comarca, a convite dos muitíssimos que já lá vivem em pleno socego por que n'enhum meio se tem empregado há muito tempo afim de os obrigar a abandonar o refúgio que procurão em detrimento dos seus legítimos possuidores. Acresce, Exmo Sr. Que além dos escravos que atualmente fogem para esses quilombos, vão em companhia d'elles não pequeno número de crianças, que já gosão dos benefícios que lhes concedeu a lei de 28-09-1871. (FUNES, 2005, p. 09)

Mesmo que de forma precária, uma rede de comércio entre aquilombados e a sociedade escravista começa a acontecer, dado o abandono das atividades agrícolas dessa região e a ausência de produtos que eram produzidos pelas mãos escravizadas. Esse foi o espaço preenchido pelos produtos advindos dos quilombos, favorecendo a entrada deste na economia regional e local de forma gradativa (FUNES, 2005).

Uma pequena parcela da população que detinha o monopólio comercial na região e comercializava com os aquilombados (a baixos custos) deixa de ter interesse em combater a prática das fugas, bem como menciona Funes (2005, p. 11): “[...]destruí-los significava volta dos escravos para os seus antigos senhores, um remédio paliativo para o problema da escassez de mão-de-obra; por outro, representava um golpe na produção extrativa e, sem dúvida, nos bolsos dos regatões e aviadores da região”.

Em contrapartida, pelo fato de os quilombos não serem autossuficientes, estes comercializavam com regatões e com comerciantes fixos nas cidades. Assim, por intermédio desse novo sistema econômico entre escravizados e escravizadores, há uma queda considerável nas expedições punitivas em busca de escravizados fugidos e um crescente número de formação de quilombos nessa região do Pará (FUNES, 2005; BEZERRA NETO, 2012).

Tais comunidades continuam tendo a coleta de ouriços de castanhas como principal atividade econômica visto que trata-se de algo herdado e repassado de pais para filhos continuamente.

Os castanhais, segundo dizem os comunitários do Pacoval, foram descobertos exatamente por estes negros fugidos de diversas fazendas espalhadas pelos municípios de Santarém, Alenquer, Oriximiná, Óbidos e Monte Alegre e considerados como heranças de seus antepassados

Segundo estudos de Malcher (2017), o número de comunidades quilombolas, existente no Baixo Amazonas, é de sessenta e nove comunidades, conforme apresentado no **quadro 10**, abaixo.

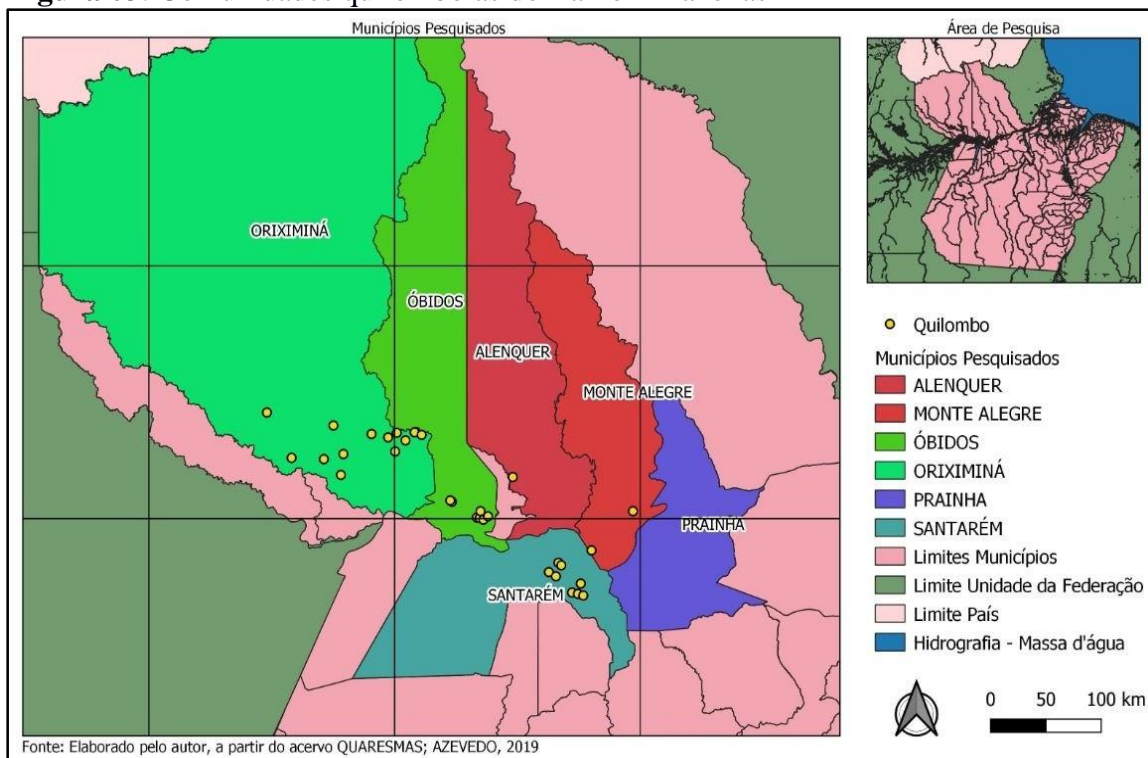
Quadro 10: Distribuição das Associações e Comunidades Quilombolas na Regional do Baixo Amazonas/Pará.

Município	Comunidades	Associações	Certificadas	Tituladas
Alenquer	3	1	1	1
Monte Alegre	2	2	2	-
Óbidos	13	7	13	6
Oriximiná	38	10	37	25
Prainha	1	1	1	-
Santarém	12	18	11	-
TOTAL	69	39	65	32

Fonte: MALCHER, 2017. Elaborado por QUARESMA, E.S., 2021

Estas comunidades quilombolas estão distribuídas conforme a **figura 03** abaixo, onde estão descritos todos os territórios quilombolas por município do Baixo Amazonas.

Figura 03: Comunidades quilombolas do Baixo Amazonas



Conforme a **figura 03**, a distribuição dos Quilombos por Municípios definidos são:

- Alenquer: Pacoval, Benfica e São José;

- Monte Alegre: Passagem e Peafu;
- Óbidos: Apuí, Castanhanduba, Cucecé, Matá, São José, Silêncio, Arapucú, Igarapé-Açú dos Lopes, Mondongo, Muratubinha, Nossa Senhora das Graças do Paraná do Baixo, Peruana e Patauí do Umirizal;
- Oriximiná: Abuí, Paraná do Abuí, Tapagem, Sagrado Coração de Jesus, Mãe Cué, Moura, Jamary, Curuça Mirim, Juquirizinho, Juquiri Grande, Palhal, Nova Esperança, Último Quilombo Erepecurú, Boa Vista, Bacabal, Aracuan de Cima, Aracuan do Meio (Varre Vento), Aracuan de Baixo, Serrinha, Terra Preta II, Jarauacá – Trombetas, Água Fria, Ariramba, Nova Jerusalém, Pancada, Araça, Espírito Santo, Jauari, Boa Vista do Cuminá, Varre Vento do Erepecuru, Jarauacá – Erepecuru, Acapú, Poço Fundo, Santa Rita, São Joaquim, Platô, Monte Branco e Cachoeira Porteira;
- Prainha: União São João;
- Santarém: Saracura, Arapemã, Perola do Maicá, Bom Jardim, Murumuru, Murumurutuba, Tingu, Patos do Ituqui, São Raimundo do Ituqui, Nova Vista do Ituqui, São José do Ituqui e Surubiú-Açú.

Muitos foram os passos necessários para se chegar a este quantitativo de comunidades e vários tantos ainda deverão ser dados em busca da titulação dos territórios ainda estão em processo de reconhecimento de posse.

Percebe-se que, por meio das fugas ocorridas em, praticamente, todas as propriedades dos donos de escravizados africanos do oeste paraense e, especificamente, de terras da Sra. Maria Margarida Pereira Macambira, temos a gênese da formação do Quilombo de São Benedito, atual Quilombo do Pacoval, dentre tantos outros quilombos espalhados pela região do Baixo Amazonas.

Para dar seguimento a este estudo será apresentada a historiografia da formação deste quilombo localizado no município de Alenquer e de sua importância até os dias atuais, como um local de resistência, manutenção de ancestralidade, preservação cultural e religiosa da matriz africana da qual ele é formado, além de ser o ponto de partida para dos ERN's, objeto deste estudo.

CAPÍTULO 3 - OS ENCONTROS RAÍZES NEGRAS DO BAIXO AMAZONAS E SUAS CARTAS ABERTAS: RESSIGNIFICAÇÃO, RESISTÊNCIA E PERTENCIMENTO COLETIVO EM ALENQUER (PA)

Esse capítulo destina-se a discorrer sobre o processo de formação da Comunidade do Quilombo do Pacoval, localizado na margem direita do Rio Curuá, distante 60 km da cidade de Alenquer/Pará, é composto por aproximadamente 1.800 comunitários, segundo informações da Associação Comunitária de Negros do Quilombo Pacoval de Alenquer (ACONQUIPAL, 2021).

No decorrer do processo de desenvolvimento deste capítulo, busca-se deixar marcada a importância do Quilombo do Pacoval enquanto local onde deu-se o 1º ERN's, as ligações existentes entre seus comunitários e a Prof.^a Idaliana Marinho de Azevedo, e os motivos que caracterizam essa educadora como uma das principais fomentadoras do encontro de várias comunidades remanescentes de quilombos do Oeste paraense, sendo que o primeiro Encontro deu-se exatamente na comunidade do Pacoval no ano de 1988.

3.1 Quilombo do Pacoval em Alenquer-Pará: formação histórica, população a reconstrução de elos ancestrais.

O recorte espacial deste estudo é a Comunidade do Quilombo do Pacoval, localizada no município de Alenquer (PA), região Norte do Brasil, especificamente na mesorregião do Baixo Amazonas, distante 701 km de Belém, capital do estado do Pará, na margem esquerda do Rio Amazonas, fazendo fronteira com os municípios de Óbidos (oeste), Monte Alegre (leste), Almeirim (norte) e Santarém (sul).

Segundo estimativas do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), o município de Alenquer (PA) tem uma área total de 23.645,452 km² (IBGE, 2020), sua população, em 2021, era de aproximadamente 57.390 habitantes, atualmente com densidade demográfica na casa de 2,42 hab/km².

A taxa de escolaridade de alunos na faixa de 6 – 14 anos era de 95,6%, e o índice de desenvolvimento municipal era de 0,564, segundo censo do IBGE no ano de 2010. A estimativa referente ao PIB per capita realizadas no ano de 2018 pelo IBGE, apontam um quantitativo na casa de R\$ 10.034,96 em Alenquer, ocupando a colocação 75ª dos 144 municípios do Pará.

No que se refere ao trabalho e rendimento, os dados do IBGE (2019), apontam que em Alenquer, a média salarial era de 1.9 salários mínimos, sendo que somente 5,5% da população

total estava ocupada. Seu atual prefeito é o Sr. Heverton dos Santos Silva. Abaixo, na **figura 04**, apresenta-se a localização do município de Alenquer/PA.

Figura 04: Mapa de localização de Alenquer (PA)



Fonte: IBGE, 2020

A pesquisa será realizada, especificamente, na Comunidade do Quilombo do Pacoval, localizada na margem direita do rio Curuá, no qual vivem atualmente 480 famílias e aproximadamente 1.800 remanescentes quilombolas, sendo o quilombo com maior população na região Oeste do Pará.

As figuras que seguem mostram tomadas aéreas do Quilombo do Pacoval e os problemas relacionados à infraestrutura terrestre, com estradas e ramais com graves problemas de manutenção e conservação.

A **figura 05** mostra uma tomada aérea de parte central do Quilombo Pacoval, seus arruamentos de chão de terra, casas e área verde ainda conservada. O Pacoval tem sua estrutura principal formada por dez (10) travessas e sete (07) ruas, possuindo iluminação pública em praticamente todas essas ruas e travessas. Não há no Quilombo nenhuma rua asfaltada tampouco sistema de captação e destinação de água servida/esgoto.

Figura 05: Vista aérea do Quilombo Pacoval



Fonte: ACONQUIPAL, 2020

Não há destinação correta do lixo produzido naquela comunidade. O material inorgânico produzido e descartado para queima ou destinação incerta naquele território. Essa é uma problemática que pode ser considerada de grande importância pois a destinação incorreta de lixo inorgânico acaba por impactar, muitas das vezes na saúde e na segurança dos comunitários.

A **figura 06** tem destaque para a necessidade de travessia do Rio Curuá para se chegar ao Quilombo Pacoval. O transporte dentro do quilombo é em grande maioria realizado por meio de motocicletas, bicicletas, carroças, cavalos e à pé. No período da cheia ou “das águas grandes” está travessia acaba por ser considerada uma problemática a ser enfrentada pelos comunitários, quer seja pela força das águas do Rio Curuá, quer seja pela fiação elétrica que passa de uma margem para a outra, que acaba por dificultar a navegação naquele trecho do rio.

Figura 06: Vista do Quilombo Pacoval, com destaque para o Rio Curuá



Fonte: ACONQUIPAL, 2020

A rápida travessia é realizada utilizando-se uma pequena balsa movida à motor que transporta moradores, mercadorias, bicicletas e motocicletas, conforme **figura 07**. A travessia demora em média cinco minutos a um custo de R\$ 3,00 (Três Reais) por passageiro. Essa infraestrutura da travessia do Rio Curuá faz com que no Quilombo do Pacoval não transita automóveis de pequeno, médio ou grande porte. Os ônibus que fazem linha do Pacoval para o município de Alenquer e carros particulares ficam na margem oposta onde se localiza o centro do quilombo.

Figura 07: Travessia do Rio Curuá em frente ao Quilombo do Pacoval



Fonte: Arquivo pessoal, 2021

A titulação de domínio desse território ocorreu no dia 20 de novembro de 1996, por meio do Título de Reconhecimento de Domínio/ Incra N° 01/96 e ocupa uma área de 7.472,8790 ha (Sete mil, quatrocentos e setenta e dois hectares, oitenta e sete ares e noventa centiares), segundo informações contidas no referido documento de Reconhecimento de Domínio (INCRA, 1996) sendo o segundo território quilombola titulado em território brasileiro, conforme registrado na **figura 08**.

Figura 08: Cerimônia de titulação do Quilombo do Pacoval



Fonte: ACONQUIPAL, 2021

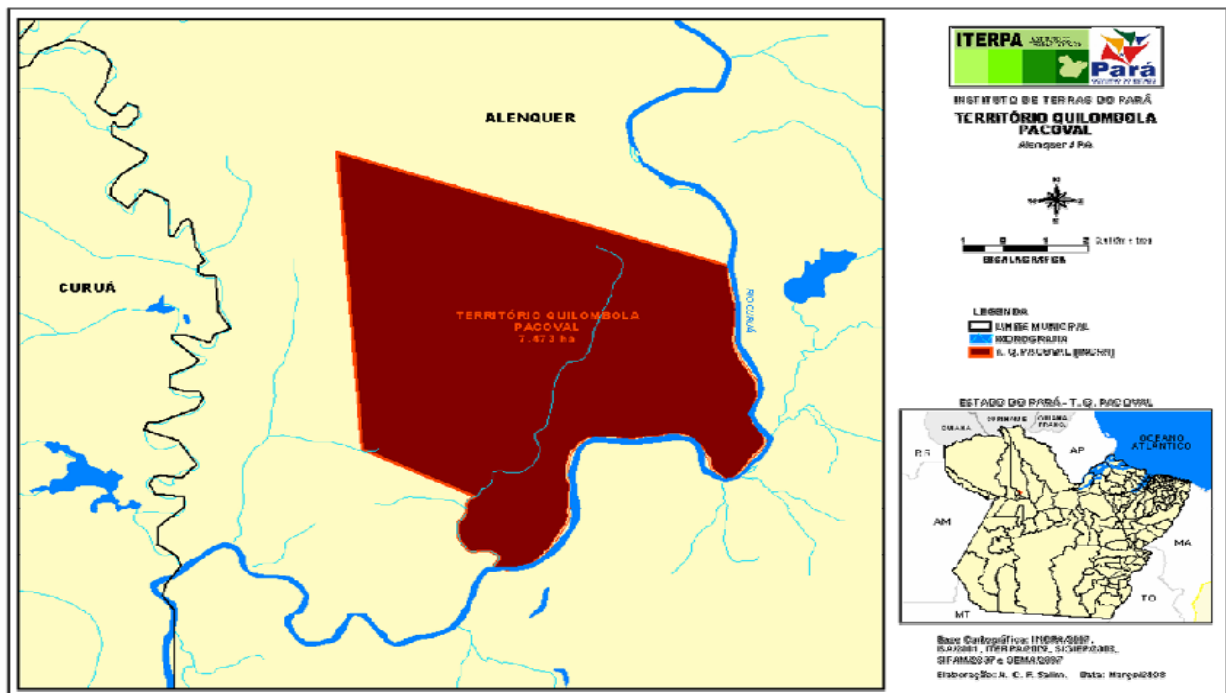
Entende-se que a titulação de um território quilombola é a última etapa e a mais aguardada por toda a comunidade já que trata-se do reconhecimento legal de que, a partir desse ato, o pertencimento que antes estava na esfera subjetiva de cada um dos quilombolas, agora está amparado por lei, se materializando através do título de reconhecimento de domínio emitido pela presidência da república por meio do INCRA, sendo, dessa forma algo muito esperado e comemorado.

O nome Pacoval foi dado àquele espaço pois ali haviam muitas bananeiras da espécie pacovã ou pacovan (ou banana grande). Assim como ocorreu com municípios como Castanhal (local onde haviam muitas árvores de castanha), a utilização do sufixo “al” deu o sentido de coletividade de alguma coisa.

Atualmente o Quilombo do Pacoval tem sua economia pautada na produção de farinha de mandioca e seus derivados, produção de verduras diversas, fornecimento de castanha do Pará e cumaru, com escoamento principalmente realizado para a cidade de Alenquer (PA).

Tal escoamento é realizado através de ramais e estradas que, em maior parte do ano, apresentam precariedade estrutural o que em muito prejudica o processo de escoamento dessa produção do quilombo até Alenquer. Na **figura 09** abaixo, segue a localização do Quilombo do Pacoval, no município de Alenquer (PA).

Figura 09: Mapa do Território Quilombola Pacoval



Fonte: ITERPA, 2008

Segundo dados da Associação Comunitária de Negros do Quilombo Pacoval de Alenquer (ACONQUIPAL), o Quilombo do Pacoval existe há aproximadamente trezentos e dois anos e foi fundada por um grupo de negros fugidos de uma das fazendas da Sr^a Maria Macambira, liderados por Manoel Rodrigues de Oliveira, o Alexandre. Tal informação é compartilhada nos estudos de Azevedo (2002), Queiroz (2014) e Funes (1995; 2000).

O processo de formação do Quilombo do Pacoval, assim como tantos outros quilombos nacionais, tem sua formação iniciada como uma forma de resistência contra o sistema colonizador europeu e às políticas adotadas pela Corte Portuguesa em sua mais nova colônia.

Foi uma prática de decolonialidade que se distribuiu por todas as regiões nacionais, durante todo o período escravocrata e que ocasionou muitos prejuízos à aristocracia da época.

Isto porque os escravizados vindos da África eram considerados como um patrimônio, investimento e um bem semovente⁵ (MOURA, 1993).

Os escravizados africanos saíram fugidos das fazendas de Maria Macambira, sogra do Barão de Santarém⁶, família possuidora de amplas extensões de terras nas cidades de Alenquer, Santarém, e Monte Alegre. A formação destes quilombos espalharam-se pelos rios Trombetas e Curuá, formando uma grande teia de comunicações entre eles, sendo que estes escravizados fugidos tinham como origem, comumente, fazendas de Santarém e Óbidos, pertencentes à família Pereira Macambira (MOURA, 1993; AZEVEDO, 2002; FUNES, 2000).

Maria Macambira era reconhecida por todos na região pela crueldade mas também pela origem dos escravizados fugidos e aquilombados. Macambira é relatada e lembrada pelos mais temerosos castigos aos negros escravizados que estavam sobre seu poder, como o retalhamento das nádegas de escravizados recapturados pelas expedições de busca e pelo ritual da candeia, como uma forma de punição (FUNES, 2000).

Azevedo (2020) descreve que o ritual da candeia consistia no uso das mãos de escravizados de Maria Macambira como velas. As mãos eram então preenchidas com óleos usados para combustão e ateava-se fogo. Com o óleo em chamas sendo segurados por mãos em concha de escravizados, Maria Macambira podia agora realizar suas leituras ou ter sua ceia/jantar iluminado.

Muitas foram as fugas das propriedades da família Macambira. Os escravizados, comumente, procuravam lugares como os rios Trombetas e Curuá como refúgio. Uma dessas fugas, lideradas por um africano de nome Alexandre (vindo de Alexandria), atravessa o Rio Amazonas, passa por Monte Alegre e segue até um local denominado Igarapé do Acari (espécie de peixe), onde permanece por algum tempo, dando início ao Quilombo de São Benedito (AZEVEDO, 2002; FUNES, 2005; QUEIROZ, 2011; 2017; LEÃO, et al. 2019).

A própria Maria Macambira integra uma expedição punitiva para resgatar seus escravizados fugidos. Após longos dias de chuvas torrenciais, a expedição de Macambira não consegue atravessar o Igarapé do Acari, dada a violência da correnteza. Foi então que Macambira rebatiza o local como Igarapé do Inferno.

5 Segundo Brasil (2002, p. 14, grifo nosso), os bens semoventes constam no Livro II, Título único DAS DIFERENTES CLASSES DE BENS, Capítulo I DOS BENS CONSIDERADOS EM SI MESMOS, Seção II Dos bens móveis. Diz o artigo que especifica esse tipo de bem: “Art. 82-Semovente são móveis os bens suscetíveis de movimento próprio, ou remoção for força alheia, sem a alteração da substância ou destinação econômica social. É o caso de animais como o cavalo, o boi, o asno”.

6 Para mais informações sobre o Coronel Pinto Guimarães (Barão de Santarém), Maria Macambira e o engenho Taperinha, ver a obra de Santos (1974), “Tupaiulândia: Santarém” e Galvão (1989), “Romanceiro mocorongo ou a quase-História de Santarém”.

Estes aquilombados permanecem neste espaço por algum tempo, extraindo os vários recursos naturais que o lugar disponibilizava (castanhas, urucuri, babaçu, bananas, peixes, quelônios, caças diversas). Sobrevivendo num primeiro momento e posteriormente tornam-se autossuficientes, com produção de algodão, farinha, coleta de castanha, peixes salgados, óleos de uixi-pacu e piquiá (FUNES, 2000). Necessitavam, de qualquer modo, de produtos que não podiam produzir, como armas, munição, equipamentos e gêneros diversos (LEÃO, et al. 2019, QUEIROZ, 2011; 2017; FUNES, 2000).

Em entrevista concedida a Azevedo, no final do ano de 1987, que gerou o livro “Puxirum: Memórias dos negros no oeste do Pará”, José de Santa Rita dos Santos (nascido em 13.05.1922 e falecido em 24.05.1990, bisneto de Manoel Rodrigues de Oliveira Martins, o Alexandre, negro vindo de Alexandria na África), ao ser questionado sobre os primeiros habitantes do Quilombo do Pacoval, menciona que foram justamente Alexandre (que tornou-se a grande liderança dos aquilombados da época), Luís Rodrigues de Oliveira Martins e Afonso do Nascimento. Estes chegaram ao local onde hoje localiza-se o Pacoval, após a invasão do mocambo que ficava próximo ao Igarapé do Inferno (AZEVEDO, 2002).

Infelizmente ao ser questionado sobre se saberiam dizer o ano exato desse ocorrido, o Sr. Santa Rita só responde que:

Não, são muito além de mim...Ih...Credo cruz... A colocação deles aqui vamos dizer que faça mais de cem anos. Antes eles viviam nos mocambos, no igarapé do Inferno. Depois que acabaram com os mocambos de lá, eles vieram pra cá (AZEVEDO, 2002, p. 50).

Por intermédio de processo mencionado no capítulo anterior sobre a gênese das trocas comerciais e econômicas entre aquilombados e a sociedade local, o Pacoval inicia comercialização de produtos com regatões e comerciantes locais. Com o tempo, a necessidade de consumo de outros produtos os levou à prática do escambo, onde o principal comerciante com o qual o Quilombo do Pacoval fazia seus negócios era o Sr. Major Martins Beata (QUEIROZ, 2011; 2017).

Leão et al. (2019, p. 04) ao tratar sobre essas trocas comerciais entre quilombolas e homens brancos nos fala que:

Esse contato comercial possibilitou aos quilombolas, através de seu líder Alexandre, doze anos antes do fim da escravidão, buscar as autoridades políticas do município de Alenquer e da capital do estado – Belém – para o reconhecimento do quilombo e a liberdade dos que lá viviam – aproximadamente 150 negros fugidos [...]. A partir dessas articulações, o líder quilombola chegou a ir à Belém, conseguindo das autoridades paraenses o reconhecimento público do quilombo como um lugar livre [...], conseguindo do imperador D. Pedro II, em 1877, a doação de terras do município de Alenquer, onde fundaram o Quilombo do Pacoval, nas matas do rio Curuá [...].

O processo relatado acima revela a importância do Quilombo do Pacoval como uma referência na região de consolidação desses agrupamentos. Vale ressaltar ainda que, em 1996, o Quilombo do Pacoval foi reconhecido como área de remanescentes de quilombo, recebendo o título de reconhecimento de domínio (COSTA; CARIPUNA, 2015).

Tais, acontecimentos deixam claro a força e relevância que o Quilombo do Pacoval sempre teve desde sua gênese. Sua importância para o comércio regional, sua força enquanto coletividade formada por meio da ancestralidade reforçada e repassada às gerações seguintes e pela defesa de sua territorialidade.

Aspectos que mantêm viva a chama que impulsionou as constantes fugas de terras de Maria Macambira, misturando-se ao meio ambiente a outras culturas existentes, como é o caso da cultura indígena, buscando a reestruturação de um novo modo de vida social e econômica, além de vínculos com o mundo exterior. Mesmo que no percurso para atingir este objetivo, muitos de seus familiares/parentes, tenham sucumbido às expedições punitivas ou se perdido/deslocado para outros recantos do vasto território amazônico.

Dezenas de décadas se passaram, desde que os primeiros negros fugidos se fixaram no Quilombo do Pacoval, onde cresceram e formaram novas famílias. Mas era preciso reencontrar suas raízes que ficaram para trás, que tomaram caminhos diferentes aos que levaram para o Igarapé do Inferno e o Rio Curuá ou para a direção dos Rio Trombetas, Cumina e Erepecuru (AZEVEDO, 2002).

Tal reencontro entre várias comunidades quilombolas do Oeste do Pará foram realizadas através de um projeto social idealizado pela Associação Cultural de Óbidos (ACOB), sua presidente Francisca das Chagas (Dona Chaguíta) e das várias tratativas provocadas pela Profa. Idaliana Marinho de Azevedo por intermédio dos movimentos que vieram a provocar o reencontro entre membros destas comunidades quilombolas.

No próximo tópico aborda-se sobre os vários atores sociais que foram responsáveis pela idealização e organização do encontro entre comunidades quilombolas dos municípios de Alenquer, Óbidos, Oriximiná e Santarém, no que hoje conhecemos pelo nome de Encontros Raízes Negras (ERN's), iniciado no ano de 1988.

Muito do que será desenvolvido abaixo vem sendo coletado por meio de conversas informais com a professora e pesquisadora Idaliana Marinho de Azevedo, desde os primeiros meses do ano de 2018 até os dias atuais, numa fonte inesgotável de informações e emoções, de cumplicidade e compadrio e da intenção de não deixar toda essas histórias serem apagadas pelo tempo, desde quando este autor buscava material e argumentos para dar base a seus estudos referente aos ERN's.

Tais conversas sempre buscaram materiais e argumentos para dar base aos estudos sobre os ERN's e, desde o primeiro encontro com Azevedo até dias atuais, sempre trazem consigo um novo enfoque, uma nova lembrança, um detalhe que se aglutina com algo anteriormente dito durante conversas descontraídas, geralmente regadas a um bom café, na sala de estar da residência da pesquisadora ou no andar térreo do Museu, em meio a papéis, cartazes e relatos.

São estes relatos, que Conceição Evaristo (2016) denomina de *escrevivências*, que entram no bojo do que será descrito abaixo, sobre a gênese do que hoje são conhecidos como *Encontros Raízes Negras*

3.2 Os Encontros Raízes Negras: histórias, (re)encontros e Cartas Abertas

Para que se conheça mais profundamente dos denominados ERN's, há a necessidade de rebuscar todo um contexto histórico que faz-se pertinente mencioná-los. A construção histórica dos ERN's faz com que se mensure sua importância e relevância por meio de sua gênese.

Segundo Azevedo (2020), entre os anos de 1966 e 1967, por meio de trabalhos catequéticos realizados na Prelazia de Óbidos, esta, em companhia com Dom Floriano Loewenau (Bispo da prelazia de Óbidos) e os Freis Pedro e Paulo (que vieram da Alemanha e estavam em comitiva realizando rodadas de visitas de cunho religioso e exploratório pela região Oeste do Pará), teve seu primeiro contato com a Comunidade do Quilombo do Pacoval.

Azevedo (2020) menciona que foi durante essa visita ao Pacoval que ela teve o primeiro contato com o tradicional Marambiré, a dança religiosa que é marca registrada da cultura e religiosidade do Quilombo do Pacoval.

Dom Floriano, solicitava para Azevedo que esta anotasse todas as conversas, as músicas e como era dançado o Marambiré, realizando, desta forma, uma etnografia tal qual a descrita por Bronislaw Malinowski (2018). Tal acervo foi perdido após Azevedo realizar uma viagem à Colômbia e o material ter sido extraviado na cidade de Óbidos, segundo informações da pesquisadora.

Sobre esse contato com a comunidade fonte deste estudo, Azevedo (2020) ainda relata que “[...]o Pacoval é o meu primeiro amor. Era uma terra que meu pai falava, que não entrava branco. Depois o Santa Rita confirmou isso”, demonstrando o grande afeto que nutre por esta comunidade em território alenquerense e motivo de muitas intervenções naquele lugar.

Dissertar sobre o restabelecimento de elos ancestrais e a criação de raízes proporcionadas às comunidades tradicionais, especialmente a quilombola, por intermédio dos relatos de Azevedo, dentre outros atores sociais, perpassa pela gênese de como se deu este processo. Faz-se necessário mencioná-lo desde sua origem, através da criação do Projeto Museu Comunidade até desembocar no objeto desse estudo: os ERN's.

3.2.1 Percursos históricos construtivos dos Encontros Raízes Negras

Sobre o percurso até os atuais ERN's, a pesquisadora delibera que em 1986, o antropólogo francês e pesquisador visitante Gérard Chabenat, ligado ao Projeto Renas (CNPq) e ao Museu Emílio Goeldi de Belém/PA, estava realizando pesquisa de campo para elaboração de sua tese de doutorado, relacionando ribeirinhos da comunidade quilombola de São José, Óbidos/PA, com moradores do Rio Rhône que passa em frente de sua cidade natal, Lyon/França.

Por intermédio destes estudos, Chabenat realizou um breve levantamento sociocultural da referida comunidade obidense. Em conjunto com Chabenat, Carlos Vieira, Laílido Jefferson (discentes da Universidade Federal do Pará - UFPA), Azevedo e Chagas (ACOB) decidem realizar estudos que complementassem as informações coletados pelo pesquisador francês. Para a coleta de informações, foram organizadas jornadas sócio-culturais-educativas-populares, nas comunidades piloto de Cuecé, Silêncio, Matá e São José, todas comunidades quilombolas localizadas no município de Óbidos.

A pesquisadora relata que, com dados mais completos em mãos, coletados por meio de conversas com alguns comunitários obidenses, o grupo decide implementar um Projeto denominado Museu Comunidade com remanescentes de quilombos do município de Óbidos (Comunidades de São José, Silêncio, Cuacé e Matá).

Sobre o mencionado Projeto, Azevedo delibera que:

Por intermédio do Projeto Museu Comunidade eram realizadas jornadas sócio-culturais-educativas-populares, com encontros entre pesquisadores e comunitários dos quais buscava-se resgatar sua árvore genealógica, discutir sobre estudos da comunidade e finalmente o que eles fariam se recebessem uma educação melhor. Tais jornadas deram origem a uma carta sobre os encontros realizados a qual denominaram de Nossos Sonhos. (AZEVEDO, 2020, em conversa com o autor, Santarém-PA)

Ainda em relato sobre o Projeto, a pesquisadora, ao relembrar das reuniões com os comunitários, menciona que “[...]era muito bonito ver o pessoal buscando saber sobre sua identidade, saber de onde vieram, seus parentes. Eu queria fazer alguma coisa pra educação desse povo. Sugeri que adquiríssemos um terreno e fizéssemos a nossa escola” (AZEVEDO,

2021). Esse Projeto deu origem ao livro “Pousada Escola Mocambo Pauxi: Trabalho – Estudo – Lazer, sonho de uma educação com a vida – pela vida – para a vida” (2019), escrito juntamente com Gessonita Siqueira, Idanise Hamoy, João Neto Rodrigues e Yolanda Canto

Posteriormente, ainda seguindo os objetivos do Projeto Museu Comunidade, Azevedo, em parceria com a ACOB, decide realizar estudos de recuperação e resgate sobre elementos que constituíram a população de Óbidos: indígenas, portugueses, negros, judeus marroquinos, italianos e posteriormente os nordestinos. Optou-se por começar os estudos com a população negra, visto que, segundo Azevedo (2020) “nossos negros já estão bem velhinhos”.

O grupo de pesquisadores dão início aos estudos tendo como primeiro entrevistado o Sr. Chico Preto, que trabalhou no Quartel de Óbidos durante a maior parte de sua vida. O Sr. Chico Preto, ao responder sobre seu local de origem, informa que nasceu no Quilombo Pacoval de Alenquer/PA.

A partir da entrevista com o Sr. Chico Preto, Azevedo, apoiada pela ACOB, na figura de sua presidente – Sra. Francisca das Chagas Simões Pantoja (Dona Chaguita), faz a sua segunda visita ao Quilombo do Pacoval, no início do ano de 1987.

Junta-se à comitiva, Lygia Conceição Leitão Teixeira, que estava fazendo visita de campo para escrever seu trabalho de conclusão de curso de Biblioteconomia pela Universidade Federá do Pará (UFPA), tendo como objeto a manifestação folclórica da Dança do Marambiré, a pedido de seu pai (que trabalhou um período na cidade de Alenquer-PA). Por meio de contato com os discentes da UFPA que participavam do Projeto Museu Comunidade, Lygia Teixeira chega a Óbidos para pegar apoio logístico da ACOB para realizar tal visita ao Pacoval.

Azevedo menciona que a presença de Lygia Teixeira na diligência da ACOB foi de suma importância, visto que a Associação não possuía maquinário como gravador e máquina fotográfica. Vários registros fotográficos e áudios foram feitos durante essa visita. Os contatos anteriores de Azevedo com uma das lideranças do Pacoval, Dona Cruzinha, facilitou a entrada da equipe de pesquisadores naquele território.

As entrevistas foram realizadas, principalmente com o Sr. Santa Rita que falou sobre a origem do Quilombo do Pacoval, seus primeiros moradores, as fugas das fazendas de Maria Macambira, a travessia do Igarapé do Acari (depois denominado de Inferno por Macambira), a formação do mocambo de São Benedito, novas fugas das expedições punitivas e finalmente a

chegado ao local onde está localizado o Quilombo do Pacoval na atualidade, suas histórias e o Marambiré (objeto de estudo de Teixeira)⁷.

Em novembro de 1987, Azevedo retorna ao Pacoval para realizar nova entrevista com o Sr. Santa Rita, abaixo transcrita. Foi o período de uma grande seca que assolou aquela região. No final da entrevista Azevedo pergunta a Santa Rita:

Azevedo: - O senhor conhece o pessoal do Trombetas, de Oriximiná?

Santa Rita responde: - Não professora, nós não conhecemos ninguém. Só um que foi uma vez trabalhar pra lá que disse que tem negros lá que disse que os negros, tem negros lá no Trombetas parecidos com os nossos daqui... Parecidos com o Bena, com a Nazita.

Azevedo: - Vocês nunca se encontraram?

Santa Rita: - Não. Mas como vai ser pra gente se encontrar?

Azevedo: Aí eu fiquei... Isso foi início de 1988. Foi fevereiro, o ano da Campanha da Fraternidade. Me deu aquela vontade. Eu cheguei aqui [Óbidos] e falei... Dona Chaguita me deu uma vontade que a senhora nem imagina. Vamos reunir esse povo? Mas como eu ia fazer uma doídice dessa. Aí, chega aqui um pessoal de Belém que tinha que gastar uma verba, eu não sei qual era o nome do projeto. Daí eu falei pra Dona Chaguita: - Bora falar com eles pra ver se eles não topavam gastar essa verba com um encontro de negros? Daí falamos com eles e eles disseram: - Faça o projeto! Fizemos e entregamos pra eles. (AZEVEDO, 2020)

Nesse mesmo período houve um encontro sobre a Campanha da Fraternidade (CNBB) na cidade de Oriximiná e, durante esta reunião, Azevedo menciona sobre a possibilidade de provocar um encontro entre negros da região para uma das lideranças quilombola daquele município, chamado Daniel.

A notícia de um encontro entre as comunidades quilombolas da região espalhou-se rapidamente. Todavia, tratava-se somente de uma expectativa, que, até aquele momento, não contava com nenhum financiamento monetário em vista. Havia necessidade de buscar fontes que financiassem tal encontro.

Em contato com um amigo de São Paulo, Azevedo expôs sobre a possibilidade de ocorrer tal encontro e este entrou em contato com organizações alemãs e uma verba foi disponibilizada, para o pagamento de passagens.

Azevedo, sabendo que o Secretário de Educação do Pará, na época, o Sr. João de Jesus Paes Loureiro, estaria em Monte Alegre (participando de alguns eventos) deslocou-se para aquele município na tentativa de uma reunião.

Paes Loureiro patrocinou o que deu para confecção de cartazes e aquisição de materiais de expediente para o encontro. Segundo Azevedo (2020): “O resto conseguimos por aqui com

⁷ Toda a entrevista deu origem a um livro denominado Puxirum: memória dos negros do oeste paraense, de 2002 da Profa. Idaliana Azevedo e no Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) cujo tema foi Marambiré: O negro no folclore Paraense, de 1987 da Lygia Teixeira.

amigos e escolas. As escolas prepararam cartazes, prepararam frases. Mas olha, foi uma mobilização total”.

E assim consolida-se o 1º ERN's, no município de Alenquer, Comunidade do Pacoval, de 24 a 26 de junho de 1988. Moldado por intermédio da iniciativa de vários atores sociais e da insistência da Azevedo, Chagas e da ACOB. O objetivo maior era realizar um encontro entre os negros de Óbidos, Oriximiná e Alenquer.

3.2.2 A consolidação dos Encontros Raízes Negras: (re)encontros ancestrais

Azevedo (2021) relembra que: “Foi emocionante, as famílias daqui se encontrando com as famílias de lá, se reconhecendo como uma só família, os traços, sabe? Tudo. Esse era o intuito do encontro. Fazer com que eles se reconhecessem. Foi emocionante”.

Durante este evento houve o encontro muito emocionante entre duas grandes lideranças quilombolas da região Oeste do Pará: os Srs. Santa Rita (Quilombo do Pacoval) e Donga (Trombetas). Essa reunião simbolizou o restabelecimento dos elos de ancestralidade que os uniam. Reafirmou sentimentos de pertencimento a um mesmo tronco étnico e ancestral, com as mesmas raízes, fortalecendo a autoafirmação dessas comunidades quilombolas como pertencentes a uma única família, a uma mesma raça, à forte e resistente raça negra.

Com ar de entusiasmo e saudosismo, Azevedo (2021) reafirma que “[...] foi o momento de se reconhecer enquanto irmãos, partilhar as alegrias e problemas dos quilombos que ali se faziam presentes. Aqueles encontros não podiam parar de acontecer”.

Muitos outros encontros aconteceram e continuam ocorrendo até os dias de hoje. Trata-se de um momento ímpar para as comunidades formadas por remanescentes de quilombos da região oeste do Pará, momento de debates e deliberações acerca de ações a serem tomadas que venham a proteger e garantir os direitos adquiridos de todos os comunitários quilombolas dessa região.

Esta seção explana sobre os ERN's, os anos em que ocorreram, locais e datas onde foram realizados, o tema do Encontro (ano a ano) e as deliberações finais contidas nos documentos denominados Cartas Abertas dos ERN's. O intuito dessa descrição é mostrar tanto o processo de organização e articulação desses encontros quanto o que, a partir deles, são reivindicados pelas comunidades quilombolas dessa região.

Desta forma, busca-se um mapeamento de como estes encontros são espaços de discussões e articulações com fins tanto para celebrar a cultura e ancestralidade, quanto como momentos propício para discutir sobre seus problemas e reivindicar políticas públicas que

servam de instrumentos de manutenção de direitos adquiridos, sendo um exemplo da força do coletivo negro no coração da Amazônia.

Nessa parte desse estudo será realizado um breve preâmbulo sobre o ERN's e a apresentação das Cartas Abertas produzidas nos mesmos. Em princípio, cada Encontro deveria resultar em uma Carta Aberta discutida e elaborada pelos participantes. Este documento seria uma síntese do evento, pontuando os problemas e as demandas elencadas pelos quilombolas, durante o evento.

Foram realizadas 11 (onze) edições do ERN's: o primeiro em 1988 e o último em 2018. Por conseguinte, presumia-se inicialmente, a existência de 11 (onze) Cartas Abertas resultantes desses encontros. Contudo, três Cartas não foram encontradas, referentes aos Encontros realizados nos anos de 1997, 1999 e 2002.

Constatou-se também, que a Carta referente ao último Encontro (2018), não foi elaborada. Assim, serão apresentadas e analisadas 07 (sete) Cartas Abertas. Além das Cartas Abertas (principal objeto de análise desse estudo), serão utilizadas como fonte de informação, conversas realizadas com Azevedo (2018 a 2022) e com lideranças e ex-lideranças das Associações Quilombolas que organizam os ERN's (2020 a 2022).

Como mencionado acima, em julho de 1988, realizou-se no Quilombo do Pacoval o I ERN's contando com a presença de centenas de afro amazônidas, que pela primeira vez se encontravam, se descobriam e se reconheciam enquanto negros remanescentes de quilombos.

Discutiram questões que lhes eram comuns em seu cotidiano. Este evento tinha como objetivo central promover o encontro entre os parentes, valorizar as manifestações culturais presentes nas diversas comunidades e acima de tudo, como cidadãos, discutirem seus deveres e direitos regidos por leis brasileiras para que assim pudessem entender e reivindicar as políticas públicas pertinentes aos seus quilombos.

Na realidade e, em função dos depoimentos e conversas realizadas com quem participou, esta experiência foi mais além. Marcou o início de um movimento social que ganhou corpo e culminou com a organização das comunidades em associações, colocou em cena a luta pela terra e contra as práticas de discriminações raciais.

Segundo Figueira (2011, p. 141-142):

Os Encontros de Raízes Negras do Baixo Amazonas foram fundamentais para o processo de articulação das comunidades do Oeste do Pará. A partir daí criaram em 1989 a Associação das comunidades Remanescente de Quilombos de Oriximiná (ARQMO) e a Comissão de Articulação das Comunidades Remanescentes de Quilombos do Baixo Amazonas, no ano de 1997. Assim, uma rede de solidariedade foi estabelecida entre as comunidades de Alenquer, Óbidos, Oriximiná e Trombetas. Os encontros de Raízes Negras constituíram um espaço significativo e permitiram que essas comunidades repensassem o passado e discutissem problemas comuns, como a

questão da terra, da saúde, da educação, dentre outros. Essa rede de cooperação entre quilombolas não é característico desse momento histórico, pois durante as primeiras formações de quilombos na Amazônia, já “havia uma extensa rede de comunicação e cooperação entre quilombolas, escravos, libertos, vendeiros, regatões e etc.” (GOMES, 2015, p. 51). Embora, as autoridades perseguissem e destruíssem quilombos no passado, a persistência destes foi possível porque não constituíram comunidades fechadas, dialogavam o tempo todo com outros seguimentos da sociedade colonial.

Tal articulação entre estas comunidades quilombolas do Baixo Amazonas, desde os períodos colonial e imperial, ainda estão bem vivas em dias atuais. E pode-se perceber tal interação entre as comunidades quando estas estão sempre em contato através do ERN's. Em dias atuais o ERN's acontece a cada dois anos (fato decidido ao final do 10º ERN's), em comunidade quilombola definida no final do Encontro anterior.

O ERN's tem sua origem, portanto, na iniciativa liderada por Azevedo e Chagas, pela ACOB, vários atores sociais das cidades de Óbidos, Oriximiná e Alenquer, além da Secretaria de Cultura do Estado do Pará (SECULT/PA). Após o 1º ERN's, várias outras edições se sucederam.

Nestes encontros da população remanescente de quilombos, várias temáticas são debatidas, problemáticas que envolvem as questões mais relevantes e que impactam as comunidades quilombolas do Oeste do Pará entram em debate. São temas como ineficiência do processo educacional de crianças, jovens e adultos, infraestrutura precária, sobreposição de terras, problemas agrários e fundiários, invasões de territórios quilombolas, dentre muitos outros.

O evento consegue mobilizar a participação de diferentes atores sociais e instituições. Este é um dos fatores que conferem aos ERN's, a relevância política que o caracteriza. Conta com organizadores de vários setores da sociedade dos municípios de Alenquer, Óbidos, Oriximiná, Santarém, Monte Alegre e Belém. Assim como de alguns Órgãos como o Ministério Público do Pará, INCRA, Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA), Secretarias municipais, Comissão Pró-Índio, Universidade Federal do Oeste do Pará (UFOPA), Centro de Estudos do Negro do Pará (CEDENPA), ONGS's, Igreja católica e protestante além das Associações quilombolas.

Dentre as Associações quilombolas que participam dos ERN's, apresenta-se, abaixo, as dos municípios de Alenquer, Óbidos, Oriximiná e Santarém, com um breve histórico sobre sua criação e os postos-chave do que pleiteiam ou defendem:

ACONQUIPAL: Associação Comunitária dos Negros do Quilombo Pacoval de Alenquer. Foi fundada em 21/02/1990, tendo como atividade econômica primária a atividade

de associações de defesa de direitos sociais e secundária as atividades de organizações associativas ligadas à cultura e à arte. Tem como presidente o Sr. Edilton dos Santos Vilhena (2022).

ARQMO: Associação das Comunidades Remanescentes de Quilombos do Município de Oriximiná. Foi fundada em julho de 1989, representa as comunidades quilombolas de Oriximiná. Surgiu como uma resposta às invasões e ameaças contra os territórios quilombolas registradas a partir da década de 1970, quando se intensificou a ocupação da região. Data desse período a instalação da Mineração Rio do Norte (MRN) que ocupou parte de suas terras; a criação da Reserva Biológica do Trombetas, que impediu o acesso aos principais castanhais; a edificação pela empresa Centrais Elétricas do Norte do Brasil S/A (ELETRONORTE) de uma vila para a implantação da Hidroelétrica de Cachoeira Porteira no Rio Trombetas; e, ainda, o aumento do número de fazendas e de ocupações de pequenos posseiros.

A criação da ARQMO foi motivada também pela necessidade de se fazer valer o direito à propriedade da terra, assegurado pela CFB/1988. Tem como principais objetivos lutar pela defesa e titulação das terras quilombolas, promover e apoiar iniciativas visando a melhoria de vidas das comunidades quilombolas, defender e promover a conservação do meio ambiente e o desenvolvimento sustentável, incentivar as manifestações culturais dos quilombolas e combater todas as formas de preconceito, discriminação e racismo. Atualmente é composta por 37 (trinta e sete) comunidades quilombolas formadas em Associações. Tem como presidente o Sr^a. Claudinete Colé (2022).

ARQMOB: Associação das Comunidades Remanescentes de Quilombos de Óbidos. Foi fundada em 1997 tendo como objetivo maior a contribuição pela luta das terras quilombolas do município de Óbidos. Segundo a Comissão Pró-Índio (2019) existem aproximadamente mil famílias quilombolas em Óbidos, espalhadas em 18 comunidades e seis territórios coletivos, sendo estes: Territórios Quilombolas de Arapacu, Cabeceiras, Murutubinha, Mondongo, Igarapé-Açu dos Lopes, Nossa Senhora das Graças, Patuá do Umirizal e Peruana.

FOQS: Federação das Organizações Quilombolas de Santarém. Foi fundada em 10 de março de 2006, trata-se de uma organização formada pela sociedade civil, não possui fins lucrativos, busca a implementação de políticas públicas para as comunidades remanescentes de quilombos na cidade de Santarém. Em dias atuais têm sete associações quilombolas em sua Federação das quais fazem parte dez comunidades quilombolas, sendo estas: Arapemã, Saracura, Tiningú, Murumuru, Murumurutuba, Bom Jardim, Ituquí, São Raimundo do Ituquí, Nova Vista do Ituquí e Pérola do Maicá. Tem como presidente o Sr. Mário Pantoja (2022) e,

como missão: “Lutar pela regularização dos territórios quilombolas e pela implantação de políticas públicas para as comunidades remanescentes de quilombos” (FOQS, 2019, p. 01).

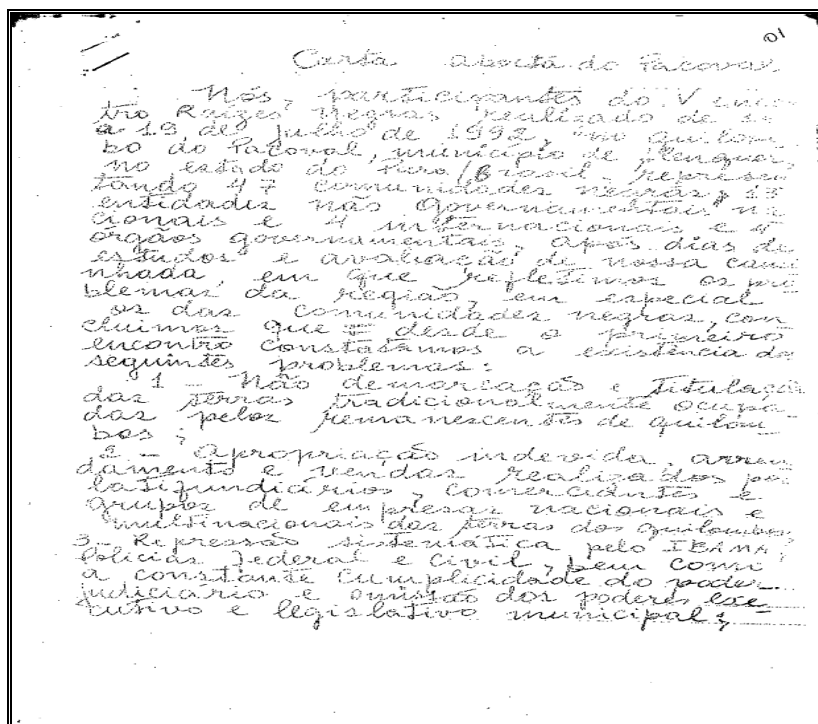
Desde o 1º ERN’s, os participantes elaboram a partir de sua última plenária, um documento onde consta as deliberações sobre as principais problemáticas elencadas naquele período e Encontro. Geralmente a comunidade sede do Encontro, acaba por elencar mais demandas e problemáticas, mas não unicamente.

3.2.3 As Cartas Abertas: documentos deliberativos em busca de políticas públicas

É nesse momento do Encontro que é redigida a Carta Aberta do evento, sendo por intermédio delas que surgem as demandas para a implementação de políticas públicas para atender as comunidades quilombolas e manifestações de descontentamento com assuntos que estejam prejudicando o dia a dia da comunidade quilombola em questão.

São esses documentos, as Cartas Abertas dos ERN’s, que foram coletadas, redigidas e descritas abaixo, de sua primeira à última edição, totalizando 11 (onze) Encontros num lapso temporal de trinta anos de ERN’s. Para que estejam inseridas num melhor contexto deste estudo, estas serão apresentadas por edição do ERN’s, local onde foi realizado, data do evento e o tema do Encontro. Abaixo, **figura 10** com parte da Carta Aberta do 5º ERN’s.

Figura 10 – Foto da página 01 da Carta Aberta do 5º ERN’s



Estes documentos foram coletados por este pesquisador em visita de campo na cidade de Óbidos, primeiramente em fevereiro do ano de 2018, momento em que realizou o primeiro contato com Idaliana Azevedo e, a convite desta, aceitou realizar uma busca e organização de documentação referente aos ERN's no acervo da ACOB, onde resgatou-se as quatro (04) primeiras Cartas Abertas dos ERN's. Abaixo, **figuras 11 e 12** com primeira pesquisa de campo.

Figuras 11- Foto da fachada do Museu Integrado de Óbidos, sede da ACOB



Fonte: Arquivo pessoal, 2018

Figuras 12 – Foto de buscas às Cartas Abertas. Idaliana Azevedo e o pesquisador no interior da sede da ACOB



Fonte: Arquivo pessoal, 2018

Num segundo momento, nova incursão ao acervo da ACOB, no mês de julho de 2019, resultou com a coleta das Cartas Abertas do 5º e 6º ERN's.

No mês de novembro de 2019, em evento comemorativo do Dia da Consciência Negra, no Quilombo do Benfica, no município de Alenquer, por intermédio de contatos com diversas lideranças quilombolas daquele município, chegou-se ao Sr. Ítalo Souza dos Santos (Oriximiná), que disponibilizou a Carta Aberta do 10º ERN's, aumentando o conteúdo desta pesquisa.

Assim, em posse de 07 (sete) das 09 (nove) Cartas Abertas dos ERN's redigidas, será realizada a descrição destas e análise sobre suas tratativas.

Os ERN's o qual sua Carta Aberta não foi encontrada, será utilizado material encontrado sobre o respectivo evento, tais como programação, projeto básico, anotações, cartazes e o que mais houver, pois entende-se que este material tem muito o que contar sobre o que se debateu durante o respectivo evento.

Os temas dos ERN's estão, comumente atrelados ao momento histórico pelo qual o Brasil estava passando, da mesma forma como se coaduna com as abordagens contidas na Campanha da Fraternidade que a Igreja Católica daquele mesmo ano em que acontecem os encontros.

Achou-se por bem mencioná-las para maior compreensão do momento histórico, social e políticos no qual estão inseridos os respectivos Encontros.

Duas Cartas abertas não foram encontradas em nenhuma das associações quilombolas ou órgão envolvidas na elaboração ou execução dos ERN's: as da 8ª e 9ª edição.

A Carta Aberta da 11ª e mais recente edição jamais foi escrita, como as veremos na seção seguinte.

Abaixo seguem figuras de cartazes utilizados nos ERN's, o local onde foram realizados e as datas em que ocorreram, assim como o tema abordado em cada evento. Os documentos denominados Cartas Abertas de cada ERN's serão apresentados e, na falta destes, outros documentos relacionados diretamente ao evento serão apresentados, para subsidiar uma análise do ocorrido em cada um dos ERN's.

3.2.3.1 - 1º Encontro Raízes Negras – Quilombo do Pacoval – Alenquer/PA

O 1º ERN's ocorreu no período de 24 à 26 de junho de 1988, na Comunidade do Quilombo do Pacoval, localizado no município de Alenquer/PA. O tema do 1º ERN's foi

descrito como “Do entrelaçar de nossas diferentes raízes, brota o rebento da esperança - solidariedade”.

A Campanha da Fraternidade do ano de 1988 teve como tema “Ouvi o clamor desse povo”, tendo como objetivo principal discussão sobre a fraternidade e o negro (CNBB, 2018), visto que, nesse ano, comemorava-se, também, o centenário da assinatura da Lei Áurea.

Em 1988, a Assembleia Nacional Constituinte aprovou o mandato de cinco anos ao maranhense José Sarney de Araújo Costa como Presidente da República Federativa do Brasil. A mesma Assembleia aprovou o fim da tortura e censura, e aprovou a liberdade de expressão intelectual e de imprensa no Brasil.

Em 05 de outubro daquele ano, é promulgada a Constituição Federal, também chamada de Constituição Cidadã, trazendo em seu corpo inúmeras pautas resultantes dos movimentos sociais que estavam latentes naquele período.

Em 22 de dezembro de 1988, Francisco Alves Mendes Filho, o seringueiro e sindicalista Chico Mendes, foi assassinado em Xapuri – Acre, provocando grande comoção e revolta nacional e internacional.

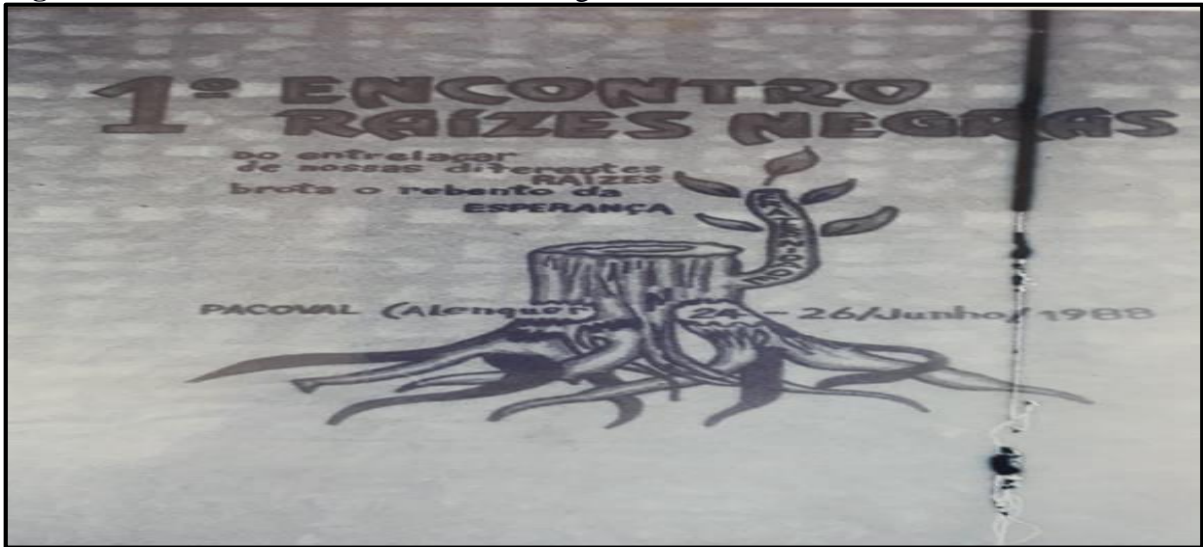
Foi nesse contexto histórico, político e social que acontece o 1º ERN’s no local e data acima mencionados, tendo como maiores finalidades esclarecer, conscientizar e valorizar a grande contribuição que o negro vem carregando consigo para o desenvolvimento do povo brasileiro e, no contexto local, para a sociedade amazônica.

Por tratar-se do 1º ERN’s, não foi redigida uma Carta Aberta com o corpo e especificações como foram realizadas nas edições seguintes. Foi produzido um Relatório sobre todo o encontro, pormenorizando todos os acontecimentos, convidados, participantes e assuntos tratados.

Os temas abordados, segundo Azevedo (2020) foram os que perpassaram pela reconstrução histórica da formação dos quilombos de Alenquer, Óbidos e Oriximiná, por meio das narrativas dos Srs. Raimundo da Silva Cordeiro de Sena - conhecido por Donga (Oriximiná), Santa Rita (Pacoval-Alenquer) e Sr. Moreno (Óbidos).

O cartaz referente ao 1º ERN’s traz a imagem de um tronco cortado, com raízes fortes e galhos brotando desse tronco. Representando a força do movimento negro que estava buscando fortalecer suas bases com o intuito de renascimento e/ou fortalecimento, conforme posse ser observado na **figura 13**.

Figura 13: Cartaz do 1º Encontro Raízes Negras



Fonte: ACOB, 2019

O documento final do 1º ERN's foi o que ficou posteriormente denominado como Carta Aberta. Foi um documento que concluiu o descrito abaixo.

<p>1º ENCONTRO RAÍZES NEGRAS PACOVAL – ALENQUER/PA – 1988</p>	<p>A Carta Aberta do 1º ERN's</p> <p>“Concluimos que o I ERN foi de suma importância para todos os participantes. Despertou a consciência da população negra do Médio Amazonas Paraense para continuar a caminhada - com mais firmeza e vigor. Estimulou a arrancada para conquistar espaço na sociedade e contribuir para que ela se torne justa e digna para todos, pois “Do entrelaçar de nossas diferentes raízes brota o rebento da esperança. Fraternidade”. (1º ERN's, 1988)</p> <p>Analisando o documento do 1º ERN's</p> <p>Foi nesse contexto histórico, político e social que acontece o 1º ERN's no local e data acima mencionados, tendo como maiores finalidades esclarecer, conscientizar e valorizar a grande contribuição que o negro vem carregando consigo para o desenvolvimento do povo brasileiro e, no contexto local, para a sociedade amazônica.</p> <p>A principal conclusão referente ao 1º ERN's, foi o de tratar-se de um momento de encontrar e se (re)conhecer enquanto pertencente a um povo que faz parte da história da porção norte do Brasil. Azevedo (2020) menciona que foi a concretização do encontro entre os Srs. Santa Rita e Donga, grandes lideranças dos quilombos de Alenquer e Oriximiná, que sonharam em realizar a reunião entre suas comunidades.</p>
--	--

Durante a abertura do 1º ERN's, a Srª Francisca das Chagas S. Pantoja, presidente da Associação Cultural de Obidense – ACOB, fez a seguinte fala:

Ilustríssimos senhores:

Representantes do Centro de Estudos e Defesa do Negro no Pará – CEDENPA;

Professores representantes do CENTUR;

Professores representantes da Pró-Reitoria de Extensão da UFPA;

Padre Mauro Baptista, representante da Pastoral dos Negros de São Paulo;

Secretaria Municipal de Cultura Desportos e Turismo de Óbidos;

Sacerdotes representantes das Paróquias de Óbidos, Alenquer e Oriximiná;

Representantes das Comunidades Negras.

Coube-nos, na qualidade de Presidente da Associação Cultural Obidense, a honra de abrir esta festa de confraternização, que denominamos de "RAIZES NEGRAS".

Encontramo-nos hoje, à margem do Rio Curuá, no povoado de Pacoval, município de Alenquer, ao abrigo deste Bosque, onde tudo é sublime, onde a Mãe Natureza nos acolhe carinhosamente e nos inspirou para testemunharmos aos irmãos alenquerenses, a solidariedade da gente Pauxi. Encontro inédito, dizemos nós, festa de amor! A Associação Cultural Obidense, há mais de dois anos vinha desenvolvendo, com seus pequenos recursos; pesquisas nos quilombos do Trombetas, Matá e Pacoval, sentindo o desejo que esses irmãos de predominância negra dessas regiões, manifestavam para a realização de uma aproximação entre eles.

Felizes, portanto, aqui nos encontramos, porque podemos abrir este espaço, para que, representantes das diversas comunidades possam se encontrar, trocar experiências, apresentar suas danças tradicionais, enfim, divulgar sua cultura.

Felizes devemos estar todos nós, que promovemos uma festa cultural com a contribuição da ACOB, aos 100 anos da abolição da escravatura. Porém, mais felizes do que todos nós, deve estar a professora Idaliana Marinho de Azevedo, a arquiteta deste acontecimento que com muita coragem e com muito amor o organizou.

E aqui, só nos resta externar nossos agradecimentos a expressiva ajuda que nos foi enviada pelos nossos irmos paulistas, que realmente possibilitou a concretização desta festa; ao apoio, à compreensão, ao carinho dos que vieram dar um toque especial a este momento histórico para os municípios de Óbidos, Oriximiná e Alenquer, particularmente ao Exmo. Sr. Dr. José de Jesus Paz Loureiro, Secretário de Cultura do Estado do Pará, que além da ajuda financeira, vem até nos, dar o seu incentivo para que possamos, partir para outros movimentos culturais. E, finalmente, o nosso agradecimento a comunidade do Pacoval, que nos hospeda com tanto carinho.

Neste momento de integração, de nossos irmãos negros, solicitamos, seja ouvida a palestra da professora Idaliana Marinho de Azevedo. (PANTOJA, 1988, pág. 23 e 24).

A fala de abertura do 1º ERN's proferida pela presidente da ACOB deixa bem claro o sentimento de um sonho que estava se realizando, uma sensação de que a reunião de algumas comunidades de remanescentes quilombolas do oeste paraense estava enfim se concretizando. Enfim, dava-se, a partir daquele momento, a (re)união de uma parcela da população negra amazônica que resultaria no

fortalecimento de autoidentificação e sentimento de pertencimento a um mesmo tronco étnico: o tronco negro.

Após o discurso de abertura do 1º ERN's, Azevedo relata como deu-se a idealização do referido encontro, esclarecendo o que a levou a idealizar ou arquitetar o encontro dessas comunidades remanescentes de quilombos do oeste do Pará, conforme explanação abaixo:

Este o momento de dar graças a Deus porque vemos realizado o sonho de alguns meses e a nossa grande expectativa em relação a este Encontro. Não vou fazer uma palestra porque acho e acredito que a missão da ACOB encerra-se neste momento. O seu objetivo era de "ABRIR ESPAÇO" para que representantes das comunidades de predominância negra desta-região, especialmente de Alenquer, Óbidos e Oriximiná, pudessem se encontrar, como foi o desejo expresso, aqui mesmo no Pacoval. Em uma das entrevistas gravadas com o Sr. Jose Santa Rita, ele expressou o seguinte desejo: "Quem dera que a gente pudesse se encontrar com os nossos parceiros do Trombetas, pois há gente que passa por lá e diz que lá tem gente parecida com a Nazita, com o Carolino, com a Raquel..."

Isso ficou bem guardado em nosso coração. E hoje só nos resta mesmo agradecer a Deus por esta oportunidade de realizar esse desejo. A ACOB, encerra pois aqui o seu trabalho e passa este Encontro para a Coordenação dos Negros aqui representados.

Forma-se, então, a Coordenação dos Trabalhos com representantes do CEDENPA, do Padre Mauro e representantes de Oriximiná, Óbidos e Alenquer. (AZEVEDO, 1988, págs. 24 – 25)

Os depoimentos colhidos durante o 1º ERN's geraram um documentário da TV Sentinela que trata sobre a recuperação da memória histórica dos antigos quilombos desses municípios; um debate sobre os sentimentos de qual era o papel do negro na sociedade, naquele ano de 1988 e deliberações sobre a continuidade das lutas que estavam sendo realizadas pelas comunidades quilombolas naquele período.

Apesar de não ter sido redigida uma Carta Aberta naquele ano, as principais propostas elaboradas no 1º ERN's foram a necessidade de conscientização da força do movimento negro, a importância das comunidades estarem inseridas em movimentos populares como forma de reivindicar seus direitos, não abandonar suas comunidades, terem responsabilidades com a educação dos filhos e exigir professores capacitados e responsáveis. Muito falou-se sobre a relevância existente no ato de assumir sua negritude, sua origem, seus antepassados e cultura deixados pelos antigos e valorização da raça dentro das escolas.

Ao final da plenária do último dia do 1º ERN's, um novo encontro ficou marcado para o ano seguinte, 1989, a ser realizado na Comunidade do Quilombo do Jauary – Oriximiná/PA, no período de 30/06 – 02/07, como veremos a seguir durante a explanação sobre o 2º ERN's.

3.2.3.2 - 2º Encontro Raízes Negras

O 2º ERN's aconteceu na Comunidade do Quilombo Jauary, localizado no município de Oriximiná/PA, entre os dias 30 de junho à 02 de julho do ano de 1998. O tema escolhido para essa edição foi “Família, trabalho e Cidadania”.

Em 1989, a campanha da fraternidade daquele ano tinha como tema “Comunicação para a verdade e a paz”, tendo como objetivo principal despertar da consciência crítica do receptor no uso da mídia, como atitude interior necessária para a comunicação da verdade e da paz, assim como conscientizar os receptores sobre seu papel de agentes de influência na orientação de programas nos meios de comunicação (CNBB, 1989).

O atual Presidente do Brasil era José Sarney (15 de março de 1985 - 15 de março de 1990). Em 15 de janeiro de 1989, o Ministro da Fazenda, Maílson da Nóbrega lança o Plano Verão, assim como uma nova moeda é utilizada em território nacional: o Cruzado Novo (NCz\$). Em novembro daquele ano ocorreu a primeira eleição direta para escolha de um presidente, sendo que a última eleição tinha sido em 1960, sendo eleito o candidato Fernando Collor de Mello.

O cartaz trouxe estampado a figura do mapa do estado do Pará, dentro do qual um gravura de busto de um homem negro, conforme **figura 14**, abaixo.

Figura 14: Cartaz do 2º Encontro Raízes Negras



A Carta Aberta do 2º ERN's foi assim escrita:

<p>2º ENCONTRO RAÍZES NEGRAS JAUARY – ORIXIMINÁ/PA - 1989</p>	<p>A Carta Aberta do 2º ERN's</p> <p>“As comunidades negras da região dos rios Trombetas, Cuminã e Eripecuru, município de Oriximiná, do estado do Pará, reunidas no 2º Encontro "Raízes Negras", realizado nos dias 30 de junho e 1 e 2 de julho de 1989, na comunidade Jauary, no rio Eripecuru, discutimos os graves problemas que estamos enfrentando e que vamos enfrentar no futuro. Estes rios foram desde sempre habitados por nações indígenas a que mais tarde se juntaram os escravos negros fugidos das grandes fazendas de Santarém e Óbidos.</p> <p>Estes negros formaram mocambos acima das cachoeiras e ali viveram durante um certo tempo. Aos poucos baixaram e ocuparam as regiões ribeirinhas ao longo do Trombetas. Eripecuru e Cumine. Formaram uma cultura própria com elementos afros e indígenas: Comunitária, extrativista e pescatória.</p> <p>De repente os grandes grupos econômicos se viraram para a Amazônia e suas riquezas. O Trombetas virou campo de pesquisas e estudos, à imagem do resto da região. Os mapas passaram a registrar uma região denominada POLO TROMBETAS com um potencial mineral muito grande. A partir da década de setenta e Mineração Rio do Norte criou uma infraestrutura considerável na região e iniciou a extração da Bauxita, que é exportada para outras regiões e para fora do país.</p> <p>A sua implantação não foi pacífica muitas famílias remanescentes de mocambos foram despojadas da área. Uma grande extensão da margem direita do rio foi concedida à mineradora. Só à MRN foram concedidos 85.000 ha.</p> <p>No dia 21 de setembro de 1979, pelo decreto nº 84.018 foi criada a Reserva Biológica do Rio Trombetas com a extensão de 385.000 hectares na margem esquerda do rio. Foram expulsas de suas terras numerosas famílias, sem indenização e com prazos de até uma hora para abandonarem suas terras. Casas foram queimadas e roças destruídas.</p> <p>O órgão federal, ex-IBDF⁸, através de seus executores locais, têm administrado a Reserva, com consequências nefastas para as comunidades negras e sua organização</p>
--	--

8 IBDF – Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal. Tratado aqui como ex-IBDF pelo fato deste Instituto ter sido substituído pela SEMA através da Lei nº 73732, de 14 de Fevereiro de 1989, portanto ainda muito recente quando da realização do 2º ERN's.

socioeconômico-cultural. As comunidades negras expulsas da região são impedidas de usar os recursos naturais da área que lhes pertence por direito. Sendo que o ex-IBDF tem autorizado a entrada de outros grupos, nesta mesma área, que comercializam os produtos retirados.

Agora para os negros e índios se apresente uma nova agressão. Esta tem por nome Usina Hidrelétrica de Cachoeira Porteira, que dará início ao aproveitamento hidroelétrico dos rios da região. A ELETRONORTE em ofício datado de 09/01/89, pediu licença à SEMMA de Belém para iniciar as obras desta hidroelétrica. O RIMA⁹ está pronto, foi apresentado a este órgão, mas debates públicos e consultas às populações que vão ser atingidas não foram realizadas.

Assim, exigimos: Legalização, titulação e demarcação das terras das comunidades negras remanescentes dos quilombos e retirada dos grileiros; Reconhecimento do direito das comunidades negras às terras que foram transformadas em Reserva Biológica; Criação de reservas extrativistas e de pesca nas áreas das Comunidades; a não construção da hidrelétrica de Cachoeira Porteira e de outras projetadas para a região e que o governo busque alternativas para atender as necessidades energéticas da região e solucione os problemas causados pelas hidrelétricas já construídas” (2º ERN’s, 1989)

Analizando a Carta Aberta

No 2º ERN’s sua Carta Aberta deixa muito clara as múltiplas preocupações com o território e as agressões à territorialidade das comunidades quilombolas, principalmente com as do município de Oriximiná.

A conscientização da necessidade de demarcação e titulação se apresenta muito forte como sendo a solução mais provável para ir de encontro às grilagens, criação de reservas extrativistas sobrepostas aos territórios quilombolas.

No que diz respeito à utilização de potencial hídrico da região para a implantação da hidrelétrica de Cachoeira Porteira (problemática que reacendeu chamadas no ano de 2019 através de novos estudos para a implantação dessa hidrelétrica em Oriximiná), os quilombolas mostraram-se contrários à implementação deste empreendimento como mais um dos grandes projetos do

9 RIMA – Relatório de Impacto Ambiental.

	<p>Governo para a região amazônica, e nesse caso, com impactos diretos nos territórios quilombolas do município de Oriximiná.</p> <p>Por essa razão e na tentativa de defender e manter seus territórios, territorialidade e meio ambiente, frente à imposição do Governo a esses empreendimentos, as comunidades deliberaram por buscar formas que parassem tais políticas públicas.</p> <p>Em estudo referente ao tema da Hidrelétrica de Cachoeira Porteira, Reale e Cavalcante (2021) concluem:</p> <p style="padding-left: 40px;">Os resultados demonstraram que as populações tradicionais, desde a primeira proposição do projeto, vivenciaram constantes períodos de angústia, dado às recorrentes possibilidades de implantação da hidrelétrica de Cachoeira Porteira, sobretudo os extrativistas obrigados a migrar para outras áreas, desarticulando a cadeia produtiva da castanha, sem indenizações em suas perdas, econômicas e socioculturais. A dinâmica territorial demonstrada pelas populações tradicionais, mesmo anterior a instalação da usina, pode ser observada e analisada enquanto impacto especulativo, cuja característica consiste nos rearranjos e efeitos anteriores a sua materialização, contudo, já apresenta impactos de diversas ordens e permite vislumbrar que, diante do plano de expansão energética, tais eventos para a Amazônia e outras áreas têm sido tensionados como a da Cachoeira Porteira que, desde o período militar prevê o projeto de implantação da usina e até os dias atuais permanece nos planos energéticos enquanto possibilidade, gerando incertezas e desarticulação de toda a dinâmica local. (REALE; CAVALCANTE, p. 138, 2021)</p> <p>Este estudo coaduna-se com o deliberado pelas autoras acima citadas pois entende-se que as perdas simbólicas, patrimoniais, ancestrais e cosmológicas para as populações tradicionais dessa área seriam enormes e irreparáveis.</p>
--	--

O 3º ERN's foi marcado para acontecer em na comunidade do Silêncio do Matá, em Óbidos, no período de 05 à 08 de julho de 1990, tendo como tema “Quilombo: ontem, hoje & amanhã”, como veremos na próxima seção.

3.2.3.3 - 3º Encontro Raízes Negras

O 3º ERN's ocorreu na Comunidade do Quilombo Silêncio do Matá, localizado no município de Óbidos/PA, no período de 05 à 08 de julho do ano de 1990. O tema abordado foi “Quilombo: ontem, hoje e amanhã: resistência, bem estar e organização”.

O tema da campanha da fraternidade do ano de 1990 foi “Homem e mulher: imagem de Deus” e não houve grandes focos dos ocorridos no ERN's deste ano com a referida campanha do CNBB.

Em 15 de março de 1990, toma posse o 32º e mais novo presidente do Brasil, Fernando Collor de Melo. No mês seguinte do mesmo ano, o Congresso Nacional aprova o Plano Brasil Novo, ou mais conhecido como Plano Collor, que carregava consigo medidas e reformas econômicas e planejamentos para controle da inflação que acometia o Brasil naquele ano. Em julho deste ano, Collor de Melo sanciona a Lei 8069/90 que criou o Estatuto da Criança e do Adolescente.

Darcy Alves Pereira e Darly Alves da Silva, assassinos de Chico Mendes, são condenados a dezenove anos de prisão. A condenação dos mentores da morte deste importante ativista serviu para dar ainda mais força para os movimentos sociais que fervilhavam em território brasileiro, tais como os movimentos antirracistas e pela defesa de territórios tradicionais.

O cartaz do 3º ERN's apresenta um mastro das festas de ramada, conforme **figura 15**. Trata-se de uma festa religiosa onde um mastro é enfeitado com ramos e frutas no primeiro dia dos festejos do Santo católico devotado pela comunidade. No último dia esse tronco é derrubado e suas frutas são consumidas pelos comunitários.

Figura 15: Cartaz do 3º Encontro Raízes Negras



O 3º ERN's chega ao município de Óbidos/PA, onde concentravam-se suas maiores idealizadoras: Idaliana Marinho de Azevedo e Francisca das Chagas. Como mencionado anteriormente, foram elas as grandes líderes desse movimento social com a população quilombolas. Assim sendo, trata-se de mais um importante momento ocorridos nos ERN's.

A plenária do 3º ERN's deliberou e assim escreveu, no fim de mais um evento.

3º ENCONTRO RAÍZES NEGRAS

ÓBIDOS/PA – SILÊNCIO DO MATÁ - 1990

Carta Aberta do 3º Encontro Raízes Negras

Nós, representantes das Comunidades Negras da microrregião do Médio Amazonas paraense e representantes das instituições e organizações não governamentais, reunidos no 3º encontro Raízes Negras, realizado no período de 05 a 08 de julho de 1990, na Comunidade Negra do Silêncio do Matá, no município de Óbidos, após discutirmos as situações específicas em geral de cada comunidade presente no Encontro, constatamos a necessidade urgente de solucionar os seguintes problemas: Existência do racismo, falta de transporte para escoar a produção, falta de estímulo e apoio à produção agrícola das comunidades, falta de saneamento básico, falta de escolas que atendam ao 1º grau completo que tenha alfabetização para adultos e curso supletivo, falta de posto médico, falta de estradas vicinais, ameaça de desagregação das comunidades negras dos rios Trombetas, Erepecuru, Cumina e Acapu por causa da construção de hidrelétrica e implantação de mineradora na região, ameaça de poluição dos rios por causa do uso do mercúrio nos garimpos, implantação da “reserva biológica em áreas das comunidades negras, não legalização de nossas terras.

Assim é que queremos: Resolução imediata da legalização de nossas terras conforme o artigo 68 da Constituição Federal; não à construção das hidrelétricas de Cachoeira Porteira, Cachoeira do Chuvisco e outras projetadas para a região.

Diante da gravidade dos problemas que ora apresentamos, tentaremos buscar soluções a curto prazo e convidamos a população em geral a se engajar nessa luta com espírito de solidariedade para construção de uma sociedade justa e igualitária.

Analisando a Carta Aberta do 3º ERN's

Uma problemática recorrente no 3º ERN e que apareceu nas duas outras edições foi a questão do racismo que tais comunitários sofrem nos municípios onde residem. Os problemas de infraestrutura de estradas e vicinais para escoação

de produção também é mencionado nesta Carta Aberta, o que podemos constatar como um grande impeditivo para que haja melhorias na economia dessas comunidades. Infelizmente o problema repete-se e poucas políticas públicas são capazes de resolver a questão em tela.

Porém, pior do que a infraestrutura deficitária, nesta edição do ERN, o maior problema apresentado foi a construção de hidrelétrica na região. Trata-se da Hidrelétrica de Cachoeira Porteira e do Chuvisco que certamente vai impactar todo o bioma onde várias comunidades quilombolas estão localizadas a décadas.

Para além dessa hidrelétrica, há o fato de criação de reserva biológica, que limita muitas práticas dos comunitários de Oriximiná e vai impactar negativamente em seu modo de viver, suas produções e sua economia comunitária.

Entende-se que a problemática de legalização de terras quilombolas é algo que deixa os quilombos vulneráveis às pressões desses empreendimentos e de sobreposições de políticas de implementação de áreas protegidas e, por isso, deve ser resolvido o mais rapidamente possível como sendo a melhor forma para barrar muitas dessas problemáticas.

Como resultado de demandas por políticas públicas pleiteadas através da força dos ERN foi titulado o primeiro território formado por remanescentes de quilombos no Brasil, em 20 de novembro de 1996, concedido à Comunidade Águas Frias no município de Oriximiná/Pará.

O jornalista, advogado e professor da Universidade Federal do Pará, José Heder Benatti, do Jornal Resistência (Edição nº 85, 09.1990, folha 03), ao reportar sobre o 3º ERN's, escreveu:

Tendo como produção o extrativismo vegetal, animal e culturas de subsistência (mandioca, cana, arroz, milho e laranja) os negros dos mocambos tem os mesmos problemas que os lavradores do resto do Estado: não tem incentivos ou apoio técnico do governo, dificuldade no armazenamento e na venda dos produtos, falta de estradas vicinais, hospitais, escolas, etc... Na realidade, levando em considerações suas especificidades por serem remanescentes de quilombos, eles fazem parte dessa maioria de camponeses que são marginalizados e espoliados nos seus direitos mais básicos. Neste aspecto, ao lutar pela sobrevivência dos quilombos eles estão lutando também pela defesa da Amazônia e pelo direito de ter direito.

O próximo encontro será em Tapagem, município de Oriximiná - Pará no mês de junho de 1991. Participaram do 2º Encontro, 506 pessoas de 54 comunidades negras de Óbidos, Oriximiná, Alenquer e Santarém além das entidades presentes SPPDH, CPT, COOP, CAL, GTA, Regional Norte II do MNDH, Pastoral da Juventude da Diocese de

	<p>Santarém, CPT de São Paulo e Movimento de Consciência e Cultura Negra de Santarém.</p> <p>Uma das principais preocupações do Encontro é com a questão da terra, além de garantir a sua sobrevivência, garante a sua identidade enquanto negro trabalhador rural, povos da floresta. A Constituição Brasileira garante a propriedade da terra às comunidades negras remanescentes de quilombos no seu Artigo 68 das Disposições Transitórias.</p> <p>O 3º Encontro Raízes Negras realizado em Silêncio do Matá, município de Óbidos, no período de 5 a 8 de julho de 1990 e organizado pelo Centro de Defesa e Estudos do Negro do Pará - CEDENPA e Associação Cultural Obidense teve como discussão básica o “Quilombo ontem hoje e amanhã”.</p> <p>Até hoje nenhum mocambo, nome que se dá aos quilombos no Pará, foi demarcado e reconhecida sua propriedade definitiva. O que ocorre é a invasão e a perda da terra para os grandes projetos que estão sendo implantados na Amazônia. (BENATTI, 1990).</p> <p>Muito importante a presença da imprensa, na figura do Jornal Resistência, com a força de levar informações às camadas de atores sociais desprovidos da garantia de direitos adquiridos. A reportagem de Benatti (1990) publicita o 3º ERN's e dá uma ideia do que foi tratado durante tão importante evento.</p>
--	--

Como a reportagem mencionou, o 4º ERN's ocorreu na comunidade da Tapagem, município de Oriximiná, no período de 18 à 21 de julho de 1991, como será apresentado a seguir.

3.2.3.4 - 4º Encontro Raízes Negras

O 4º ERN's ocorreu, novamente, no município de Oriximiná, agora na Comunidade Quilombola da Tapagem, no período de 18 à 21 de junho de 1991. O tema desse ano foi “A luta ecológica, o negro e sua cultura”.

Para 1991, a CNBB abordou o tema de sua campanha da fraternidade o tema “Solidários na dignidade do trabalho”, tendo como objetivo geral a intenção de que a Igreja, em conjunto com as pessoas, assumam que o mundo conflituoso do trabalho possa ser utilizado, também, como um espaço solidário, evangelizador e de práticas que levem ao amor, à justiça e à paz.

Em 1991, o Presidente Fernando Collor de Mello assina o Decreto nº 1/91, também conhecido como Lei dos Royalties, regulamentando o repasse de royalties aos municípios produtores de energia elétrica e minérios, como o Pará e Amazonas. Nesse mesmo ano, Brasil, Argentina, Paraguai e Uruguai assinam o Tratado de Assunção, criando, desta forma, o Mercado Comum do Sul – MERCOSUL.

Em outubro de 1991, aconteceu a visita de dez dias do Papa João Paulo II ao Brasil.

O cartaz do 4º ERN's retrata a face de um homem negro e suas marcas de sofrimento. Ao fundo, alguns quadros retratam a lida da vida no campo, retratando os processos de plantio, manutenção, plantio e bonança que ocorre no campo. Demonstra, desta forma, a ligação das comunidades quilombolas com a terra, a sobrevivência destes diretamente ligada ao seu espaço ocupado, relacionando o quão é importante o território, e a proteção deste, pelas comunidades quilombolas e demais populações tradicionais.

A religiosidade e a cultura também são retratadas nos cartazes, mostrando que território e territorialidades caminham juntos em espaços ocupados por comunidades quilombolas, conforme pode-se observar na **figura 16**, a seguir.

Figura 16: Cartaz do 4º Encontro Raízes Negras



Fonte: ACOB, 2019

Após o término do 4º ERN's, durante plenária final, foi escrita a Carta Aberta deste evento, a qual expõe-se abaixo.

4º ENCONTRO RAÍZES NEGRAS TAPAGEM – ORIXIMINÁ/PA -	<p>A Carta Aberta do 4º ERN's</p> <p>Nós participantes do IV Encontro Raízes Negras, realizado nos dias 18 a 21 de julho de 1991, na Comunidade remanescente de quilombos, Tapagem, no município de Oriximiná, no estado do Pará, vimos denunciar:</p> <p>O não cumprimento por parte do Governo Federal, do Artigo 68 das Disposições Transitórias da Constituição Federal, que garante às comunidades remanescentes de quilombos a propriedade de suas terras;</p> <p>A instalação do projeto de exploração de bauxita, Mina de Bauxita da Amazônia, das empresas ALCOA e BILLITON, na terra das comunidades remanescentes de quilombos</p>
---	--

do rio Trombetas, no município de Oriximiná, no Pará. Ao lado da expropriação da terra, este projeto trará profundas interferências no equilíbrio dos ecossistemas da região além do mais no Relatório de Impacto Ambiental (RIMA), a ALCOA e BILLITON afirmam que a mineradora utilizará, no futuro, a energia da hidrelétrica de Cachoeira Porteira. Assim fica claro que esta hidrelétrica tem como objetivo apenas atender os grandes projetos e não a população da região.

A Secretaria de Saúde Pública do Estado do Pará, que irresponsavelmente, concedeu em agosto de 1990, a Licença Ambiental Previa para o Projeto Mina de Bauxita da Amazônia. Esta licença terá o seu prazo expirado em agosto de 1991, quando nova licença deverá ser concedida. Desde 1990, a Associação dos Remanescentes de Quilombos do Município de Oriximiná tem reivindicado junto à Secretaria que nenhum projeto seja instalado em sua região antes que a situação de suas terras esteja devidamente regularizada como determina a Constituição Federal.

Diante destes fatos, os participantes do IV Encontro Raízes Negras aprovam as seguintes reivindicações:

1º) Paralisação imediata de quaisquer estudo ou atividades visando a instalação do Projeto Mina de Bauxita da Amazônia e da Hidrelétrica de Cachoeira Porteira;

2º) A não renovação de Licença Previa Ambiental ou concessão de Licença de Instalação;

3º) A demarcação imediata das terras coletivas dos remanescentes de quilombos sob o controle das comunidades e suas entidades. Comunidade Tapagem, 21/06/1991. (4º ERN's, 1991)

Analisando a Carta Aberta

Por tratar-se de dispositivo constitucional ainda recente, porém um direito adquirido dentro da CFB/1988, as comunidades quilombolas buscam a implementação do que rege o Art. 68 da ADCT, sobre a regularização e titulação de territórios quilombolas.

Há uma preocupação cada vez maior com a possibilidade de implantação das hidrelétricas no oeste paraense e sobretudo dos impactos que tais projetos vão provocar nos territórios dos povos tradicionais amazônidas.

Entra na discussão as problemáticas dos impactos ambientais e das falhas processuais para concessão de documentação que dariam início a este grande projeto do governo Federal no coração da Amazônia.

	<p>A exploração de minérios nestes territórios quilombolas são levantados em plenária, pois sabe-se dos grandes impactos que eles ocasionam, levando a riqueza local e deixando grandes problemas para os que aqui vivem.</p> <p>Assim, para evitar que tais problemas ocorram, vislumbra-se, na concessão de demarcação e titulação de território de remanescente de quilombo, conforme Art. 68 da ADCT, a solução dos grandes problemas que estão sendo apresentados para estas comunidades quilombolas do oeste do Pará, tendo em vista os mesmos estarem no território a mais tempo e, portanto, os reais signatários dos mesmos.</p>
--	---

O evento seguinte ocorreu no Pacoval, novamente, no ano de 1992, com o tema “Negros, suas terras e cidadania”, como será apresentado abaixo.

3.2.3.5 - 5º Encontro Raízes Negras

O 5º ERN’s ocorreu na Comunidade do Quilombo do Pacoval, localizado no município de Alenquer/PA, no período de 16 à 19 de julho de 1992. O tema escolhido para aquela edição foi “Negros, suas terras e cidadania”.

A campanha da fraternidade do ano de 1992 trouxe como objetivo principal a intenção de que a Igreja e as pessoas de boa vontade se comprometam com a juventude, como agentes de uma nova evangelização e como força transformadora da Igreja e da sociedade, sob o tema “Juventude caminho aberto”. (CNBB, 1992)

Fernando Collor de Mello era o presidente do Brasil, período em que ocorre a formação do movimento dos Caras Pintadas que realizava passeatas pedindo a saída de Collor, dados vários casos de corrupção que seu governo estava apresentando.

Em setembro daquele ano, a Câmara dos Deputados entra com pedido de *impeachment* de Collor. Em dezembro ocorre a renúncia de Collor, que tem seus direitos políticos cassados por oito anos, assumindo o posto presidencial Itamar Franco.

O ano de 1992 ainda foi marcado pela morte de Ulisses Guimarães em acidente aéreo em Angra dos Reis, no estado do Rio de Janeiro.

Foi ainda em 1992 que houve o Massacre da Penitenciária de Carandiru, na grande São Paulo, com a morte de 111 detentos, fato que chocou toda a sociedade brasileira e mundial, dada a truculência da polícia daquele estado.

A **figura 17** abaixo, traz o cartaz do 5º ERN’s

Figura17: Cartaz do 5º Encontro Raízes Negras



Fonte: ACOB, 2021

Abaixo, segue a Carta Aberta do 5º ERN's deliberada e escrita no 19/07/1992.

<p>5º ENCONTRO RAÍZES NEGRAS PACOVAL – ALENQUER/PA - 1992</p>	<p>A Carta Aberta do 5º ERN's</p> <p>Nós, participantes do V encontros Raízes Negras, realizado de 16 a 19 de julho de 1992 no Quilombo do Pacoval, município de Alenquer, no estado do Pará/Brasil, representando 47 comunidades negras, 13 entidades não governamentais e 4 internacionais, e quatro órgão governamentais, após dias de estudos e avaliação de nossa caminhada, em que refletimos os problemas da região, em especial os das comunidades negras, concluimos que, desde o primeiro encontro, constatamos a existência dos seguintes problemas: Não demarcação e titulação das terras tradicionalmente ocupadas por remanescentes de quilombos; Apropriação indevida, arrendamento e vendas realizadas indevidamente por latifundiários, comerciantes e grupos de empresas nacionais e multinacionais das terras dos quilombos; Repressão sistemática pelo IBAMA, Polícias Federal e Civil, bem como a constante cumplicidade do Poder Judiciário e omissão dos Poderes Executivo e Legislativo municipal. (5º ERN's, 1992).</p> <p>Analisando a Carta Aberta</p> <p>Julga-se extremamente necessário mencionar a ocorrência, no Rio de Janeiro, a Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e o</p>
--	--

	<p>Desenvolvimento (CNUMAD), chamada de ECO-92, a Cúpula da Terra, onde foram discutidos assuntos relacionados ao impactos dos ataques agressivos que vinham ocorrendo ao meio ambiente e a tratativa de diminuição das grandes devastações que estavam ocorrendo.</p> <p>Daí o fato do tema escolhido no ERN's deste ano está bem atrelado ao eixo de suas terras e da importância de preservação das mesmas, como forma de manutenção do próprio existir dos territórios quilombolas. Por meio da Carta Aberta do 5º ERN's constata-se a importância que o território e a territorialidade tem para as comunidades quilombolas do oeste paraense.</p> <p>Mais uma vez a problemática fundiária é posta em evidencia sendo expressamente mencionada, quando trata-se da não demarcação e titulação de territórios quilombolas. A ameaça portanto, de ocupação e arrendamento desses territórios por população não quilombola (problemática fundiária) e as formas como são tratadas estas populações tradicionais pelos Órgãos governamentais, demonstrando que o racismo institucional é uma realidade e faz parte do cotidiano dessas populações, sendo seus impactos sentidos na vida econômica, social, política, educacional e cultural dos remanescentes de quilombos.</p>
--	---

Por motivos administrativos e financeiros, o 6º ERN's só ocorreu no ano de 1995, no município de Óbidos, conforme será demonstrado abaixo.

3.2.3.6 - 6º Encontro Raízes Negras

O 6º ERN's ocorreu na cidade de Óbidos/PA, entre os dias 17 e 20 de Novembro de 1995, portanto três anos o último ERN's. Teve como tema central “Com Zumbi dos Palmares rumo aos 300 anos: Redescobrimo a história, valorizando a cultura e celebrando a vida”.

Alguns contratempos financeiros, ausência de patrocinadores e incertezas políticas fizeram com que o encontro que deveria acontecer no ano de 1994 só viesse a acontecer em novembro de 1995, no período de comemoração da Consciência Negra e em comemoração aos 300 anos da morte de Zumbi de Palmares. Desta forma, o ERN's de 1995 ocorreu em Óbidos no período acima mencionado.

A CNBB (1995), ao justificar o objetivo da escolha do tema “Eras tu, senhor?”, menciona que a intenção é dar visibilidade aos abandonados, esquecido e negados na sua humanidade, como é o caso dos mendigos, prostitutas, encarcerados, doentes e demais outros

atores sociais que são vítimas do sistema de exclusão que o Brasil, enquanto país de terceiro mundo, acaba por fabricar e sempre acentuar estas diferenças.

Esse é, também, o caso das populações tradicionais como os quilombolas, os indígenas, os pescadores, ribeirinhos e tantos outros. Daí a importância do tema do ERN's deste ano, mencionado acima, que foca a valorização da vida, da cultura e da história dessa parcela da população brasileira.

Fernando Henrique Cardoso assume a presidência do Brasil, tendo como principal foco o combate da inflação que impactava a economia nacional. O passo adotado por Fernando Henrique foi a criação de vários programas de privatização de empresas públicas.

Um conflito entre polícia militar e sem-terra, ocorrido na cidade de Corumbiara – RO, deixa dez mortos, causando grande comoção nacional, principalmente nos movimentos sociais.

Foi nesse mesmo ano que o Bispo Sérgio Von Helde, da Igreja Universal, chuta e quebra uma imagem de Nossa Senhora Aparecida, em rede nacional, durante programação de uma rede de televisão.

O Ano de 1995 é marcado, ainda, pela criação do Mercosul, pelas tratativas em busca de controlar a inflação nacional, pelo início de programas de privatizações de empresas estatais e como marco de governo em dois mandatos.

Trata-se de um ano particularmente especial para o movimento negro. Relembra-se os trezentos anos da morte do líder quilombola Zumbi de Palmares. Esse foi o desenho escolhido para estampar o cartaz do 6º ERN's, conforme mostrado na **figura 18**, abaixo.

Figura 18: Cartaz do 6º Encontro Raízes Negras



A Carta Aberta do 6º ERN's, após deliberação em plenária, durante o último dia do evento daquele ano, é escrita. Diz a Carta Aberta.

<p>6º ENCONTRO RAÍZES NEGRAS ÓBIDOS/PA - 1995</p>	<p>A Carta Aberta do 6º ERN's</p> <p>As comunidades negras existentes ao longo dos rios Trombetas, Curuá, Erepecuru-Cuminá e dos lagos das regiões de Óbidos, Alenquer, Oriximiná e Santarém, são formados pelos remanescentes de escravos que, ao romperem com a escravidão, formaram as sociedades quilombolas nos altos dos rios.</p> <p>Nossas comunidades, sobrevivem tradições culturais, lembranças das histórias dos nossos avós e uma relação com a terra que garantem a construção de uma identidade própria. Somos comunidades que, ao longo do tempo, temos lutado pelo direito, cidadania, pelo direito à terra, enquanto referências de liberdade e de vida. Uma luta que aponta para o fortalecimento de nossas culturas e dos nossos espaços sociais, ou seja, para a própria integridade de nossa existência.</p> <p>Nossa luta tem se intensificado à medida que nossas comunidades se conhecem, se encontram e se organizam. Assim, a partir do I Encontro “Raízes Negras, em 1988 na localidade do Pacoval (Alenquer), vem se fortalecendo o reconhecimento de nossa realidade e dos nossos direitos, enquanto descendentes daqueles que, resistindo à escravidão, formamos os quilombos ou mocambos nas áreas onde hoje vivemos.</p> <p>Nós, remanescentes, temos enfrentado todo tipo de pressão, como invasões por parte de outras comunidades, devastação de nossas terras, conflitos com mineradoras, fazendeiros, garimpeiros etc. Temos resistido a todo. O sentido dessa resistência é a conquista definitiva da titulação de nossas terras, que se inicia com a entrega do título à comunidade de Boa Vista, que lhe garante a propriedade da terra. Esse fato se constitui apenas a nossa primeira grande vitória. Para nós ele é muito significativo porque é o primeiro passo em direção ao nosso objetivo maior. Unidos, vamos continuar nossa luta para a efetivação de todas as nossas metas. Ainda se faz necessário o cumprimento do dispositivo legal da Constituição Federal, no seu artigo 68 das Disposições Transitórias, que garante a todas as comunidades remanescentes o direito à propriedade da terra.</p> <p>Assim, as Comunidades Remanescentes de Quilombos, reunidas no VI Encontro “Raízes Negras”, reafirmam perante o INCRA, na pessoa de seu presidente, Dr. Francisco Graziano, a necessidade do reconhecimento de suas áreas demarcadas e</p>
--	--

do comprometimento político deste Órgão com a entrega definitiva de seus títulos de propriedade da terra, a curto prazo.

Analisando a Carta Aberta

Foi durante no período deste Encontro que deu-se um grande momento para as comunidades quilombolas de Óbidos: a titulação do território quilombola de Boa Vista, que já tinha sido reivindicado a anos atrás.

Alguns dias após o término do 6º ERN's, houve uma grande passeata pelas ruas da cidade de Óbidos (especificamente no dia 25/11/1995) em comemoração à titulação do primeiro território remanescente de quilombos da cidade de Óbidos, a Comunidade de Boa Vista.

Na ocasião foi redigida a “Carta de Óbidos”, sendo esta a Carta Aberta do 6º ERN's, uma carta direta, com reivindicação dirigida ao INCRA, sobre a necessidade de titulação de todos os territórios quilombolas, a curto prazo. Por meio da Carta de Óbidos a força da coletividade quilombola se fez presente e crê-se que tais iniciativas acabaram por impulsionar a finalização do processo de titulação do Quilombo de boa Vista.

A Carta de Óbidos deixa claro ao INCRA que a titulação da Comunidade de Boa Vista não seria uma forma “de pôr panos quentes” ou um “cala a boca” nas lutas das comunidades negras por titulação de todos os territórios, mas que estes continuariam buscando seus direitos constitucionais a partir da titulação territorial de suas terras.

Para o 7º ERN's, deliberou-se em plenária que ocorreria na Comunidade de Serrinha, no município de Oriximiná, como será explanado abaixo.

3.2.3.7 - 7º Encontro Raízes Negras

Essa edição do ERN's ocorreu na Comunidade do Quilombo da Serrinha, localizado no município de Oriximiná/PA, no período de 18 à 20 de julho de 1997. O tema escolhido para simbolizar o 7º ERN's foi “500 anos de repressão transformados em resistência e articulação dos quilombos do Baixo Amazonas”.

O ano de 1997 teve como tema da campanha da fraternidade “Cristo liberta de todas as prisões”, sendo que o objetivo ao escolher este tema diz respeito à tentativa de sensibilizar a solidariedade cristã aos encarcerados em busca de mudanças necessárias.

Tratou-se de uma campanha voltada para a mediação de conflitos entre vítimas e acusados, baseada no perdão, conversão e reinserção social dos encarcerados (CNBB, 1997). Pouco deste tema está ligado à edição do ERN’s deste ano.

O representante máximo do Brasil era Fernando Henrique Cardoso que conseguiu aprovar em primeiro turno, numa vitória grandiosa do Governo (336 votos à favor, 17 votos contra e 6 abstenções), a emenda que dava direito à reeleição.

Foi em 1997, durante as comemorações do Dia do Índio, que, em Brasília – DF, o indígena da etnia Pataxó, Galdino Jesus dos Santos, foi incendiado e assassinado por estudantes daquela capital.

Conforme apresentado na **figura 19** abaixo, o cartaz do 7º ERN’s traz uma gravura de elos apoiados por mãos negras, interligados uns aos outros e dentro deles os nomes dos municípios de Alenquer, Óbidos, Oriximiná e Santarém, como principais representantes dos referidos eventos.

Figura 19: Cartaz do 7º Encontro Raízes Negras



Fonte: ACOB, 2019

Várias foram as tentativas e tratativas para que houvesse acesso, por parte deste pesquisador, à Carta Aberta da 7ª edição do ERN's. Porém, não houve resposta positiva da ARQMO, Associação responsável pela elaboração do 7º Raízes Negras, na pessoa de sua atual presidente, Claudinete Colé. Assim como nas tentativas de conseguir o referido documento por intermédio de funcionários CEDENPA e de representantes da ARQMOB, ACOB e ACONQUIPAL.

No entanto, durante visita de campo na cidade de Óbidos em novembro de 2020 foi coletado um documento que trata sobre a programação da edição do ERN's daquele ano, conforme apresentado na **figura 20**. Nela constam as discussões que foram tratadas durante o referido Encontro e as questões discutidas nas mesas redondas do evento, o que serve como norte para que possamos entender um pouco sobre o que aconteceu naquela edição do ERN's,

Figura 20: Programação do 7º ERN's

PROGRAMAÇÃO:		ORGANIZAÇÃO
<p>Dia: 18/07/97</p> <p>16:00h - Chegada e inscrição dos delegados.</p> <p>17:00h - Inscrição das comunidades e Entidades que participarão dos pronunciamento da abertura.</p> <p>18:00h - Jantar</p> <p>20:00h - Abertura Oficial</p> <p>22:00h - Apresentações culturais das comunidades.</p>	<p>aprovação de propostas para Mesa-redonda com autoridades, no dia 20/07/97.</p> <p>15:45h - Intervalo.</p> <p>16:00h - Discussão de proposta de criação da Comissão de Articulação das Comunidades Remanescentes de Quilombos dos Municípios de Óbidos, Santarém, Alenquer e Oriximiná.</p> <p>18:00h - Jantar.</p> <p>20:00h - Apresentações culturais das comunidades.</p>	<p style="text-align: center;">ARQMO</p> <p style="text-align: center;">Associação dos Remanescentes de Quilombos do Município de Oriximiná.</p> <p style="text-align: center;">ARQMOB</p> <p style="text-align: center;">Associação dos Remanescente de Quilombos do Município de Óbidos.</p> <p style="text-align: center;">ACOMQUIPAL</p> <p style="text-align: center;">Associação Comunitário do Quilombo Pacoval.</p>
<p>Dia: 19/07/97</p> <p>06:00h - Café da manhã.</p> <p>08:00h - Apresentação do diagnóstico das comunidades Remanescentes de Quilombos dos Municípios de Óbidos, Santarém, Alenquer e Oriximiná.</p> <p>09:45h - Intervalo.</p> <p>10:00h - Continuação dos trabalhos</p> <p>12:00h - Almoço.</p> <p>14:00h - Discussão e</p>	<p>Dia: 20/07/97</p> <p>06:00h - Café da manhã</p> <p>08:00h - 1ª Mesa Redonda com autoridades.</p> <p>Tema: Terra Quilombola.</p> <p>09:45h - Intervalo.</p> <p>10:00h - 2ª Mesa-redonda com autoridades.</p> <p>Tema: Educação e Saúde para os Quilombolas.</p> <p>12:00h - Almoço.</p> <p>14:00h - Encerramento.</p>	<p style="text-align: center;">CONTATOS</p> <p style="text-align: center;">ARQMO - Caixa Postal: 52 CEP: 68.270-000 - Oriximiná - PA. Fone(091) 544-1300 (falar com a Srª Lúcia)</p>

Análise do documento do 7º ERN's

Esta edição do ERN's teve apoio da Coordenadoria Ecumênica de Serviços - CESE, Prefeituras de Alenquer, Óbidos, Oriximiná, SECULT/PA, Secretaria de Estado de Educação do Pará (SEMED/PA), MRN, Paróquia de Santo Antônio de Oriximiná, ACOB e Comissão Pró-Índio de São Paulo.

Foi no 7º ERN's que foi criada a Comissão de Articulação das Comunidades Remanescentes de Quilombolas do Baixo Amazonas que teria, entre suas responsabilidades, articular os próximos ERN's, sendo formada por membros de todas as Associações e outras entidades envolvidas nas causas quilombolas do Oeste do Pará.

Durante este Encontro, foi apresentado um diagnóstico das comunidades remanescentes de quilombos dos municípios de Alenquer, Óbidos, Oriximiná e Santarém. Foi tratado, em mesa redonda as questões, problemáticas e perspectivas referentes a terra, educação e saúde nas comunidades quilombolas.

No que diz respeito a terras, haveria uma tratativa das comunidades remanescentes de quilombos junto ao INCRA e ao Instituto de Terras do Pará (ITERPA) para agilizar o levantamento topográfico de territórios quilombolas, tendo como meta a demarcação e titulação dessas áreas, além de deixar delimitados estes territórios quilombolas do oeste paraense.

No quesito educação, foi discutido sobre a necessidade de ensino de educação ambiental nas escolas quilombolas, na tentativa de contribuir com a conscientização dos mais jovens, no que se refere ao cuidado e conservação do meio ambiente com o objetivo de garantir um futuro para as novas gerações. Assim, foi deliberado sobre a implantação de um centro de ensino fundamental em território quilombola na cidade de Oriximiná.

Sobre a saúde no município de Alenquer, a problemática está ligada à descida das águas do rio Curuá e da dificuldade de locomoção que acaba por afetar a saúde da Comunidade do Pacoval. Já em Oriximiná, o grande problema de saúde debatido nesta edição do ERN's, fez referência a um surto de malária que assolou as comunidades quilombolas daquele município. Pleiteou-se a inserção de agentes comunitários de saúde nestas comunidades e a busca de recursos financeiros para medicamentos necessários a atender os moradores dos quilombos tanto de Alenquer quanto de Oriximiná.

	<p>Assim sendo, as deliberações do 7º ERN's giraram em torno das demandas nos setores de educação, saúde, abastecimento de água, assistência técnica, visando atender as comunidades quilombolas de Alenquer, Óbidos e Oriximiná e a necessidade de implantação de energia elétrica nos quilombos, além de cadeiras nos Conselhos de Saúde e de Meio Ambiente das Secretarias municipais, de uma forma geral.</p>
--	---

No fim do encontro, o município de Santarém/PA foi escolhido pela primeira vez como local a sediar o próximo ERN's, conforme será apresentado abaixo.

3.2.3.8 - 8º Encontro Raízes Negras

O primeiro e, até agora, único ERN's realizado no município de Santarém foi o da 8º edição e ocorreu na Comunidade Quilombola de nome Saracura, no período de 18 à 21 de novembro de 1999. Para o 8º ERN's, o tema abordado pelos idealizadores do Encontro foi “Da Mãe África à Mãe Amazônia: Nossa terra, nossa gente, nossa luta”.

A CNBB escolhe o tema “Sem trabalho... Por que?” para a campanha da fraternidade do ano de 1999, trazendo como objetivos:

Contribuir para que a comunidade eclesial e a sociedade se sensibilizem com a grave situação dos desempregados, conheçam as causas e as articulações que a geram e as consequências que dela decorrem; Denunciar, modelos sócio-político-econômicos, tais como certas formas de neoliberalismo sem freios éticos, que causam desemprego quer estrutural quer não estrutural e, igualmente, impõem padrões de consumo insaciável e exacerbem a competição e o individualismo; Anunciar uma sociedade baseada em novos paradigmas, onde a pessoa humana seja o centro, a vida não se subordine à lógica econômica idolátrica e o trabalho não se reduza à mera sobrevivência, mas promova a vida, em todas as suas dimensões.(CNBB, 1999)

A edição do ano de 1999 carrega em seu bojo muito do que é deliberado nos objetivos da campanha da fraternidade daquele ano, coadunado a importância do seu tema do encontro e suas deliberações com os objetivos da CNBB.

O ano de 1999 marca o segundo mandato de Fernando Henrique Cardoso como presidente do Brasil, Nesse mesmo ano, instala-se, no Senado Federal, a Comissão Parlamentar de Inquérito do Poder Judiciário, que investigava, principalmente, casos de superfaturamento e ilegalidades em licitações de órgãos.

O cartaz do 8º ERN's retrata o mapa da região Norte (com destaque para um desenho de família de negros localizada na porção Oeste do estado do Pará) ao lado do mapa do continente africano, com uma da natureza paraense e formação de comunidades quilombolas

nessa porção do Brasil, retratado pelo desenho de uma família de etnia negra, dentro do mapa do estado paraense, conforme representado na **figura 21**, abaixo

Figura 21: Cartaz do 8º Encontro Raízes Negras



Fonte: ACOB, 2019

Várias foram as tentativas e tratativas para que houvesse acesso, por parte deste pesquisador, à Carta Aberta desta edição do ERN, porém não houve resposta positiva da FOQS, Federação responsável pela elaboração do 8º Raízes Negras, na pessoa de seu atual presidente. Assim como nas tentativas de conseguir a mesma através de funcionários do CEDENPA e de representantes da ARQMOB, ACOB e ACONQUIPAL.

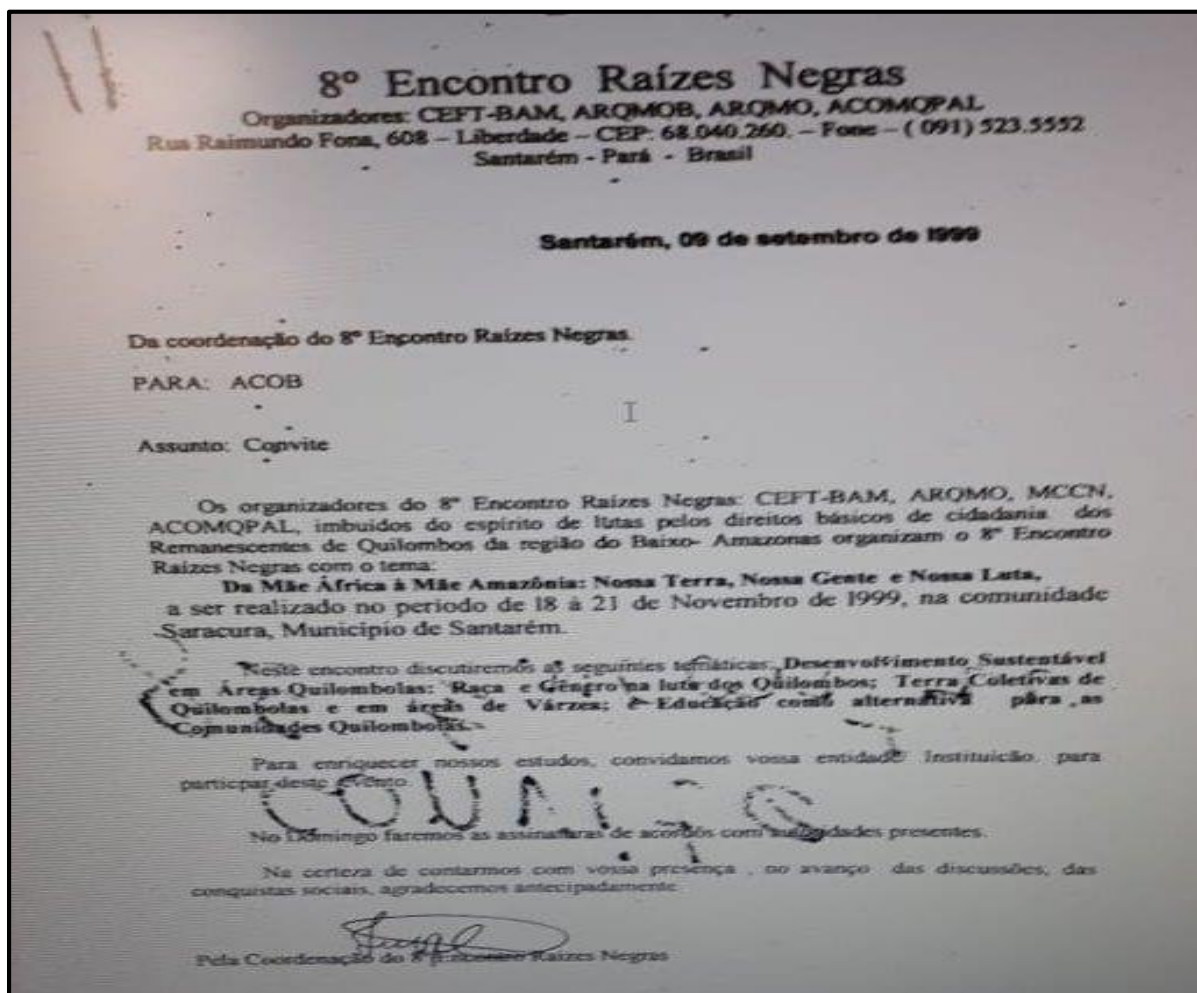
No entanto, durante visita de campo na cidade de Óbidos em novembro de 2020, houve acesso à documentação que trata sobre os temas que foram abordados, além de convite no qual especifica-se os temas e algumas discussões que seriam tratadas durante o referido Encontro e as questões discutidas nas mesas redondas do evento.

As informações aqui analisadas estão contidas na Cartilha Preparatória para o 8º ERN, a qual este pesquisador teve acesso quando em pesquisa de campo realizado na cidade de Óbidos, no acervo da Associação Cultural de Óbidos - ACOB, durante o mês de julho de 2021.

Pelo fato de não haver a descrição da respectiva Carta Aberta desta edição, serão apresentadas dados contidos na Cartilha de Preparação do evento e Convite do evento,

conforme (figura 22) utilizada naquele ano, a qual fornecerá uma ideia geral sobre as problemáticas tratadas no referido evento.

Figura 22: Convite do 8º ERN's



Fonte: ACOB, 2019.

Diz o Convite:

8º Encontro Raízes Negras Organizadores:
CEFT-BAM, ARQMOB, ARQMO, ACOMQPAL
Rua Raimundo Fona, 608— Liberdade — CEP: 68.040.260.
Fone: (091) 523-5552 Santarém - Pará - Brasil
Santarém, 09 de setembro de 1999
Da coordenação do 8º Encontro Raízes Negras.

PARA: ACOB

Assunto: Convite

Os organizadores do 8º Encontro Raízes Negras: CEFT-BAM, ARQMO, MCCN, ACOMQPAL, imbuídos do espírito de lutas pelos direitos básicos de cidadania dos Remanescentes de Quilombos da região do Baixo Amazonas organizam o 8º Encontro Raízes Negras com o tema: Da Mãe África à Mãe Amazônia: Nossa Terra, Nossa Gente e Nossa Luta, a ser realizado no período de 18 à 21 de Novembro de 1999, na comunidade Saracura, município de Santarém. Nesse encontro discutiremos as seguintes temáticas: Desenvolvimento sustentável em áreas quilombolas; Raça e gênero na luta dos quilombos; Terras coletivas de quilombos e em áreas de várzeas e; Educação como alternativa para as comunidades quilombolas. Para enriquecer, nossos estudos, convidamos vossa entidade/instituição. Para participar deste evento. No

domingo faremos as assinaturas de acordos com as autoridades presente. Na certeza de contarmos com vossa presença, no avanço das discussões, das conquistas sociais, agradecemos antecipadamente Assinado pela Coordenação do 8º Encontro Raízes Negras.

Apesar de não haver a Carta Aberta, pode-se realizar uma análise da documentação coletada, conforme segue:

8º ENCONTRO RAÍZES NEGRAS SANTARÉM – SARACURA - 1999	<p>Analisando documentação do 8º ERN's</p> <p>O 8º ERN's ocorrido em Santarém no ano de 1999 em muito se alinha com as deliberações do tema da campanha da fraternidade da CNBB quando trata sobre as lutas por terras e direitos adquiridos pelas populações tradicionais, no caso deste estudo, os quilombolas. Novamente as questões fundiárias são amplamente debatidas.</p> <p>Foi a primeira vez que houve um rebuscamento sobre os ERN's anteriormente realizados, discutindo-se e explanando-se os locais, temas e deliberações ocorridas em cada um deles. Infelizmente o material da edição do 8º ERN's ocorrido em Santarém, segundo as pesquisas e buscas realizadas por este estudo, tem lugar indefinido e não sabido. Foram muitas as tentativas e tratativas de encontrar tão valioso acervo, porém com insucesso total.</p> <p>A única documentação referente ao 8º ERN's encontrado foi o Convite acima apresentado, no qual pode-se ter um norte sobre a linha de debates que ocorreram no ano de 1999. Durante o 8º ERN houve a divisão, apresentação e discussão dos seguintes temas: Histórico dos Encontros Raízes Negras; Terras coletivas quilombolas em áreas de várzeas; Raça e gênero na luta dos quilombolas; Desenvolvimento sustentável: uma alternativa em áreas quilombolas e Educação como alternativa para a comunidade quilombola.</p> <p>A 8ª edição do ERN's foi a única a ser realizada, até o dado momento, dentro das comunidades remanescentes de quilombos da cidade de Santarém.</p> <p>Por intermédio dessa edição do ERN's articulam-se as Comunidades Quilombolas de Bom Jardim, Mururumu, Murumurutuba, Saracura e Arapemã organizando-se o movimento quilombola em Santarém.</p> <p>As Comunidades Quilombolas de Saracura e Arapemã, lutavam pelas questões quilombolas e foi através deste 8º ERN's que a Comunidade de Bom Jardim se junta a Saracura e Arapemã nas questões de titulação das suas terras.</p>
---	---

	<p>Há o fortalecimento da atuação da Comissão de Articulação das Comunidades Remanescente de Quilombos do Baixo Amazonas como ator social com forte influência política nos processos de tomada de decisão de interesse das comunidades negras em Santarém.</p>
--	---

O ERN's seguinte foi marcado para acontecer no ano de 2002, na Comunidade do Pacoval, município de Alenquer, como será apresentado a seguir.

3.2.3.9 - 9º Encontro Raízes Negras

O 9º ERN's aconteceu no município de Alenquer, especificamente na Comunidade do Quilombo Pacoval, entre os dias 18 e 21 de julho do ano de 2002. O tema abordado naquele ano, assim como o cartaz do evento, não foram encontrados para compor esta pesquisa.

A CNBB escolhe o tema “Por uma terra sem males” para a campanha da fraternidade do ano de 2002, trazendo como objetivos:

Motivar a conversão das pessoas, da sociedade e da própria Igreja para a solidariedade, a justiça, o respeito e a partilha, dando especial destaque, desta vez, aos povos indígenas. É um convite a todos os cristãos para engajarem-se na esperançosa luta pela conquista e garantia dos direitos dos povos indígenas. É também uma oportunidade para compartilharmos valores, sabedoria, conhecimentos e formas de ver a realidade. Ao refletirmos sobre a causa indígena, vamos assumir um compromisso concreto com suas lutas, em defesa de suas identidades étnicas, “suas organizações sociais, costumes, línguas, crenças e tradições, e os direitos originários sobre as terras que tradicionalmente ocupam”. (CNBB, 2002)

Várias foram as tentativas e tratativas para que houvesse acesso, por parte deste pesquisador, à Carta Aberta desta edição do ERN, porém não houve resposta positiva da ACONQUIPAL, associação responsável pela elaboração do 9º Raízes Negras, tendo buscado tanto representações da gestão atual como de outras gestões. Assim como do CEDENPA e de representantes da ARQMOB, ACOB e ARQMO.

No entanto obteve-se acesso a documentação coletada em visita de campo na cidade de Óbidos, no acervo da ACOB, em julho de 2021, que trata sobre a Projeto de Referência onde consta a Programação e algumas discussões que seriam tratadas durante o referido Encontro e as questões discutidas nas mesas redondas do evento.

Na ausência do tema definido para o 9º ERN's, seu cartaz e sua Carta Aberta e tendo-se somente as primeiras discussões contidas em seu Termo de Referência que tratavam sobre o Encontro no ano de 2022, pode-se realizar uma breve análise do que foi tratado no 9º ERN's.

Mesmo o Termo de Referência não sendo o documento definitivo sobre as tratativas idealizadas a serem debatidas no evento de 2002, pode-se ter um mínimo de ideia do que pode ter sido tratado naquele Encontro.

Abaixo será feita uma análise tendo como único material, justamente as primeiras deliberações sobre o 9º ERN's contidas do Termo de Referência, conforme segue.

<p>9º ENCONTRO RAÍZES NEGRAS ALENQUER – PACOVAL - 2002</p>	<p>Termo de Referência do 9º ERN's</p> <p>1 - JUSTIFICATIVA</p> <p>As histórias das Comunidades Negras do Oeste do Pará, nos municípios de Alenquer, Óbidos, Oriximiná e Santarém, passam por um mesmo caminho. Constituídas por descendentes dos quilombolas, que no século XIX ocuparam os altos dos rios Trombetas, Cuminá, Curuá e lagos da região, hoje são centenas. Essa origem comum é percebida, também, nas diversas práticas culturais e pelas narrativas, em especial aquelas construídas pelos mais velhos, que remetem a um mesmo tronco, as mesmas raízes, que se constituem em elementos significativos de identidades.</p> <p>Em julho de 1988, realizou-se no Pacoval o 1º Encontro Raízes Negras contando com a presença de centenas de afro amazônidas, que pela primeira vez se encontravam, se descobriam. Discutiram questões que lhes eram comuns em sua cotidianeidade. Este evento tinha como objetivo central promover o encontro entre os "parentes" e valorizar as manifestações culturais presentes nas diversas comunidades.</p> <p>Na realidade esta experiência foi mais além. Marcou o início de um movimento social que ganhou corpo e culminou com a organização das comunidades em associações, colocou em cena a luta pela terra e contra as práticas de discriminações raciais. Hoje são três associações constituídas — ARQMO, ACONQUIPAL e ARQMOB — e seis títulos de concessão de posse da terra foram obtidos, beneficiando mais de mil famílias de remanescentes. Na região obteve-se a primeira titulação, no país, com base no artigo. 68.</p> <p>Hoje o Encontro Raízes Negras, em sua 9º edição, proporcionará a discussão de questões relacionadas a luta contra a discriminação racial; ao fortalecimento das práticas culturais e, fundamentalmente, o uso da leira e o desenvolvimento sustentável e as novas formas de lutas, frente aos novos problemas de ordem política, social e econômica, que se colocam para os remanescentes.</p>
---	--

A realização do 9º Encontro Raízes Negras, significa mais um passo para a consolidação de um movimento que se pode considerar vitorioso. Ao mesmo tempo, constituir-se em espaço de discussão sobre o que fazer com a terra titulada, se indagar sobre o que modificou na vida das comunidades, possibilitar trocas de experiências e alargar o campo de atuação e de luta pelas conquistas sociais e direitos à cidadania.

2 - OBJETIVOS

Fomentar a discussão sobre o uso da terra na perspectiva do manejo sustentado;

Discutir a situação das comunidades remanescentes após a titulação das terras;

Favorecer a troca de experiências entre as comunidades;

Fortalecer os mecanismos de sociabilidade e integração;

Valorizar as práticas culturais e outras formas de construção de identidades

3- PÚBLICO ALVO

Espera-se um público de 1000 a 1.500 participantes, vindos das diversas comunidades negras da região e de outras áreas do estado do Pará. Participarão, também, representantes das organizações não governamentais; secretarias e órgãos do governo federal, estadual e municipal, igreja e instituições de ensino e pesquisa ligadas às questões ambientais, estudos e defesa de afrodescendentes.

4 - PROGRAMAÇÃO DIA HORÁRIO ATIVIDADES

DIA	HORÁRIO	ATIVIDADE
18/07/2002	-----	Recepção e entrega de material aos participantes,
19/07/2002	08:00 – 09:00	Abertura
19/07/2002	09:00 – 10:00	Palestra
19/07/2002	08:00 – 09:00	Mesa Redonda — Titulação, o que mudou? O que fazer?
19/07/2002	17:00 – 17:00	Oficinas
19/07/2002	19:00 – 21:00	Atividades culturais
20/07/2002	08:00 – 09:30	Palestra
20/07/2002	09:30 – 12:00	Mesa redonda – Uso da terra e manejo desejável
20/07/2002	14:00 – 17:00	Oficinas
20/07/2002	19:00 – 21:00	Atividades culturais

21/07/2002	08:00 – 10:30	Apresentação das sínteses das oficinas e propostas
21/07/2002	10:30 – 11:30	Avaliação do Encontro e definição de local e tema do próximo Raízes Negras
21/07/2002	11:30 – 13:00	Encerramento

5 - OFICINAS:

Terra - Uso, meio ambiente e manejo sustentado;

Saúde — AIDS e outras doenças sexuais transmissíveis;

Educação — Educação e memória nas comunidades remanescentes;

Parcerias — Elaboração de projetos e agentes financiadores;

Economia alternativa — produção doméstica. Relações de gênero;

Brincadeiras de crianças

Práticas culturais e identidade.

Analisando o Projeto de Referência do 9º ERN'S

A realização do 9º ERN's, significou mais um passo para a consolidação de um movimento quilombola fortalecido e coeso. Ao mesmo tempo, constituiu-se em espaço de discussão sobre o que fazer com a terra titulada, visando indagações sobre o que modificou na vida das comunidades.

Um outro aspecto importante ocorrido nesta edição do ERN's foi a ocorrência de discussões e trocas de experiências que favoreceram a expansão do campo de atuação e de luta quanto às demandas sociais e direitos à cidadania.

O 9º ERN's teve como principais objetivos:

- Fomentar a discussão sobre o uso da terra na perspectiva do manejo sustentado;
- Discutir a situação das comunidades remanescentes após a titulação das terras;
- Favorecer a troca de experiências entre as comunidades;
- Fortalecer os mecanismos de sociabilidade e integração;
- Valorizar as práticas culturais e outras formas de construção de identidades.

As deliberações em plenárias fizeram referência às seguintes temáticas: Terra - Uso, meio ambiente e manejo sustentado; Saúde - AIDS e outras doenças

	sexualmente transmissíveis; Educação – Educação e memória nas comunidades remanescentes; Parcerias - Elaboração de projetos e agentes financiadores; Economia alternativa - produção doméstica; Relações de gênero e Práticas culturais e identidade.
--	---

O 9º ERN foi o segundo evento realizado por meio da Comissão de Articulação das Comunidades Remanescentes de Quilombolas do Baixo Amazonas. Após este Encontro houve um certo descuido e dificuldades, principalmente financeiras, para que se articulasse o próximo ERN's. Deu-se um lamentável lapso temporal de 14 (quatorze) anos para que ocorresse o 10º ERN'S.

Passou-se por todo o mandato do presidente Luiz Inácio Lula da Silva sem que nenhum novo Encontro ocorresse. Alguns dos atores sociais que estão diretamente ligados aos referidos Encontros não sabem ao certo o que houve para a não realização ou continuação dos eventos. Uma hora fala-se sobre dificuldades financeiras, outros momentos em desarticulações da Comissão e Articulação responsável pelos ERN's.

Fato é que durante quatorze anos, não houve um evento tão grandioso como os ERN's na região Oeste do Pará, havendo, no entanto, deliberações e reuniões somente dentro das associações quilombolas de cada município, sem, no entanto, que houvesse uma nova aglutinação de demandas, tratativas de resoluções e deliberações em forma coletiva, quando se fala em relação às associações e demais atores sociais, como a Igreja católica, o Ministério Público, as prefeituras municipais e demais órgãos.

Segundo Azevedo (2020), houve uma certa dispersão dos organizadores dos ERN's. Somente no início do ano de 2016 houve reuniões para tratar da realização do próximo 10º ERN's, tendo importante papel nessa retomada a Diocese de Óbidos, na pessoa de Dom Bernardo Johannes Bahlmann, atual Bispo Diocesano daquele município, que incentivou e patrocinou uma parte do orçamento necessário para a realização do 10º ERN's.

As articulações de Dom Bernardo foram de suma importância para dar novos ânimos para recuperar as tratativas sobre os ERN's. Novas mobilizações, novas reuniões preparatórias para que a edição de número dez do ERN's pudesse acontecer.

Assim sendo, no ano de 2016, no município de Oriximiná, ocorreu o 10º ERN's, quase uma década e meia depois do último Encontro, realizado em 2002, como será apresentado abaixo.

3.2.3.10 - 10º Encontro Raízes Negras

A edição do 10º ERN's ocorreu na cidade de Oriximiná/PA, no período de 11 à 13 de novembro do ano de 2016. Para a retomada dos ERN's, optou-se pelo tema “Quilombo espaço de luta por direitos: vida, dignidade e respeito”.

Sobre a Campanha da Fraternidade de 2016, a CNBB delibera que:

A Campanha da Fraternidade Ecumênica de 2016 apresenta o tema “Casa Comum, nossa responsabilidade” e tem como lema “Quero ver o direito brotar como fonte e correr a justiça qual riacho que não seca” (Am 5,24).

O objetivo principal é assegurar o direito ao saneamento básico para todas as pessoas e empenharmo-nos, à luz da fé, por políticas públicas e atitudes responsáveis que garantam a integridade e o futuro de nossa Casa Comum.

Nesse tema e nesse lema, duas dimensões básicas para a subsistência da vida são abarcadas a um só tempo: o cuidado com a criação e a luta pela justiça, sobretudo dos países pobres e vulneráveis. (CNBB, 2016)

O ano de 2016 tinha na presidência a primeira mulher a ocupar o cargo, Dilma Rousseff. Foi, também, neste ano que Rousseff sofre processo de impeachment, deixando o cargo de presidente do Brasil que foi ocupado por seu vice, Michel Temer. Esse foi o ano marcado por todos estes problemas relacionados à política nacional.

O cartaz do 10º ERN's mostra uma figura de uma mão com grilhão de aço rompido em demonstração de luta e a balança da Justiça, fazendo alusão na luta constante, desde a escravidão do povo negro e sua busca constante e incansável por justiça. Menciona-se que muitas foram as tentativas e tratativas para se chegar ao cartaz original do 10º ERN's sem que este fosse coletado. No entanto, obteve-se a **figura 23** a qual retrata o cartaz do referido evento, conforme segue.

Figura 23: Cartaz do 10º Encontro Raízes Negras



Fonte: Arquivo pessoal, 2020

No último dia, como aconteceu nos ERN's anteriores, os participantes deliberaram em plenária e a Carta Aberta da 10ª edição desses Encontros foi escrita. Diz a Carta Aberta.

10º ENCONTRO RAÍZES NEGRAS ORIXIMINÁ - 2016	<p>Carta Aberta do 10º ERN's</p> <p>Nós, 517 participantes do 10º Encontro “Raízes Negras do Baixo Amazonas”, região oeste do estado do Pará - Brasil, vindos dos quilombos dos municípios de Alenquer, Óbidos e Oriximiná, representando cerca de 40 comunidades remanescentes de quilombos, unidos a representantes de comunidades ribeirinhas, Aldeias Indígenas e demais convidados convocados pelo Evangelho, pela Comissão Pastoral da Terra – CPT, pela pastoral Social (Diocese de Óbidos), associações de remanescentes e pelo exemplo de luta de nossos mártires, nos reunimos no Clipper Antônio, em Oriximiná – Pará, no período de 11 a 13 de novembro de 2016, com o objetivo de unificar nossas lutas e fortalecer nossas bases organizativas com a reativação do encontro “Raízes Negras”, mantendo viva a nossa história e refletindo sobre o tema: QUILOMBO ESPAÇO DE LUTA POR DIREITOS e lema VIDA, DIGNIDADE E RESPEITO e as temáticas importantes como: Terra, Território e Sustentabilidade; Saúde; direito de todos e dever do Estado; Educação: direito Sagrado (Diretrizes Curriculares, Modalidades de Ensino, Perspectivas e Retrocessos).</p> <p>Foram três dias de reflexões, escuta, vivência cultural, debates e busca de alternativas e novos desafios no enfrentamento das lutas nos quilombos em busca de conquistas e direitos. A partir desse nosso reencontro que não acontecia havia 14 anos, queremos que o “Eco da vida” possa chegar através desta mensagem a vocês, povos do campo, das florestas, das águas e das cidades, como apelo, um chamado, Venham! A Luta vos Espera! Queremos que chegue também as autoridades como um pedido de socorro em favor da Vida, em favor da defesa da Amazônia, de nossos territórios e da nossa cultura, ainda queremos viver, aqui no nosso humilde lugar.</p> <p>Foi com autonomia e humildade de seres humanos que vivem em meio as dores e alegrias da vida do povo tradicional quilombola, indígena e ribeirinho, que neste encontro compartilhamos experiências que trouxeram à Memória de acontecimentos, envolvendo pessoas que deixaram seu marco na história nas 9 edições passadas do “Raízes Negras”, das comunidades quilombolas do Baixo Amazonas; experiências de Vida com inquietações que retratam nossa luta</p>
--	---

incessante diante das injustiças e da violência explícita e silenciosa; experiências de dignidade e harmonia com a Natureza, em meio a carência de políticas públicas que impedem o nosso progresso e comprometem a nossa auto sustentabilidade; experiência de respeito e valorização de nossa cultura que herdamos de nossos ancestrais. Através de nossa cultura e de todos os nossos valores, alimentamos a Esperança de um futuro mais digno que nos aponte caminhos que levem a uma realidade mais justa, igualitária e fraterna.

Os nossos debates e reflexões durante os três dias de encontro nos levou a elencar as reivindicações e encaminhamentos a seguir:

Temática 1 - Terra, território e sustentabilidade. 1 – Elaborar um documento solicitando a reestruturação dos Serviços de Cartografia e Quilombola do INCRA SR30 (Santarém) e a garantia de liberação de recursos financeiros de acordo com as ações planejadas na Mesa Quilombola; 2 – elaborar e encaminhar um documento conjunto das Organizações quilombolas, comissão Pastoral da Terra e outras organizações sociais exigindo do INCRA agilidade nos processos de regularização fundiária e contratação de pessoal do Serviço Quilombola, no mínimo dois engenheiros agrônomos e no mínimo dois servidores do Serviço de Cartografia (Engenheiros Cartógrafos ou Topógrafos); 3 – Que o Ministério Público Federal – MPF e o Ministério Público Estadual – MPE notifique os representantes do INCRA Regional e Nacional, como também o ITERPA para que os mesmos possam dar andamento em todos os processos de regularização fundiária nos municípios de Alenquer, Óbidos e Oriximiná e que seja viabilizada uma política orçamentária correspondente com as demandas para implementação dos serviços realizados pela SR 30/Santarém; 4 – Que a questão de titulação de território quilombola sem processo de titulação, é preciso ser encaminhado aos órgãos competentes para que possam ser dados os devidos encaminhamentos e iniciar o processo de titulação; 5 – Que o Estado garanta recursos financeiros, equipamentos e recursos humanos para a implementação da Política de Regularização Fundiária na região.

Temática 2 – Saúde: direito de todos e dever do Estado: 1 – Que o MPE fiscalize a Implementação, regulação e pactuação de políticas públicas de saúde envolvendo os municípios de Alenquer, Óbidos e Oriximiná para intervir junto as possíveis irregularidades existentes; 2 – Que seja fiscalizado a participação ativa

de todos os atores (usuários, gestor e trabalhador) na construção, efetivação, acompanhamento, monitoramento e avaliação das ações, caso contrário, que seja denunciado na justiça, inclusive os conselhos municipais de saúde que deveriam ser instâncias democráticas de controle social e que na maioria das vezes não cumprem devidamente o seu importante papel; 3 - Que a ciência valorize os saberes populares (medicina tradicional) e os serviços de parto nas comunidades e que os profissionais da área reconheçam esta prática; 4 – Denunciamos a precariedade nas estruturas para funcionamento das casas de apoio nos outros municípios (Santarém e Belém); 5 – Que seja oferecido atendimento humanizado em todos os setores de atendimento de serviços de saúde nos municípios, de acordo com os princípios do Sistema Único de Saúde (SUS) e da Política Nacional de Humanização (PNH), exigimos a implementação nos municípios a Política Nacional de Atendimento Integral às populações do campo, das águas e da floresta; 7 – Que seja realizada nos municípios de Alenquer, Óbidos e Oriximiná concurso público para contratação de profissionais, inclusive especialistas que atendam às necessidades da população.

Temática 3 – Educação, direito sagrado: 1 – Que seja fiscalizado nos municípios de Alenquer, Óbidos e Oriximiná, principalmente nas comunidades quilombolas, o funcionamento das modalidades de ensino como Educação de Jovens e Adultos e ensino Médio; 2 – Que o MPE ou MPF intervenha junto a estes municípios para que seja regularizado o transporte escolar, que seja averiguado quanto aos direitos trabalhistas dos profissionais deste setor. Em Alenquer o serviço estava paralisado por falta de pagamento e nas áreas de planaltos principalmente existe a alta de segurança no transporte, como também precariedade das estradas; 2 – Que seja fiscalizado o cumprimento da legislação referente ao piso salarial de professores e demais benefícios garantidos em lei; 3 – Que seja averiguada a ineficiência da gestão escolar nas escolas quilombolas, cujo um dos motivos é a falta de concurso público ou falta de eleição pra ocupar a função. Denunciamos o número excessivo de contratos temporários o que inviabiliza a inclusão de profissionais devidamente capacitados para desempenhar a função de educador; 4 – Que seja analisada questão do CICLO, pois existem situações que precisam de um melhor acompanhamento, principalmente quando se trata de alunos especiais, no caso de comunidades quilombolas não existe o atendimento diferenciado por

profissionais habilitados para a função; 5 – Que o MPE fiscalize juntamente com outros órgãos competentes o cumprimento da legislação nos três municípios, pois, ainda existe um alto índice de professores contratados; 6 – Que as questões referente sobre educação no campo seja debatida também nos fóruns de Educação no campo, inclusive o problema das escolas não autorizadas para funcionamento; 7 – Que seja feito levantamento de demandas da educação de nível médio nos territórios quilombolas e demais áreas rurais para implementação e regularização do ensino médio; 8 – Que seja observado o cumprimento da legislação referente a educação inclusiva para pessoas com deficiência; 9 - Que os Conselhos Municipais de educação sejam fiscalizados quanto às regularizações e que sejam denunciados quando não estiverem cumprindo seu papel social.

Diante da realidade complexa da atualidade é necessário que nós possamos fortalecer o serviço de organização, articulação e mobilização das comunidades quilombolas em parceria com os indígenas, pescadores artesanais e outros seguimentos, incentivando o jovem e a mulher a tomarem parte e ocuparem posições dentro das bases organizativas para o fortalecimento do movimento em favor da luta em prol das políticas públicas. É importante mantermos fortes nossas bases organizativas, como foco nos objetivos comuns, considerando sempre que a luta é constante, não podemos parar jamais, mesmo quando os objetivos são alcançados. A nossa união é nossa força maior, todos devemos estar unidos. Zumbi, no passado fez a sua parte, agora a luta é nossa, com isso, precisamos sempre renovar nossas estratégias de luta e resistência.

Dado este passo importante no 10º Raízes Negras, resta-nos melhorar nossas estratégias de luta através da intensificação do trabalho de bases através da atuação de nossos líderes de associações, da sustentabilidade pastoral, política e econômica da CPT e Pastoral social, anunciando boa notícia e denunciando toda e qualquer prática de violência.

Ao final do encontro ficou definido que o Encontro Raízes Negras ocorrerá a cada dois anos e que a próxima edição será em 2018, no Pacoval, município de Alenquer, onde aconteceu o 1º Encontro. Ficou definido ainda que o evento será no final de junho, quando será celebrado os 30 anos do primeiro Raízes Negras.

Se mantermos fortes nossas raízes, certamente conquistaremos muitas vitórias. Não devemos esquecer que as bases de nossas organizações que nos manterão firmes para a luta. Viva nossa Luta! Viva o “Raízes Negras!”

Um caloroso e fraterno abraço em nome da Comissão Organizadora do 10º Raízes Negras.

Analisando a Carta Aberta do 10º ERN's

Foi nesse cenário político que ocorreu a 10ª edição dos ERN's, considerada uma edição de resgate do movimento quilombola na região do Baixo Amazonas. A Carta Aberta desta edição caracteriza muito bem esse momento político. É a Carta Aberta mais elaborada dos ERN's e a que mais pleiteia política pública para os territórios quilombolas dessa região do estado do Pará.

Ela perpassa por três eixos temáticos bem descritos e delimitados, a saber:

- Terra, território e sustentabilidade;
- Saúde: direito de todos e dever do Estado e;
- Educação, direito sagrado.

Dentro desses temas há várias deliberações sobre a implementação de políticas públicas como: os processos de titulação e regularização de terras quilombolas, o reconhecimento dos saberes tradicionais, a implementação do Projeto de Educação de Jovens e Adultos (EJA), levantamento de necessidades de implantação de escolas de ensino médio, melhorias na infraestrutura de estradas e transporte escolar, cobrança de um papel eficiente e eficaz do Conselho Municipal de Educação e a contratação de professores especializados em educação inclusiva para escolas em territórios quilombolas.

Muitas são as deliberações e a busca pela implementação de diversas políticas públicas distribuídas nas áreas de titulação de terras quilombolas, nos setores de educação escolar e saúde dentro da perspectiva de reivindicar serviços eficientes e condizentes com a realidade das comunidades quilombolas do oeste paraense. Nesta Carta, especificamente, para as localizadas nos municípios de Alenquer, Óbidos e Oriximiná.

A Carta Aberta do 10º ERN's demonstra maturidade, crescimento e fortalecimento do movimento quilombola na região do Baixo Amazonas. Quer seja pelo fato de políticas públicas, como é o caso da Lei das Cotas, ter feito o

	efeito a que se propôs (formar uma parcela da população anteriormente desassistida de políticas públicas, como negros, indígenas, quilombolas, etc), quer seja pela força de novos atores sociais (como as ONG's) e o fortalecimento de normativas específicas para atender essa parcela da sociedade nacional.
--	---

Após o retorno de mais uma edição dos ERN's, deliberou-se em plenária que Alenquer e a Comunidade do Pacoval seria o local a sediar o 11º ERN's, que aconteceria no ano de 2018. O referido Encontro será abordado a seguir.

3.2.3.11 - 11º Encontro Raízes Negras

A edição do 11º ERN's ocorreu no município de Alenquer, dentro da Comunidade do Quilombo Pacoval, no período de 20 à 22 de julho do ano de 2018. O tema a ser deliberado para esta edição foi “30 anos de Raízes Memória e compromisso do povo negro”.

Segundo informações da CNBB, a Campanha da Fraternidade do ano de 2018 traz a seguinte reflexão:

O Tema da Campanha da Fraternidade em 2018 é: “Fraternidade e superação da violência”, tendo como lema “Em Cristo somos todos irmãos” (Mt 23,8).

A proposta da Campanha deste ano é vencer a cultura do ódio e da violência, tão presentes na sociedade atualmente, a partir da proclamação de que em Cristo somos todos irmãos, filhos de um único Pai. É somente a partir desse reconhecimento de irmandade que podemos ser sujeitos na construção de outra cultura, de fraternidade e de paz.

O objetivo da CF 2018 é promover a cultura da reconciliação e da justiça, à luz da Palavra de Deus, como caminho de superação da violência. (CNBB, 2018)

O tema da Campanha da Fraternidade de 2018 acaba por abordar um dos assuntos mais debatidos durante as edições dos ERN's: o racismo e a violência sofrida pelo povo negro. E esse tema acaba por estar inserido dentro do que foi deliberado no Encontro daquele ano.

O cartaz do 11º ERN's mostra uma árvore frondosa sendo que seus galhos estão rodeados por nomes de diversas comunidades quilombolas do Oeste paraense. Suas raízes carregam os nomes das várias associações quilombolas dessa porção do Brasil, conforme pode-se observar na **figura 24**, abaixo.

Figura 24: Cartaz do 11º Encontro Raízes Negras



Fonte: Arquivo pessoal, 2020

Em contato com a presidência da ACONQUIPAL e com um dos redatores do 11º ERN's, foi constatado que até a presente data ainda não foi redigida uma versão final da Carta Aberta deste Encontro.


Houve um convite por parte da ACONQUIPAL para que este pesquisador integre o grupo de trabalho para elaborar o referido documento visto que, pelo fato deste pesquisador fazer parte do Projeto de Pesquisa Grupo FORMAZ e durante a edição do 11º ERN's, a equipe do Grupo FORMAZ fazer-se presente no referido Encontro, tendo realizado gravações, registros fotográficos e conversas com participantes.

No entanto, até o dado momento nenhuma deliberação que possa dar um direcionamento na formulação da Carta Aberta do 11º ERN's foi feita. Muito pelo fato da indisponibilidades de várias lideranças quilombolas dos municípios participantes, frente às suas lidas diárias.

A preocupação maior é que muito do material possa ser perdido. No entanto, este pesquisador teve acesso à documentação coletada em visita de campo na cidade de Alenquer, Comunidade do Quilombo do Pacoval, no acervo da ACONQUIPAL, em novembro de 2020, que trata sobre a Programação da edição deste evento e a uma folha manuscrita com várias informações soltas que deverão ser utilizadas pela organização destes Encontros para redigir uma Carta definitiva.

Do que foi observado no referido manuscrito, e tendo em mãos a programação do 11º ERN's, conforme consta na **figura 25** abaixo, pôde-se fazer a análise que segue abaixo.

Figura 25: Programação do 11º ERN's

ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DE NEGROS DO QUILOMBO PACOVAL DE ALENQUER ACONQUIPAL		
 <p>PROGRAMAÇÃO</p> <p>PRIMEIRO DIA: 20/07/2018</p> <p>08:00 hs as 18:00 hs-Credenciamento 09:00 hs Abertura e acolhida –Morena da Angola. 12:00 hs-Almoço 14:00 hs-Mesa: <i>30 anos do Encontro Raízes Negras: Trajetórias, Conquistas e Desafios.</i> Palestrantes: Idaliana Marinho, Carlos Printes, Carmito, Maria da Cruz, Daniel, Cleide, Bena, Dileudo– Homenagem a D. Idaliana. 16:30 hs-Lanche-Apresentação Cultural 18:00 hs- Astiamento do Mastro 19:00 hs-jantar 20:00 hs-Roda de Conversa- <i>Educação (Escolar) Quilombola e Ensino Superior: práticas, desafios e expectativas</i>-. Prof: Luiz Fernando (UFOPA) e Acadêmicos Quilombolas-Plenária.</p>	<p>20:00 hs- Apresentação de Trabalhos Acadêmicos- Coordenação- UFOPA-Alenquer (Clube de São Domingos) 21:00hs-Documentario-Marambiré-(São Domingos) 22:00 hs Apresentação Cultural-Plenária 22:30 hs -Bingo de 500,00- Plenária 23:00 hs - Descanso</p> <p>SEGUNDO DIA: 21/07/2018</p> <p>Manhã</p> <p>07:00 hs Café 08:00 hs -Ação da Secretaria de Saúde- Escola Martinho Nunes 08:00 hs -Ação da Secretaria de Assistência Social com as crianças- (Clube de São Domingos). 8:00 hs- Mesa de debate: <i>Situação dos Processos de Regularização (INCRA)-Plenária</i> 10:00 hs-Lanche-Momento Cultural 10:30: hs Mesa: <i>Educação Escolar Quilombola: Práticas, Desafios e Perspectivas Hamilton (SEDUC), Prof.ª: Joana Machado.</i> 10:30 hs lanche - Apresentação Cultural 12:30 hs Almoço</p> <p>Tarde</p> <p>14:00 hs-Mesa: <i>Trabalhar a Diferença e Construir a Igualdade (CEDENPA e UFOPA- Alenquer)</i></p>	<p>16:00 hs-Lanche- Apresentação Cultural 16:30hs -Mesa: <i>Ações Políticas e Territorialidades Quilombolas, Promotora de Justiça – Lilian Furtado Braga, Prof.ª. Dr. Wilson Sabino, Prof.ª. Maria Audreine de Souza Cordeiro (ICESEZ-UFAM)</i></p> <p>Noite</p> <p>19:00 hs-Jantar 20:00 hs-Mesa: <i>Vivências nas Escolas Quilombolas (Professores Quilombolas de Alenquer, Santarém, Oriximiná, Monte Alegre e Óbidos)-Plenária</i></p> <p>TERCEIRO DIA: 22/07/2018</p> <p>Manhã</p> <p>07:00 hs Café 7:30 hs Missa Afro 9:30 hs Mesa de debate: <i>Organizações Sociais Quilombola-CEDENPA, Mulungu, CONAQ, Fundação Cultural Palmares, Rede Fulanas, FOQS, ARQMOB, ARQMO, Mulheres na Raça e na Cor e UFOPA.</i> 11:00 hs Plenária para a Elaboração de Carta Geral do Encontro 12:30 hs Almoço 14:00hs- Encerramento- Apresentação do Marambiré. 20:00 hs -KIZUMBA DO QUILOMBO</p>

Fonte: ACONQUIPAL, 2020.

<p>11º ENCONTRO RAÍZES NEGRAS ALENQUER - PACOVAL - 2018</p>	<p>Analisando a Programação do evento</p> <p>O último ERN's contou com um resgate sobre o percurso de todos os outros Encontros, assim como ocorreu no 8º ERN's realizado no município de Santarém no ano de 1999, com palestras que trataram sobre as trajetórias, conquistas e desafios das lutas que o povo negro vem travando desde a primeira edição do ERN's em 1988. Nessa palestra compuseram a mesa as principais lideranças das Comunidades Quilombolas de Alenquer, Santarém, Óbidos, Oriximiná.</p> <p>Houve ainda uma justa homenagem à Prof.ª. Idaliana Marinho de Azevedo, umas das grandes idealizadoras dos referidos Encontros e reconhecida pelos quilombolas da Comunidade do Pacoval como a “Mãe do Quilombo” em função de sua atuação junto a este e demais quilombos.</p> <p>Na programação houve mesa de debate sobre os 30 (trinta) anos dos ERN's, suas trajetórias, conquistas e desafios, roda de conversa sobre educação (escolar) quilombola e ensino superior, suas práticas, desafios e expectativas, apresentação</p>
---	---

de trabalhos acadêmicos coordenados pela UFOPA -Alenquer, a exibição do documentário Marambiré (Clube São Domingos).

Houve ainda mesa de debate sobre a situação dos processos de regularização com participantes do INCRA, além de mesa referente à temática de se trabalhar a diferença e construção da igualdade, ministrada pelo CEDENPA e UFOPA-Alenquer.

Discursões sobre ações políticas e territorialidades quilombolas foram proferidas pela Procuradora de Justiça, Lílian Braga e houve, também, mesa que tratou sobre as vivências nas escolas quilombolas de Alenquer, Óbidos, Oriximiná, monte Alegre e Santarém.

O Encontro finalizou suas discussões com debate sobre as organizações sociais quilombolas como o CEDENPA, Mulungu, CONAQ, Fundação Cultural Palmares, Rede Fulanas, FOQS, ARQMO, ARMOB, Mulheres da Roça e na Cor e UFOPA, que trataram, acima de tudo, da luta contra qualquer forma de racismo e discriminação, o fortalecimento do movimento negro em todas as esferas nacionais. Neste encontro alguns pontos altos foram relatados em reunião do Projeto FORMAZ¹⁰.

Um deles foi a palestra da promotora Lílian Braga de Santarém, sobre políticas públicas como base para as ações afirmativas e reivindicações de direitos, muito pertinente ao momento e ao próprio encontro, onde a fala principal foi a indicação por ela de que o acesso às políticas públicas deve ser pautado por fundamentos como cidadania, participação social e busca por direitos.

Outro ponto pautado pela referida promotora foi a questão de uma nova proposta de ensino a distância, denominado de Sistema Educacional Interativo (SEI), que preconiza uma espécie de telecurso que, só irá ameaçar a qualidade do ensino nas comunidades quilombolas e do campo de forma geral.

Segundo a promotora, o SEI ao ir para zona rural amazônica, principalmente, se contrapõe a tudo que vem sendo trabalhado como positivo e de qualidade para a educação no campo, um exemplo inclusive, de que nem todas as políticas públicas, principalmente aqueles que vem de cima para baixo, são benéficas à

¹⁰ Os pontos altos relatados advém das percepções relatadas pelas pesquisadoras Andréa Leão, Girlian de Sousa e pela estudante Joice Vasconcelos, em reunião do dia 08 de agosto de 2018 do Projeto FORMAZ, na ordem de destaque dado pelas mesmas. As mesmas participaram do 11º Raízes Negras, onde lá registraram em áudio, fotos e imagem desta vivência.

população, demandando realmente que a sociedade saiba seus direitos e deveres e busque dialogar com o governo, inclusive para dizer “não” à uma política.

Para tanto, Braga pediu ajuda dos participantes para se contrapor a tal política, reivindicando que tal proposta não fosse implementada e, os participantes solidários a questão que ameaça ainda mais qualidade do ensino público, decidiram redigir uma Monção do Evento para que a promotora tivesse mais um documento de apoio nessa luta.

Outros pontos importantes foram a discussão acerca da discriminação racial, principalmente o racismo institucional, como um entrave, dentre outros, ao auto reconhecimento de negros e negras em função das imposições sociais. Neste momento, pela fala da educadora Joana foi constatado que o “racismo não é biológico, é social” e, portanto, precisa-se reconhecer o mesmo nas mínimas ações e denunciar.

Foi um momento que houve depoimentos emocionantes que fizeram refletir sobre tal problemática, compreendendo quão importante são os ERN’s como uma forma de aprendizado e sentido de pertença para os participantes do evento.

Houve uma palestra como as funcionárias do INCRA dando um apanhado de quantos quilombos atualmente estão titulados, suas dificuldades e desafios para novas titulações e, o debate que a plateia realizou com as mesmas.

Por fim, as apresentações de produções de estudantes quilombolas e de pesquisas sobre a cultura afro e o Marambiré do Pacoval¹¹ advindas da UFOPA e a Roda de conversas com estudantes universitários quilombolas deram seus depoimentos de como vem sendo suas experiências na Universidade no tocante às suas dificuldades, lutas contra o racismo, desafios e aprendizados.

Percebe-se, acima de tudo, que há a necessidade de fortalecimento constante do movimento negro no oeste do Pará, por intermédio dos ERN’s, sempre buscando manter viva as lutas e reivindicações acerca da titulação de territórios quilombolas, setores como educação, fortalecimento da convivência e

11 Este último material, foi a apresentação do artigo do qual este pesquisador é co-autor, via projeto de pesquisa da UFOPA a qual me íntegro - Projeto FORMAZ, apresentado pela estudante quilombola e também co-autora Joice Vasconcelos que, segundo relato das pesquisadoras Andréa Leão e Girlian de Sousa e da estudante, foi uma experiência ímpar poder ter a oportunidade de apresentar um artigo que iria ser apresentado em um Encontro Internacional sobre Multiculturalismo, em Foz do Iguaçu, antes para a comunidade objeto de pesquisa. O mais interessante foi o retorno dos participantes do evento e moradores do Quilombo Pacoval que fizeram questão em se pronunciar dando seu aval e o consentimento ao trabalho, todos orgulhosos que sua cultura iria ser divulgada tão longe. (Informação Verbal feita em reunião do Projeto FORMAZ pelas participantes do Raízes, Joice Vasconcelos; Andréa Leão e Girlian de Sousa, em 08 de agosto de 2018).

	reconhecimento entre as comunidades quilombolas presentes e, acima de tudo contra o racismo de qualquer tipo e instância.
--	---

Tendo em vista que até aqui foi realizada uma descrição analítica das Cartas Abertas e seus respectivos Encontros, a próxima seção apresentará como um esforço de sistematização do que foi apresentado nesta seção, as principais demandas de políticas públicas identificadas acima, como forma de complementação das análises aqui iniciadas.

Desta forma, para responder a questão problema deste estudo, busca-se realizar análise das políticas públicas que foram implementadas na comunidade quilombola do Pacoval, município de Alenquer/PA, demandadas por intermédio dos ERN's, no lapso temporal de 1988 à 2018.

Percebe-se, acima de tudo, que há a necessidade de fortalecimento constante do movimento negro no oeste do Pará, por intermédio dos ERN's, sempre buscando manter viva as lutas e reivindicações acerca da titulação de territórios quilombolas, setores como educação, fortalecimento da convivência e reconhecimento entre as comunidades quilombolas presentes e, acima de tudo contra o racismo de qualquer tipo e instância.

3.3 Políticas públicas para o território quilombola do Pacoval em Alenquer: síntese, análise e apontamentos sobre as Cartas Aberta

Após explanados os documentos denominados Cartas Abertas dos ERN's no tópico anterior, relacionando-os com o momento histórico em que eles foram redigidos, essa seção tratará do quão eficiente estes documentos se tornaram na tratativa de que suas demandas fossem identificadas como um problema que pudesse ser inseridas na agenda de planejamento governamental e formulação de alternativa para saná-los, tomando assim uma decisão em busca da implementação de políticas públicas por parte do Governo local, regional, estadual e federal que pudessem beneficiar as comunidades quilombolas participantes destes Encontros.

Para um maior entendimento será realizada uma síntese das principais deliberações realizadas no decorrer de cada ERN's como forma de maior entendimento das problematizações mais recorrentes nas onze edições deste movimento quilombola.

Percebe-se, no decorrer da descrição das Cartas Abertas, que a maioria dos tópicos de demandas são recorrentes, demonstrando que alguns desses problemas se agravaram no decorrer dos anos.

Destaca-se que havia, já em 1989, ameaça dos grandes empreendimentos despontando como as principais ameaças aos territórios quilombolas.

Importante frisar o papel do Estado, ora se apresentando como causador dos conflitos (como no caso da criação das Reservas Extrativistas em territórios quilombolas), ora como mediador de conflitos por intermédio da atuação do Ministério Público Estadual, por exemplo, como interventor para garantir o direito dos quilombolas à educação de qualidade.

Por se tratar de demandas debatidas e pleiteadas durante os ERN's, algumas foram atendidas de pronto, outras parcialmente e muitas tantas jamais chegaram a ser tratadas como de potencialidade para serem inseridas na formulação da agenda governamental.

Pelas deliberações apresentadas nas Cartas Abertas, observa-se que os ERN's apresentam como maior problemática debatida em suas plenárias, as questões que envolvem a titulação, demarcação e regularização de terras quilombolas por parte de Governo (100% das discussões), conforme preceitua o Art. 68 – ADCT. Em todos os ERN's essa temática foi levantada e debatida, o que pode ser considerado como o eixo de debates para com maior importância para estas comunidades.

Tal problemática acaba por impactar na quantidade de vezes que foi tratado o problema relacionado a invasão de territórios quilombolas (70% das discussões). Como exemplo de tais problemáticas podemos citar, os grandes projetos do Polo Trombetas, grandes projetos do Governo Federal, fazendeiros ou pecuaristas que fazem fronteiras com estes territórios quilombolas dentre outros atores ou projetos governamentais que muitas das vezes não obedecem o que preceitua o Art. 169 da OIT, pois desconsideram os respectivos Relatórios de Consulta destas comunidades.

A não titulação desses territórios e/ou suas invasões acabam por impactar diretamente no meio (60% das discussões) onde tais populações vivem ou viviam (caso da implantação de Reserva Ecológica em Oriximiná e da desapropriação de terras para serem usadas para extração de minérios, sem contar com as planejadas hidrelétricas previstas para o município de Oriximiná).

Tais ações demonstram a forma como são tratadas estas populações tradicionais no interior da Amazônia, onde o racismo e a discriminação estão presentes nas esferas administrativas, institucionais, sociais, religiosas e culturais, outra grande bandeira de luta desses grupos.

E por ser assim, o racismo estrutural, foi debatido por diversas vezes (50% das discussões) durante os ERN's sem que se vislumbre uma solução final para esta problemática,

mas que se amplie sempre mais o reconhecimento por parte deles as formas de racismo e como as mesmas podem ser denunciadas.

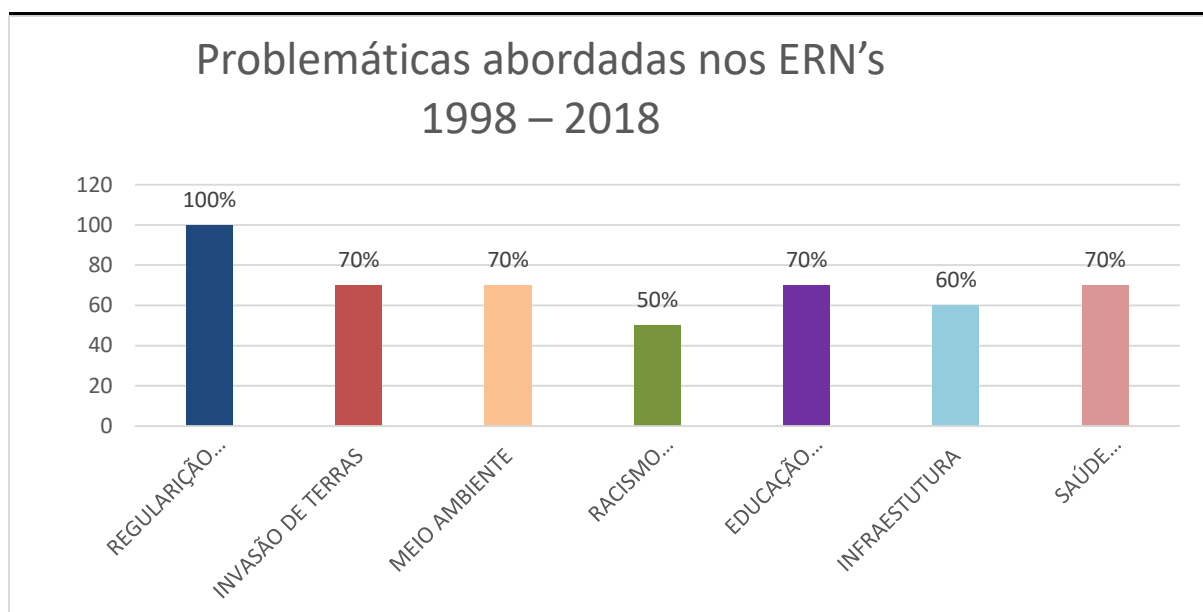
Para que haja o combate a todos os principais eixos temáticos apresentadas nos ERN's, faz-se necessário um maior investimento no seguimento educacional (70% das discussões), como forma de fortalecimento dessas comunidades quilombolas e da busca do conhecimento e parcerias para travar lutas por seus territórios e sua territorialidade, dentro do que preceitua blocos normativos nacionais específicos referentes aos remanescentes de quilombos.

Infraestrutura, meio ambiente e saúde caminham juntas no que diz respeito às demandas por implementação de políticas públicas para estas comunidades (60% e 70% das discussões, respectivamente).

Por meio dos ERN's estas demandas fundem-se ao passo que a ausência de infraestrutura adequada como estradas, pontes, energia elétrica, água tratada e sistema de esgoto acabam por impactar diretamente na saúde dessas comunidades, visto que muitas dependem desses aparelhos de infraestrutura para que tenham melhor qualidade de vida e portanto, melhor saúde em geral.

Quando não há o respeito ao meio ambiente onde tais comunidades estão inserida há aproximadamente 300 anos, o restante sofre os impactos negativos e nocivos, como é o caso da saúde e da educação, que atualmente são as políticas públicas com altos déficits para as comunidades quilombolas regionais.

Abaixo, no **gráfico 01**, mostra-se as principais demandas dos ERN's no decorrer dos trinta anos em que aconteceram, em suas onze edições, relacionando a porcentagem (%) de vezes que, em cada ERN' temáticas como as apresentadas abaixo foram citadas.

Gráfico 01: Representação gráfica das problemáticas abordadas nos ERN's

FONTE: Elaborado pelo autor, 2022

Na atualidade os municípios de Alenquer, Óbidos, Oriximiná e Santarém, especificamente seus povos tradicionais e no caso desse estudo, as comunidades quilombolas, vem sofrendo com questões que atingem negativamente seus territórios de forma cada vez mais significativas.

São questões que merecem estudos mais profundos, específicos e elaborados, na busca de expor todos os ângulos das mesmas, suas perspectivas e impactos socioambiental, cultural e econômico e alternativas.

Isto posto, para fazer um alerta que a cada ano e momento, essas ameaças apenas, muitas vezes mudam de agentes ou permanecem, perpetuando o estado de alerta das referidas populações e associações quilombolas. Um fator preponderante para confirmar a importância dos ERN's como momento de denúncia, debate e busca de alternativas em grupo para as ameaças ao território quilombola.

Dentro desta perspectiva e como forma de exemplificar do que aqui trata-se, alguns casos e/ou exemplos atuais abaixo:

- Alenquer – Produção de açaí em larga escala pela empresa Açaí Amazonas Ltda., com a maior área de plantio de açaí irrigada, de aproximadamente 1.445 hectares localizada nos municípios de Alenquer e Curuá, em atuação desde o ano de 2009. Atualmente pretende implantar uma bomba d'água no meio do Rio Curuá, antes da Comunidade do Pacoval, o que deve impactar de forma significativa este recurso para o quilombo.

Inicia-se a elaboração de Protocolo de Consulta da Comunidade do Quilombo do Pacoval (AÇAÍ AMAZONAS, 2020).

- Óbidos – Existe a iniciativa do Governo Federal de implantação de um linhão de transmissão de energia elétrica de 230 KW que passaria por Oriximiná – Juruti – Parintins, perpassando por dois territórios quilombolas na cidade de Óbidos sem que estes tenham sido ouvidos, conforme preceitua o Art. 169 da OIT. Os impactos socioambientais não são conhecidos pelos comunitários afetados (CPISP, 2020).
- Oriximiná – Novas tratativas por parte do Governo Federal para a construção das Hidrelétricas do Chuvisco e da Cachoeira Porteira, o que provocaria grandes impactos socioambientais nas 119 comunidades que ocupam o Rio Trombetas. Os estudos sobre tais impactos foram realizados através de Grupo de Trabalho Parakanã em julho de 1981, pelas antropólogas Maria da Penha C. de Almeida e Lúcia Helena Soares de Mello¹².
- Santarém – Trata-se de deliberações referentes a implantação de área portuária no Maicá e seus diversos impactos para os povos tradicionais que ali habitam¹³.

Diante de todas essas problemáticas apresentadas e tendo como principal objetivo a prescrição de objetivos específicos para se atingir avanços normativos listados na constituição Federal de 1988, no ano de 2003 foram pensadas uma série de políticas públicas especificamente voltadas para as comunidades quilombolas e reunidas no que ficou denominado como Programa Brasil Quilombola – PBQ.

Para além do PBQ, cria-se, também os seguintes programas que buscam pôr em prática políticas públicas reparatórias para a comunidade quilombola brasileira: Programa Promoção de Políticas Afirmativas para a Igualdade Racial, Programa Cultura Afro-Brasileira, Programa Comunidades Tradicionais, Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) Quilombola, Programa Nacional de Alimentação Quilombola (Pnaq), Chamada Nutricional Quilombola, Estatuto da Igualdade Racial, Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais (PNPCT).

Em 2007 foi criada a Agenda Social Quilombola – ASQ, por meio do Decreto 6.261/2007, como uma forma de subsidiar as ações praticadas pelo PBQ, tendo como eixos

¹² Para acesso ao Relatório referente ao Projeto da Hidrelétrica de Cachoeira Porteira (Trombetas) acessar <https://acervo.socioambiental.org/sites/default/files/documents/0DD00030.pdf>.

¹³ Muitos são os estudos referente às tratativas sobre a implantação de área portuária no Maicá. Para saber mais, acessar Terra de Direitos (2019).

principais: Acesso à Terra; Infraestrutura e Qualidade de Vida; Inclusão Produtiva e Desenvolvimento Local; e Direitos e Cidadania.

Estes eixos podem servir de parâmetro comparativo entre os debates ocorridos nos ERN's e o que preceitua suas Cartas Abertas, em busca de implementação de políticas públicas. Para este estudo, o foco principal será direcionado para a Comunidade do Quilombo do Pacoval, localizado no município de Alenquer, Oeste do estado do Pará.

Para este estudo explanaremos sobre dois Programas de cada Eixo que mais estão alinhados com a realidade da Comunidade do Quilombo do Pacoval, buscando fazer uma breve análise referente ao seu objetivo maior.

Os critérios de escolha dos Programas a serem abordados aqui diz respeito a ausência de alguns desses Programas no *lôcus* desta pesquisa e para enfatizar os Programas que possuem maiores beneficiários naquela Comunidade ou que apresentam maiores impactos sociais, econômicos e produtivos no Pacoval.

Os dados referentes a que Projetos são praticados na atualidade pelo Quilombo do Pacoval foram repassado pelo presidente da Associação Comunitária dos Negros do Quilombo do Pacoval de Alenquer - ACONQUIPAL, Edilton Vilhena no início do mês de março do ano de 2021, conforme seguem.

Eixo I: Acesso à Terra - Certificação e regularização de territórios quilombolas

Quadro 11: Programa de certificação das comunidades quilombolas

PROGRAMA	COMPETÊNCIA	OBJETIVO
Certificação das comunidades quilombolas	Fundação Cultural Palmares-FCP/MinC	Reconhecimento da identificação coletiva de dada comunidade enquanto remanescentes de quilombo, devendo praticar ações de proteção, preservação e promoção do patrimônio cultural para essas.

Fonte: Brasil (2003)

Tanto a Convenção 169 da OIT quanto o INCRA reforçam a importância da auto identificação, que tende a culminar com a identificação de toda uma comunidade, como forma de tornar forte as tomadas de decisões, enquanto coletivo, buscando a implantação de direitos adquiridos para dentro de seu território, ou mesmo reforçar, dessa maneira, as demandas por titulação de suas terras ancestrais.

O Decreto nº 4.887/2003 aponta os seguintes critérios para identificação dos remanescentes das comunidades dos quilombos, de acordo com seu art. 2º: “a auto atribuição, a trajetória histórica própria no contexto do coletivismo, territorialidade a presunção de

ancestralidade negra relacionada com a resistência à opressão histórica sofrida” (BRASIL, 2003, p. 01).

O reconhecimento desses direitos emanados pelo Decreto nº 4.887/2003 somente são possíveis numa perspectiva multicultural. É a partir desse ideário que serão analisados pelo INCRA os critérios identificadores dos remanescentes das comunidades quilombolas.

Para Santos (1999, p. 01): “É a concepção multicultural dos direitos humanos que justifica o reconhecimento do direito à diferença, com o consequente respeito que a maioria hegemônica tem de ter com as minorias”.

Essa é exatamente a concepção que tem a Convenção 169 da OIT quando dita que as comunidades tradicionais devem ser ouvidas antes que algum projeto do Governo, de grande escala, impacte diretamente seu território, podendo impactar negativamente suas terras, seus costumes, e sua identidade.

Uma das principais expressões culturais do Quilombo do Pacoval é a dança do Marambiré. Segundo Azevedo (2002, 54), o Marambiré é um dos rituais, de raízes africanas, tradicionais da Amazônia, considerado “[...] sagrado, dinâmico, alegre, sedutor e cheio de evoluções”. É uma importante manifestação folclórica de (re)existência negra que celebra a memória dos ancestrais africanos que foram arrancados de sua origem natural.

O Marambiré “[...] é um patrimônio histórico, social, político, cultural, filosófico e religioso que representa todo o sincretismo cultural e religioso característico da região do Quilombo do Pacoval”. (AZEVEDO, 2002, p. 54)

Foi exatamente essa dança religiosa que garantiu o reconhecimento da identificação coletiva para esta comunidade, permitindo assim seu Reconhecimento de Domínio/INCRA nº 001/1996, por intermédio do processo Administrativo/INCRA/UA SANTARÉM/PA/Nº 21411.000053/96, em 20 de novembro de 1996, sendo assim o segundo território quilombola titulado no Brasil. Esse seria exatamente o Programa a ser explanado abaixo no **quadro 12**.

Quadro 12: Processo de regularização fundiária

PROGRAMA	COMPETÊNCIA	OBJETIVO
Processo de regularização fundiária	Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária – INCRA/MDA	Busca-se a posse da titularidade de um dado território quilombola que deve ficar no nome de uma Associação

Fonte: Brasil (2003)

A Constituição determina que cabe ao Estado brasileiro a tarefa de reconhecer e expedir os títulos aos remanescentes das comunidades quilombolas, através do artigo 68 do ADCT.

Assim, utilizando do que rege a ADCT, no que diz respeito ao processo de certificação de terras quilombolas, para além do INCRA, a Secretaria de Patrimônio da União (SPU) também é responsável por expedir título ou Contrato de Concessão de Direito Real de Uso (CCDRU) às comunidades quilombolas localizadas em áreas de sua gestão (INCRA, 2019).

Atualmente, segundo informações da Coordenação Geral de Regularização de Territórios Quilombolas, ligada ao INCRA, “[...] estão abertos 1.747 processos de regularização de territórios quilombolas, distribuídos por todas as regiões do Brasil” (INCRA, 2019, p. 01), significando um número pequeno se confrontados aos séculos de sistema escravocrata ao qual o Brasil foi submetido.

Estes pedidos de regularização de territórios quilombolas estão divididos por todas as regiões do Brasil. São processos que devem obedecer às etapas de identificação, reconhecimento, demarcação, delimitação e titulação de território quilombola.

Segundo dados do INCRA (2019) os números de processos abertos solicitando regularização fundiária de terras quilombolas e o número de processos já efetivados e tendo terras já tituladas, são apresentados no **quadro 13**, abaixo.

Quadro 13: Processos de Regularização de Territórios Quilombolas por Região

Região	Processos aberto	Processos efetivados
Nordeste	1.005	104
Norte	142	62
Centro-Oeste	118	07
Sudeste	331	17
Sul	151	15
TOTAL	1.747	214

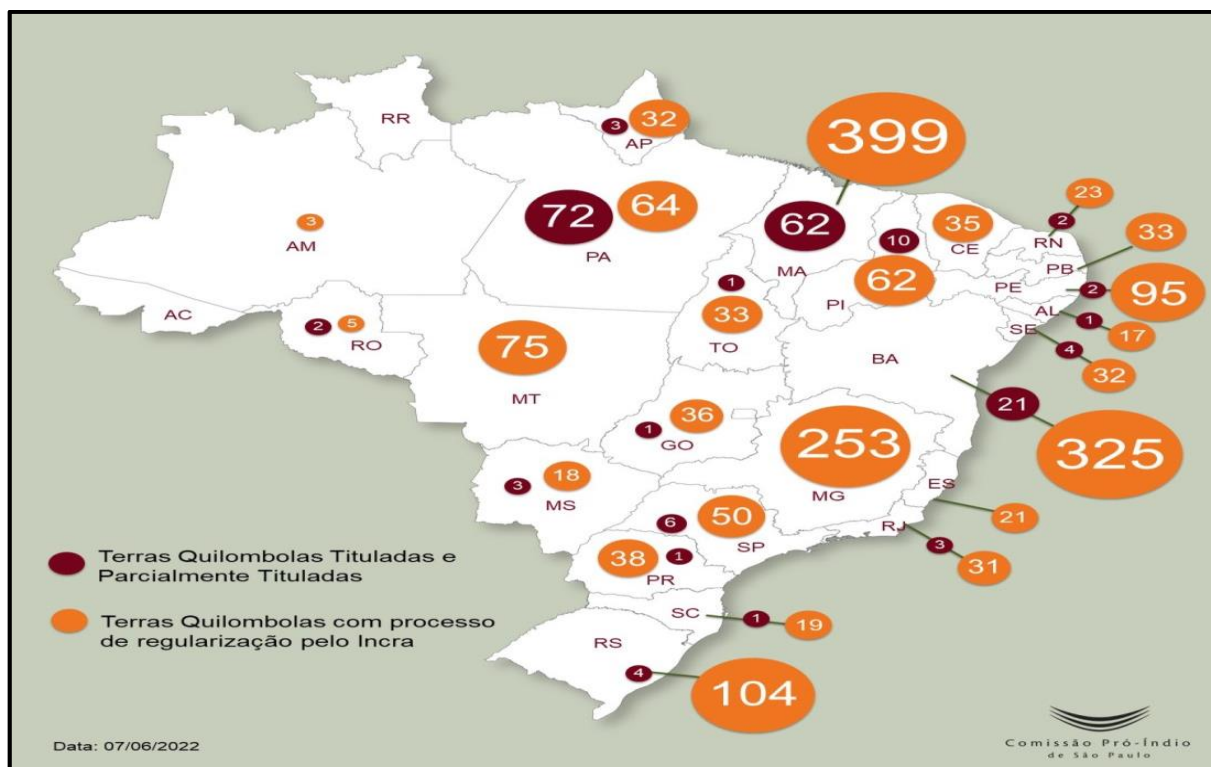
Fonte: INCRA (2019)

No quadro acima, fazendo uma leitura dos números apresentados e pensando na história da ocupação econômica colonial portuguesa, observamos que as regiões com maiores números de processos de regularização de terras quilombolas estão intimamente ligadas às áreas de maiores produções econômicas e seus ciclos.

A exemplo da produção de açúcar na região Nordeste, o café, a mineração e pecuária no Sudeste e Sul e das drogas do sertão e pecuária no Norte, assim como a expansão da pecuária no Centro-Oeste. Desta forma, configuram áreas onde, para atender a economia colonial, havia a necessidade de implantação de mão de obra escrava africana.

Estes dados são acompanhados desde o ano de 2004 pela Comissão Pró Índio de São Paulo que mostra o quantitativo de 1.803 processos de regularização abertos, sendo que 84% são terras já identificadas, destas 144 são territórios quilombolas regularizados e 55 territórios quilombolas parcialmente regularizados, conforme **figura 26** abaixo, abaixo:

Figura 26: Terras quilombolas por estado



Fonte: CPISP, 2022

Como pode-se observar na figura acima, o estado do Pará tem 72 territórios quilombolas titulados e/ou parcialmente titulados e 64 territórios em processo de regularização por parte do INCRA. Sem dúvida tais números em muito relaciona-se com a força coletiva proporcionada pelos movimentos sociais negros, como é o caso dos ERN's.

No caso da Comunidade do quilombo do Pacoval, após a titulação do território, a ACONQUIPAL assume o controle dessa porção de terra que assim está descrita no título de reconhecimento de domínio/Incra/nº 001, 1996, p. 02:

[...] sobre o imóvel rural denominado Comunidade Pacoval, integrante da gleba Mamiá, situado no Município de Alenquer, Estado do Pará, com 7.472,8790 ha (sete mil, quatrocentos e setenta e dois hectares, oitenta e sete ares e noventa centiares), com as seguintes confrontações: Norte: Propriedade da Rubertex - Praia Grande; Leste: Rio Curtia; Sul: Comunidade da Barra Manca e Igarapé Piquia; Oeste: Comunidade do Massaranduba. (CPISP, 2021)

Os ERN's podem ser considerados de grande importância para que estes Programas tenham sido atingidos, visto que possibilitou o fortalecimento da auto identificação e identificação coletiva dos comunitários desse território quilombola, auxiliando-os a reivindicar a certificação e regularização fundiária de seus território.

O Eixo seguinte, diz respeito a infraestrutura e qualidade de vida dentro das comunidades quilombolas, e o abordaremos abaixo.

Eixo II: Infraestrutura e Qualidade de Vida – LPT e TSEE

Quadro 14: Programa Luz para todos

PROGRAMA	COMPETÊNCIA	OBJETIVO
Luz para todos - LPT	Ministério das Minas e Energias - MME	Levar energia elétrica até 2014 à parcela da população do meio rural que não possui acesso a esse serviço público. Com LPT, o Governo Federal tem por objetivo utilizar a energia como vetor de desenvolvimento social e econômico das comunidades, contribuindo para a redução da pobreza e aumento da renda familiar

Fonte: Brasil (2003)

O LPT busca a promoção de energia elétrica principalmente para famílias que residem em áreas rurais, gratuitamente, objetivando sanar o acesso à energia elétrica em todo o país. Na prática serão realizadas extensões de redes elétricas e interligação de domicílios ao sistema isolado de energia elétrica.

Tal Programa busca atingir os cidadãos que já estão inscritos no Programa Brasil sem Miséria, além de atender com maior ênfase as comunidades quilombolas e indígenas, ribeirinhos, áreas de assentamentos, escolas rurais, pequenos agricultores, famílias em reservas extrativistas, afetadas por empreendimentos do setor elétrico e poços de água comunitários, segundo informações do Ministério de Minas e Energia (2021).

A Comunidade do Quilombo do Pacoval é usuária do Programa LPT que beneficia a totalidade dos duzentos e setenta domicílios daquele território quilombola. Durante meados do mês de junho de 2022, todos os postes da comunidade Pacoval passaram por reparos e instalações de lâmpadas.

Certamente que a qualidade de vida teve grandes avanços assim como diversas mudanças de hábitos, principalmente no que diz respeito a armazenamento de alimentos em

freezers e/ou geladeiras, utilização de aparelhos de televisão e DVD, acesso a informações através de sinal de internet.

Perguntado sobre a implantação do serviço de internet nessa comunidade quilombola o Sr. Edilton Vilhena, atual presidente da ACONQUIPAL esclarece que:

Apesar dos problemas mas já vamos completar um ano do "Projeto Internet no Quilombo". Onde a internet veio para o Pacoval e foi instalado um ponto gratuito na Plenária para atender as pessoas que precisam estudar, se comunicar e diversas outras coisas. Várias famílias levaram instalações para suas casas. Hoje o ponto que foi cedido ao Quilombo Pacoval atende não só á comunidade mas diversos alunos de comunidades circunvizinhas. E dia 24/11/2021 completa um ano de instalado em nosso quilombo. (VILHENA, 2021)

Na contramão dessas mudanças de hábitos, no Quilombo do Pacoval houve um crescimento no desinteresse pela manutenção das manifestações culturais locais, especificamente no que diz respeito à Dança do Marambiré por parte dos comunitários mais novos.

Há uma certa preocupação por parte dos mais idosos, que repassam estas tradições de forma oralizada, conforme podemos observar no relato do Sr. José do Carmo de Assis, o Mestre Carmito (2018):

Olha... Isso é falta de vontade dos ‘novo’ (referindo-se aos comunitários mais jovens), meu irmão. A gente sai benzinho (referindo-se a realizar os festejos de forma bem-feita ou a gente sai em festa muito bem ou “benzinho”) num ano e quando é pra voltar eles não querem mais saber da coisa... acho que é por causa de televisão e também esses negócio de muita festa com essas coisas erradas, sabe como é... (MONTEIRO, 2021, p. 368)

O Programa LPT trouxe, desta forma, tanto benefícios quanto malefícios para as comunidades tradicionais. No caso específico do local objeto desse estudo, julga-se preocupante o relato do Mestre Carmito justamente pelo fato de ser essa manifestação tradicional e ancestral que caracteriza a cultura do Quilombo do Pacoval. E muito desse desinteresse ganhou potência com a chegada da energia elétrica.

Quadro 15: Programa Tarifa Social de Energia Elétrica

PROGRAMA	COMPETÊNCIA	OBJETIVO
Tarifa social e energia elétrica	Lei nº 12.212/2010. Decreto nº 7.583	Concessão de desconto na conta de luz sendo necessário que a família esteja inscrita no CadÚnico e possua renda familiar por pessoa de até meio salário mínimo. O desconto varia entre 10% a 65% de acordo com a faixa de consumo.

Fonte: Brasil (2003)

O Programa de Tarifa Social de Energia Elétrica teve grande impacto econômico sobre as famílias indígenas e remanescentes de quilombos que estão inscritas no CadÚnico e que tenham renda familiar por pessoa menor ou igual a meio salário mínimo, terão direito a desconto de 100%, desde o limite de consumo seja de 50 kWh/mês.

Segundo o site da Equatorial Energia Pará (2021) é necessário “manter seu cadastro atualizado a cada dois anos junto ao CRAS ou à Prefeitura, pois quem não atualiza seu cadastro perde o benefício”. Essa avaliação a cada dois anos garante ou não a continuidade no Programa.

Como mencionado acima, dos duzentos e setenta domicílios do Quilombo Pacoval de Alenquer, todos estão inseridos neste Programa o que tem ajudado muito estas famílias financeiramente, proporcionando melhorias na qualidade de vida através de uso constante e mais eficiente de armazenamento de alimentos, acesso à internet e mais conectados com notícias externas ao Quilombo, quer seja por meio do uso de aparelhos de televisão, rádio ou pelo acesso à internet.

Diante do exposto, julga-se que os debates realizados durante as plenárias dos ERN’s reivindicando pautas de infraestrutura, como é o caso dos Programas expostos no Eixo II da ASQ/PBQ, foram prontamente atendidos. Todos os domicílios da Comunidade do Quilombo do Pacoval estão conectados com a rede principal de energia elétrica.

No entanto, um problema deve ser mencionado. São inúmeras as faltas no fornecimento de energia elétrica naquele quilombo, quer seja por quedas de árvores sobre a fiação elétrica que leva a energia até aquela porção do município de Alenquer, quer seja pelo serviço considerado de baixa qualidade, pelos próprios comunitários.

Exposto o eixo II do PBQ, passa-se para os Programas relacionados com o fornecimento e aquisição de alimentação, conforme será debatido abaixo.

Eixo III: Desenvolvimento Local e Inclusão Produtiva – DAP e PAA

Quadro 16: Programa Declaração de Aptidão do PRONAF - DAP

PROGRAMA	COMPETÊNCIA	OBJETIVO
Declaração de aptidão do Pronaf ² - DAP	Ministério de Desenvolvimento Agrário - MDA	Documento identificador do agricultor rural como apto a receber os benefícios do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura –PRONAF ¹⁴ .

Fonte: Brasil (2003)

¹⁴ O Programa financia projetos que gerem renda aos agricultores familiares e assentados de reforma agrária. Desta forma, disponibiliza crédito para o custeio da safra ou atividade agroindustrial, seja para o investimento em máquinas, equipamentos ou infraestrutura de produção e serviços agropecuários ou não agropecuários.

Segundo informações do Ministério de Agricultura, Pecuária e Abastecimento – MAPA (2021), a Declaração de Aptidão ao Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (DAP) é documentação necessária para identificação de toda e qualquer Unidade Familiar de Produção Agrária (UFPA), podendo ser um agricultor familiar ou uma associação juridicamente oficializada.

Sem a DAP o agricultor familiar não tem acesso às políticas públicas que facilitam e fazem gerar renda através de sua produção. Ela é uma espécie de carteira de identificação, contendo todas as informações sobre o proprietário de uma porção de terra, assim como descrição detalhada de seu território, de quanto ganha a família do beneficiário e da produtividade desta área.

Segundo o MAPA (2021), “Para acessar uma linha de crédito do Pronaf, por exemplo, é imprescindível a DAP, pois nela consta informações que darão segurança jurídica para as transações de financiamentos”. Trata-se, desta forma de uma documentação extremamente relevante para quem pratica a agricultura familiar e que tem interesse melhorar suas produções. Os principais beneficiários da DAP são os agricultores familiares, quilombolas e indígenas, extrativistas e assentados da reforma agrária.

Quadro 17: Programa Aquisição de Alimentos - PAA

PROGRAMA	COMPETÊNCIA	OBJETIVO
Aquisição de alimentos - PAA	Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome - MDS	Através do PAA busca-se a aquisição de equipamentos e implementos agrícolas, de materiais para pesca e artesanato, o desenvolvimento de sistemas de irrigação para pequenas lavouras e a capacitação das comunidades cadastradas no Programa com o objetivo de torná-las o mais independentes possível no que diz respeito à produção de seu próprio alimento

Fonte: Brasil (2003)

A Constituição Federal de 1988, Título II - Dos Direitos e Garantias Fundamentais, Capítulo II - Dos Direitos Sociais, **Art. 6º** São direitos sociais a educação, a saúde, a alimentação, o trabalho, a moradia, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância, a assistência aos desamparados, na forma desta Constituição.

Tal normativa faz parte do direito humano à alimentação adequada e, portanto, um dever do Estado a elaboração de políticas públicas que possam fazer cumprir o que preceitua esta normativa.

Desta forma o Estado deve garantir o direito à Segurança Alimentar Nutricional – SAN, aqui entendida como o permanente e regular acesso a uma alimentação em quantidade e qualidade nutricional adequadas, sem que nenhum comprometimento a outras necessidades essenciais sofram prejuízo, fazendo-se garantir alimentação que possa promover uma boa saúde, culturalmente e regionalmente diversificada e ambiental, social e economicamente sustentáveis.

No ano 2000 é lançado o Programa Fome Zero, que, segundo Yasbek (2004, p.104), traz em seu bojo a intenção de praticar “profundas transformações societárias e de alterações na proteção social destinada particularmente aos segmentos populacionais em situação de maior risco e vulnerabilidade social”.

Se em década anterior havia a percepção de um estado menos interventor, a partir do Programa Fome Zero o Estado retoma essa concepção de proteção social e maiores garantias dos direitos adquiridos pela sociedade brasileira. Este Programa gerou algumas ramificações como o Programa de Aquisição de Alimentos – PAA.

O PAA faz parte de um grupo que tratava sobre políticas estruturantes do Programa Fome Zero, tendo como maior objetivo a implementação de uma política pública com ênfase na agricultura e segurança alimentar, auxiliando no combate à fome, alinhando-se a uma política que vigorava globalmente no ano de sua criação, 2003.

Através do PAA dá-se a interação entre os agricultores familiares e o comércio de sua produção agrícola, principalmente no local onde está inserido, além de garantir, regionalmente, o escoamento de sua produção para grupos vulneráveis caracterizados por insegurança alimentar, assim como a possibilidade de estocar alimentos para serem utilizados em períodos de entressafra, de forma estratégica.

Criado durante o governo de Luís Inácio Lula da Silva, através do Art. 19 da Lei 10.696, de 2 de julho de 2003, está vigente até dias atuais.

São três os principais objetivos do PAA: (i) o incentivo à agricultura familiar, através da criação de um mecanismo de compra institucional; (ii) a distribuição de alimentos para grupos sociais em situação de insegurança alimentar; e (iii) a formação de estoques estratégicos.

Para o Programa são fundamentais duas questões: (i) um preço diferenciado para aquisição dos produtos através do PAA, sendo este referenciado através de uma média aritmética do preço de determinado produto nos últimos trinta e seis meses, descartando-se os cinco maiores e menores valores. Esse valor de referência está sobre a responsabilidade do Grupo Gestor do PAA; e (ii) a aquisição pode ser feita sem que haja a necessidade de realização de licitação, o que acaba por gerar maiores possibilidades de comercialização entre produtores

e Governo Federal (Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome - MDS ou Ministério do Desenvolvimento Agrário - MDA).

Preço diferenciado tendo como referência os valores praticados no local onde está se produzindo um determinado produto ou que não fuja da realidade dos valores num contexto regional faz com que o PAA seja muito bem recebido e praticado por muitos produtores. Além dos preços, a ausência de processos licitatórios em muito ajuda este Programa pois diminui em muito toda uma cadeia burocrática que certamente seria difícil de ser atendida por muitos produtores familiares.

Segundo dados da ACONQUIPAL (2021), no Quilombo do Pacoval são dez o número de beneficiários do PAA, sendo que estes produzem e comercializam com o Governo Federal produtos como farinha, macaxeira, jerimum, farinha de tapioca, cheiro verde, couve, bananas prata e grande. Apesar do pequeno número de beneficiários do PAA nesta Comunidade, este vem apresentando crescimento. Contudo, por causa da pandemia de Covid-19 pelo qual estamos passando, este quantitativo permaneceu estável desde o ano de 2019. Espera-se que com a diminuição de casos, o aumento dos processos de vacinação e a descaracterização do termo pandemia, este número de comunitários inseridos neste Programa aumente.

Eixo IV: Direitos e Cidadania – PNAE e PBF

Quadro 18: Programa Nacional de Alimentação Escolar - PNAE

PROGRAMA	COMPETÊNCIA	OBJETIVO
Programa Nacional de Alimentação Escolar – PNAE	Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação – Ministério da Educação	Fornecer alimentação com qualidade nutricional adequada para atender os alunos, transferindo às escolas, recursos financeiros para a aquisição de alimentação escolar a todos os alunos de educação básica, matriculados em escola pública e filantrópica.

Fonte: Brasil (2003)

Dos Projetos do Eixo IV, entendemos ser este o que tem impactado de forma mais abrangente as comunidades formadas por remanescentes de quilombos. Trata-se da Lei nº 11.947 de 16 de junho de 2009 que determina:

[...] o mínimo 30% do valor repassado a estados, municípios e Distrito Federal pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE) para o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) deve ser utilizado na compra de gêneros alimentícios diretamente da agricultura familiar e do empreendedor familiar rural ou de suas organizações, priorizando-se os

assentamentos da reforma agrária, as comunidades tradicionais indígenas e as comunidades quilombolas. (BRASIL, 2009)

A referida lei busca oferecer, uma adequada educação alimentar e nutricional para os alunos de educação básica pública (educação infantil, ensino fundamental, ensino médio e educação de jovens e adultos).

Segundo estudos realizados por discentes do Curso de Administração do Campus UFOPA de Alenquer, em artigo denominado “Alimentação escolar no Quilombo Pacoval: uma análise dos desafios e potencialidades do programa nacional de alimentação escolar (PNAE)”;

A legislação do PNAE incluiu pela primeira vez as comunidades quilombolas como beneficiárias do programa no ano de 2004 por meio da Resolução CD/FNDE nº 38, de 23 de agosto de 2004, cuja perspectiva era apenas financeira, onde o governo determina um valor diferenciado da per capita (valor da oferta da alimentação escolar por aluno por dia letivo) destinada aos alunos de escolas quilombolas. Somente no ano de 2006 foi estabelecida a necessidade de atendimento específico a alimentação desses povos através da Resolução CD/FNDE nº 32/2006, mais especificamente em seu Art.14 onde estabelece diferenciação na elaboração do cardápio, acompanhamento e execução do PNAE de acordo com as especificidades dessas comunidades (SOUSA *et al*, 2018, p. 101).

Para ser atendida pelo Programa em debate, a comunidade quilombola precisa ter passado pelas etapas do processo de titulação e ser reconhecida como área de remanescente de quilombo pela Fundação Cultural Palmares.

Para participar do PNAE como fornecedor de produtos há a necessidade, também, de a comunidade quilombola atender às chamadas públicas e possuir a Declaração de Aptidão ao Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar – PRONAF, à qual tem mais acesso aquelas comunidades que possuem titularidade de suas terras através dos processos acima descritos.

Isso fecha um círculo que acaba por direcionar essa política pública para as comunidades quilombolas que atenderam a todos os requisitos até terem suas áreas registradas e tituladas junto ao INCRA.

O Quilombo do Pacoval está inserido no PNAE pois atendeu a todos os requisitos necessários, tanto como produtor, quanto para beneficiário. O município de Alenquer adquiriu produtos na ordem de 20% da agricultura familiar no ano de 2014, segundo dados de Sousa *et al* (2020), porém nos anos seguintes essa margem não se manteve estável, caindo para índices em torno de 10% e 8% nos anos de 2015 e 2016.

Essa é uma problemática que deve ser melhor estudada para entendermos essa instabilidade de manter os índices de produção e repasse para o PNAE. Julga-se não

atendimento a algum procedimento considerado burocrático que compõe o *corpus* das chamadas públicas para ingresso ao PNAE, havendo necessidade de maiores estudos sobre o tema.

A Comunidade do Quilombo do Pacoval é grande produtor de mandioca e seus subprodutos, banana e castanha do Pará e estão ancoradas no modo de produção que caracteriza esses territórios.

Atualmente este território quilombola tem quatrocentos e vinte (420) famílias e aproximadamente mil e oitocentos (1800) comunitários, ocupando uma área de 7.472,8790 hectares, titulada pelo INCRA em 20/11/1996 e certificação conferida pela Fundação Cultural Palmares como área de remanescente de quilombo.

No ano de 2019 somente quatro (04) agricultores desta comunidade conseguiram atender todos os requisitos da Chamada Pública realizada pelo PNAE, o que significa um número extremamente pequeno frente ao grande potencial de terra e de agricultores naquela comunidade.

Mesmo com esse número tão pouco expressivo, o ano de 2020 tendeu ao aumento dessa quantidade de beneficiários (20 produtores) porém a pandemia da COVID-19 acabou por impactar essa produção, dado o fechamento das escolas.

Todavia o teor nutricional dos alimentos ofertados pelas duas escolas do Pacoval, Martinho Nunes (1º ao 9º ano) e Escola Comunitária do Pacoval (Maternal ao Pré II), tiveram um ganho significativo com a inclusão de produtos regionais locais em seu cardápio e um impacto positivo para os agricultores que são fornecedores do PNAE.

Muitos são os desafios ainda enfrentados com o PNAE, que perpassam pela inexperiência de sua eficiente e eficaz aplicação, problemas com desconhecimento dos agricultores sobre os procedimentos processuais para ingressar no programa, logística de infraestrutura para escoamento de produção, ineficiência da presença de assistência técnica para subsidiar melhor e maior produção aos itens que entram na cesta de produtos que irão atender as demandas do PNAE.

No entanto este é o Programa do Governo brasileiro que tem gerando um dos maiores impactos econômicos, sociais e de geração de renda para as comunidades quilombolas, além de ter melhorado, em muitos lugares, a qualidade nutricional dos alimentos que compõe a merenda escolar de algumas comunidades quilombolas.

Esse é o caso da Comunidade do quilombo do Pacoval, em Alenquer-Pará, onde, através deste Programa houve diminuição de produtos industrializados e embutidos que não condiziam

com os costumes alimentares dessa comunidade tradicional e houve a inserção de alimentos como jerimum, maxixe, macaxeira, batata doce e banana pacovã na merenda escolar.

Quadro 19: Programa Bolsa Família

PROGRAMA	COMPETÊNCIA	OBJETIVO
Bolsa Família - PBF	Ministério da Cidadania	Transferência direta de renda que beneficia famílias em situação de pobreza e de extrema pobreza), que estejam cadastradas no Cadastro Único para Programas Sociais (CadÚnico)

Fonte: Brasil (2003)

O PBF realiza a transferência de renda para beneficiários de famílias em situação de pobreza ou extrema pobreza. Para tanto um limite de renda é estabelecido para que este repasse aconteça. Desta forma, podem fazer parte deste Programa: famílias com renda *per capita* de no máximo R\$ 89,00 mensais (famílias em situação de extrema pobreza); famílias com renda *per capita* entre R\$ 89,01 e R\$ 178,00 por mês, desde que tenham crianças ou adolescentes de 0 a 17 anos (famílias em situação de pobreza com crianças e adolescentes).

O Programa atualmente atende um pouco mais de 14.000.000 de famílias. Um número muito elevado e certamente muito preocupante, visto que há uma fila de espera para entrar no PBF que gira em torno de mais ou menos 1.000.000 de brasileiros que estão aptos a receber este benefício, segundo dados Ministério da Cidadania (2021).

Discute-se, também os valores pagos aos beneficiários, a depender dos tipos de beneficiários, que vão desde básicos, variáveis, variáveis com crianças e adolescentes de 0 – 15 anos, famílias com gestantes e/ou com nutrízes, onde o seio familiar é composto por crianças de 0 – 6 anos e os valores variam a cifras de R\$ 41,00 à R\$ 205,00 a depender do números de crianças/adolescentes.

Várias foram as notícias no decorrer de 2020 sobre as tratativas do governo federal para a criação de uma nova modalidade de distribuição de renda menos complexo e que pudesse ficar no lugar do Bolsa Família. Porém as tentativas foram frustradas e o PBF continua ainda no ano de 2021.

Há uma movimentação, segundo dados do Governo Federal (2020), de incluir mais beneficiário no Programa, reajustando, contudo, os valores pagos pelo benefício. As tratativas dão conta de que um valor na casa de R\$ 200,00 de benefício e o acréscimo de pelo menos trezentas mil novas famílias.

Segundo informou o ministro da Cidadania, Onyx Lorenzoni “vamos dar garantia para as famílias. Se a pessoa se empregou e perdeu o emprego por algum motivo, pode voltar para o programa, sem entrar na fila.” (CUNHA, 2020)

Segundo dados da ACONQUIPAL (2021) são cerca de quatrocentas pessoas que tem acesso ao benefício concedido por meio do Programa Bolsa Família na comunidade do Quilombo do Pacoval. Os valores recebidos certamente fazem girar mais fortemente o comércio e a economia daquela comunidade e da cidade de Alenquer, onde as práticas comerciais dão-se mais fortemente.

Após explanarmos sobre os principais Programas contidos nos Eixos temáticos do Programa Brasil Quilombola, principalmente as que estão mais presentes no cotidiano do Quilombo do Pacoval, podemos deliberar que estas políticas públicas voltadas para as comunidades formadas por remanescentes de quilombos são uma conquista que vem sendo travada por intermédio de batalhas constantes e que, definitivamente, estão longe de terem um final positivo para essa parcela da população brasileira.

Muitas dessas políticas públicas fazem parte, assim como tantas outras, de um arcabouço normativo que ficam tão somente no mundo das ideias e são ineficazes quando se trata de pô-las em prática.

Sendo estas frutos de conquistas através da força do movimento negro brasileiro, como uma forma de ir contra o mito da democracia racial e na direção de políticas públicas de cunho reparatório. Essa concepção acaba por gerar choques de interesses de atores sociais diversos que tende, quase sempre, a buscar a garantia de seus interesses particulares.

Se por um lado os grandes latifundiários, o agronegócio e os grandes capitais nacionais e internacionais tentam, a todo custo e preço, manter em altos patamares seus ativos financeiros, por outro lado a força do sentimento de pertencimento e de auto identificação individual e coletiva também mostram suas forças, por meio dos múltiplos movimentos sociais. A força está no coletivo, definitivamente.

Com os pontos e descrições acima, encerramos esse capítulo no qual pretendeu-se demonstrar a importância dos ERN's para as populações quilombolas do Oeste do Pará, analisando-se os documentos Cartas Abertas, programações, convites, relatórios e projetos de referências destes eventos sociais realizados entre o período de 1988-2018.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante do exposto consideramos que os ERN's são, indubitavelmente, o momento e espaço de mais forte identificação coletiva, busca ancestral e deliberação acerca de políticas públicas que venham a atender diretamente as comunidades formadas por remanescentes de quilombos dos municípios de Alenquer, Óbidos, Oriximiná e Santarém, localizados na porção Oeste do estado do Pará, incrustados no coração da Amazônia.

Desde o 1º ERN's, em 1988, até a sua última edição realizada no ano de 2018, muitas foram as tratativas e deliberações que viessem a atender as vozes dos remanescentes de quilombos do Oeste do Pará. Alguns demandas foram ouvidas e prontamente atendidas, muitas outras, no entanto, jamais chegaram a avançar às fases seguintes das políticas públicas, permeando na fase da preparação.

A inserção das deliberações ocorridas nas plenárias dos ERN's nem sempre chegaram à fase da formação da agenda de ações do Governo local, regional ou federal. A formulação de alternativas para uma tomada de decisão mais acertada para atender os problemas das comunidades formadas por remanescentes de escravizados africanos do Oeste paraense, acabaram por se perder no decorrer do tempo.

Faz-se necessário mencionar, no entanto, que algumas políticas públicas chegaram à fase de implementação, como é o caso das políticas atendidas nos Eixos do Programa Brasil Quilombola do Governo Federal, mesmo apresentando várias e recorrentes falhas em sua efetiva aplicação.

Mesmo sendo debatida em todos os ERN's, a questão de titulação de terras quilombolas ainda está longe de ter o devido respeito por parte dos órgãos competentes, visto que vai de encontro ao grande capital que se espalha por toda essa porção do Brasil. E essa luta é árdua e muitas das vezes antiprodutiva. Porém é extremamente necessário que continuem, visto que a força e a persistência do povo negro é uma de suas maiores características.

Com o passar dos anos, maiores são as dificuldades e burocracias para que haja o reconhecimento, delimitação, demarcação e titulação de terras de quilombos, dada a forte política fundiária e a ganância dos capitalistas que regem a orquestra econômica do território brasileiro.

Entendemos que tais dificuldades fazem parte de uma forma de racismo institucional, estrutural e subjetivo do qual nosso Brasil jamais se livrou e está longe de ter fim tal problemática. Desta forma, como sempre debatido durante do ERN's, não tem Carta Aberta

clamando pelo fim do racismo direcionado para o povo negro, que dará conta deste mal que está no DNA do povo brasileiro.

É necessário fortalecer elos ancestrais, religiosos, culturais, sociais e políticos para que a luta antirracista que o povo negro trava, ganhe cada vez mais, corpo, força e voz e possa ir de encontro a todo esse preconceito que, de todas as formas, tenta diminuir o povo negro, especialmente os remanescentes de territórios quilombolas.

Assim, movimentos sociais de remanescentes quilombolas, como é o caso do ERN's são de extrema necessidade para que haja a aplicação real das normativas constitucionais direcionadas para essa parcela da população brasileira.

Foi por meio dos ERN's que houve um fortalecimento da auto afirmação dos comunitários e a identificação coletiva culminou com a titulação dos quilombos da região Oeste do Pará. Julga-se que foi por intermédio desses forte movimento social que deu-se o reconhecimento desses territórios. Foram muitas lutas, de certo, porém muitos espaços quilombolas foram reconhecidos e titulado no Pará.

Ao reconhecerem-se com um povo pertencente a uma só raiz foi possível buscar por políticas públicas que atendessem as necessidades latentes das populações tradicionais quilombolas localizadas no Oeste paraense.

Como antes dito, nem todas as demandas foram atendidas. E estão longe disso. No entanto acredita-se que se não fossem esses Encontros, poucos passos teriam sido dados, se forem consideradas as políticas públicas que foram implementadas, no caso específico deste estudo, na Comunidade do Quilombo do Pacoval, Alenquer/PA.

Foi por intermédio dos ERN's que hoje o Pacoval está interligado à rede elétrica e à internet, que seus ramais (mesmo com infraestrutura ainda precária) esboça uma certa melhoria, sendo tais melhorias acompanhadas de longe por uma pequena parcela de políticos que estão costumeiramente atentos ao cotidiano dessa comunidade quilombola.

O Quilombo do Pacoval conta com duas escolas, mesmo apresentando muitas deficiências operacionais, estruturais e um olhar mais colaborativo dos órgãos competentes, elas são fruto das lutas dos ERN's. E trata-se de uma batalha do cotidiano, incansável, sempre mirando o mais alto nível de acerto.

No que diz respeito à saúde, o Pacoval possui um verdadeiro elefante branco no final de uma de suas ruas: um posto de saúde que jamais teve sua obra de edificação terminada. Quando necessário, os comunitários deste quilombo tem que enfrentar a longa e esburacada estrada até a cidade de Alenquer para atendimento médico, totalizando aproximadamente 70km até esta cidade. Se o caso for mais complexo, há a necessidade de deslocamento por barco até

a cidade de Santarém, um percurso a ser enfrentado em torno de 150km do quilombo até Santarém.

Mais foi pela intervenção dos ERN's, do fortalecimento do quilombo e da ciência de seus direitos que, mesmo sendo uma obra inacabada, essa comunidade pleiteou e obteve a implantação dessas instalações em seu território. Entretanto a saúde comunitária ainda requer um olhar mais humano por parte do Governo federal ou municipal, visto que já houve um pequeno espaço considerado um posto de saúde com atendimento médico regular naquele quilombo. Há a necessidade de retomada para finalização dessa obra e oferta de médicos regulares naquele quilombo.

Os ERN's são, desde sua gênese, uma ferramenta necessária que aglutinou sentimentos de pertença, demonstrou o quão grandiosos se tornariam seus participantes quilombolas se juntassem forças e mirassem alvos específicos, já constantes em normas específicas e direcionadas para essa parcela da população nacional.

A busca por direitos adquiridos constitucionalmente, o fortalecimento dos discursos quilombolas, apontando caminhos possíveis a serem traçados em busca da implementação de políticas públicas para dentro da Comunidade do Quilombo do Pacoval, todas essas ações podem ser amplamente observadas nos debates que ocorreram em todos os ERN's.

A sensibilização, explicação e direcionamento ao que delibera o Art. 68 – ADCT, CF/88, por intermédio dos ERN's, proporcionou que território e territorialidade quilombola hoje estejam reconhecidos e titulados. Ainda existem muitos em busca dessa titulação, é claro, mas os caminhos foram abertos por intermédio desses debates sociais de campo.

A defesa de seus territórios reconhecidos e titulados também fazem parte de debates em plenária das leis que amparam seus títulos de terra. As invasões de terras teimam a acontecer em dias atuais, sim. Mas tendo e sabendo-se das leis que os amparam, tais invasões são, agora, legalmente combatidas, dentro do que regem as normativas nacionais.

A manutenção de meio ambiente e a luta para que os produtos agropecuários da Comunidade do Quilombo Pacoval estejam presentes nos programas federais como o PAA e PRONAF, mesmo com a burocracia que tais programas apresentam (necessárias, certamente), foi um fortalecimento da forma de produção e a busca por inserção econômica dos comunitários fruto da força das discursões ocorridas dentro das tantas mesas redondas, oficinas e plenárias realizadas durante as onze edições dos ERN's.

Este estudo acredita que a maior de todas as contribuições às comunidades quilombolas do Oeste do Pará e, especificamente, dentro da Comunidade do Quilombo do Pacoval, foi servir como um espelho que ajudou no reflexo que mostrou o auto reconhecimento

de cada um dos comunitários e os fortaleceu ainda mais quando estes conseguiram se identificar coletivamente. O fato da identificação coletiva ter ocorrido, muito pelas deliberações dos ERN's, acabou por tornar o Pacoval um quilombo forte, guerreiro e debatedor, conhecedor de suas potencialidades, de seus direitos e dos meios para conseguir fazer cumprir tais direitos.

Nomes como Idaliana, Chaguita, Santa Rita, Donga, Rafael, Bena, Nazita, Lygia, Dom Floriano, Cruzinha, Iza, Carmito, Buruca, Edilton, Claudinete, Douglas, Zélia, Lilian, dentre inúmeros outros, são reconhecidamente e imediatamente relacionados aos ERN's, dada sua importância e esforços emanados para que tais eventos acontecessem no passado e se estendessem até dias atuais.

Passado e futuro com as mesmas intenções, com os mesmos objetivos, direcionando para o mesmo lado suas forças, seus suores e seus pensamentos: a busca pela implementação de políticas públicas para o interior das comunidades quilombolas localizadas na região oeste do estado do Para, no coração da grandiosa Amazônia.

Toda essa energia empregada em todos os ERN's faz com que tais eventos sejam reconhecidos como de extrema importância no que dita às ações do Estado em seus territórios.

Mesmo tendo as deliberações contidas nos documentos denominados Cartas Abertas dos ERN's, tais eventos mostram-se eficientes e eficazes no que diz respeito à implementação de políticas públicas dentro, especificamente, da Comunidade do Quilombo do Pacoval, localizado no município de Alenquer/PA.

É certo que muito ainda precisa ser feito, muitas demandas estão por ser atendidas total ou parcialmente mas, assim como a força, determinação e persistência do povo formado por remanescentes de quilombos do Oeste do Pará, os Encontros Raízes Negras estão longe de ter um fim e mostra-se, cada vez mais, como o mais eficiente instrumento de fortalecimento dos elos ancestrais quilombolas de nossa região, pelo meio do qual, certamente, é mais viável a busca e implementação de políticas públicas para esses territórios afroamazônidas.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ACAÍ AMAZONAS. Quem somos. Óbidos-Pa. 2020. Disponível em: <http://www.acaiamazonas.com.br/quem-somos>. Acesso 22 Out. 2020.

AGUM, Ricardo; RISCADO, Priscila; MENEZES, Monique. **Políticas públicas: conceitos e análises em revisão**. Revista Agenda Política, Vol. 3 – n.2. Julho/dezembro, 2015

ALMEIDA, Alfredo Wagner Berno de. **Os quilombos e as novas etnias. Quilombos: identidade étnica e territorialidade**. Rio de Janeiro – RJ: Editora FGV, 2002, p. 43-81.

_____. **Terras tradicionalmente ocupadas: processos de territorialização e movimentos sociais**. Rio de Janeiro: ANPUR, p. 1-30, 2004.

ALMEIDA, Rogério Henrique et. al. **Dossiê Baixo Amazonas**. Revista Terceira Margem Amazônia. Ed. Outras Expressões. – v.3, n.11. São Paulo – SP, 2018.

ALMEIDA, Silvio Luiz de. **Racismo estrutural**. São Paulo – SP. Ed. Pólen, 2019.

ALFONSIN, Jacques Távora. **Negros e índios. Exemplos de um direito popular de desobediência, hoje refletidos nas invasões de terra**. Revista da Associação do Ju, Porto Alegre, v. 43, p. 155-155, 1990.

ALLEGRETI, Mary. **A construção social de políticas públicas. Chico Mendes e o movimento dos seringueiros**. Revista Desenvolvimento e Meio Ambiente, n. 18, p. 39-59, jul./dez. 2008. Editora UFPR.

ANDRÉ, Marli; LUDKE, Menga. **Pesquisa em educação: abordagens qualitativas**. Em Aberto, v. 5, nº 31, 1986.

ARRUDA, Jéssica. **Black Lives Matter: entenda movimento por trás da hashtag que mobiliza atos**. 03 de jun. 2020. Disponível em: <https://www.uol.com.br/universa/noticias/redacao/2020/06/03/black-lives-matter-conheca-o-movimento-fundado-por-tres-mulheres.htm>. Acesso em 04 de mai. 2021.

ARRUTI, José Maurício. **O quilombo entre dois governos**. Tempo e Presente, Rio de Janeiro, nº 330, p. 10-15, julho/agosto, 2003.

AZEVEDO, I. M. Puxirum: Memória dos Negros do Oeste Paraense. Belém: Editora IAP, 2002.

_____. *et al.* **Pousada Escola Mocambo Pauxi: Trabalho – Estudo – Lazer, sonho de uma educação com a vida – pela vida – para a vida**. Org. Siqueira, Gersonita da Costa; Azevedo, Idaliana Marinho de; Hamoy, Idanise – São Leopoldo: Sinodal, 2019.;

_____. **Encontros Raízes Negras**. Entrevista concedida a Edimar de Sant’Ana Quaresma. Óbidos, 2020 – 2021.

BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. Lisboa: Edições 70, 2002

BERNARDINO-COSTA, Joaze; GROSGOGUE, Ramón. **Decolonialidade e perspectiva negra**. Revista Sociedade e Estado – Volume 31, Número 1. Janeiro/Abril 2016.

BRASIL. Presidência da República. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicaocompilado.htm. Acesso em 12 dez. 2020.

_____. Presidência da República. Lei nº 11.947, de 16 de junho de 2009. Dispõe sobre o atendimento da alimentação escolar e do Programa Dinheiro Direto na Escola aos alunos da educação básica. Disponível em: <https://www.fnde.gov.br/index.php/legislacoes/institucional-leis/item/3345-lei-n-11947-de-16-de-junho-de-2009>. Acesso em: 07 mai. 2022

_____. Decreto nº 6.040, de 7 de fevereiro de 2007. Trata da Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais (PNPCT). Diário Oficial da União, Brasília, 8 fev. 2007. Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/2007/D6040.htm. Acesso em 12 dez. 2020.

_____. Decreto nº 4.887, de 20 de novembro de 2003. Regulamenta o procedimento para identificação, reconhecimento, delimitação, demarcação e titulação das terras ocupadas por remanescentes das comunidades dos quilombos de que trata o art. 68 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias. Diário Oficial da União, Brasília – DF, 21 nov. 2003. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/2003/D4887.htm. Acesso em 12 fev. 2021.

_____. Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. **Declaração de Aptidão ao PRONAF (DAP)**. Brasília-DF. 2021. Disponível em:

_____. Ministério da Cidadania. **Auxílio Brasil**. Brasília-DF, 2021. Disponível em: <https://www.gov.br/cidadania/pt-br/auxilio-brasil>. Acesso em 14 dez. 2021.

_____. Ministério da Justiça. Anuário Brasileiro de Segurança Pública, 2021. Disponível em: <https://forumseguranca.org.br/wp-content/uploads/2021/07/anuario-2021-completo-v4-bx.pdf>. Acesso em 25 ago. 2022.

_____. Ministério de Minas e Energia. **Programa luz para todos**. Brasília-DF. 2021. Disponível em; https://www.gov.br/mme/pt-br/canais_atendimento/ouvidoria/perguntas-frequentes/programa-luz-para-todos. Acesso e 13 dez. 2021.

_____. INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA. **Regularização de territórios quilombolas. Perguntas e respostas**. Brasília-DF. 2019. Disponível em: https://www.gov.br/incra/pt-br/assuntos/governanca-fundiaria/perguntas_respostas.pdf. Acesso em 17 set. 2021.

BECKER, Bertha K. **Revisão das políticas de ocupação da Amazônia: é possível identificar modelos para projetar cenários?** Parcerias estratégicas, v. 6, n. 12, p. 135-159, 2010.

CARVALHO, Roberta Monique Amâncio; LIMA, Gustavo Ferreira da Costa. **Comunidades quilombolas, territorialidade e a legislação no brasil: uma análise histórica**. Revista de Ciências Sociais, n. 39, Outubro de 2013, pp. 329-346.

CASTRO, Edna Ramos de. **Território, biodiversidade e saberes de populações tradicionais**. Apers do NAEA, Belém – PA, v. 01, n. 92, p. 3-16, mai. 1997. Bimestral – ISSN 15169111.

CHABENAT, Gérard. **L'aménagement fluvial et la mémoire: parcours d'un anthropologue sur le fleuve Rhône**. L'aménagement fluvial et la mémoire, 1996.

CNBB – Conferência Nacional dos Bispos do Brasil. **Campanhas da Fraternidade**. Brasília-DF. 2022. Disponível em: <https://campanhas.cnbb.org.br/campanha-da-fraternidade>. Acesso em: 26 fev. 2022.

COSTA, Roberth Luis Nogueira da; CARIPINA, Ruth Elena. **As festas de ramada no Quilombo Pacoval, Alenquer (1960-1970)**, UFOPA, 2015. 36 f. Monografia (Graduação) – Licenciatura Integrada em História e Geografia. Universidade Federal do Oeste do Pará, Santarém, 2015

CPISP – Comissão Pró Índio de São Paulo. **Sem consulta aos quilombolas, licenciamento de linhão segue no Pará**. São Paulo-SP. Disponível em: <https://cpisp.org.br/sem-consulta-aos-quilombolas-licenciamento-de-linhao-segue-no-para>. Acesso em: 13 dez. 2020.

CPISP – Comissão Pró Índio de São Paulo. **Pacoval, titulada**. São Paulo-SP. Disponível em: https://cpisp.org.br/wp-content/uploads/2017/06/T_PacovalPA1996Inca.pdf. Acesso em: 13 dez. 2021.

_____. Comissão Pró Índio de São Paulo. **Sem consulta aos quilombolas, licenciamento de linhão segue no Pará**. São Paulo-SP, 2020. Disponível em; <https://cpisp.org.br/sem-consulta-aos-quilombolas-licenciamento-de-linhao-segue-no-para>. Acesso em 28 jan 2022.

COSTA, Bartolomeu Lima da. **Territorialidade camponesa: estratégias de reprodução e organização socioespacial** / Bartolomeu Lima da Costa – Rio Branco: Edufac, 2019.

COSTA, Roberth Luis Nogueira da; CARIPINA, Ruth Elena. **As festas de ramada no Quilombo Pacoval, Alenquer (1960-1970)**, UFOPA, 2015. 36 f. Monografia (Graduação) – Licenciatura Integrada em História e Geografia. Universidade Federal do Oeste do Pará, Santarém, 2015.

CRESWELL, John W.; CLARK, Vicki L. Plano. **Pesquisa de métodos mistos**. Editora Penso. 2ª ed. – Porto Alegre –RS, 2013.

CUNHA, Jorge Roberto Wright. **Novo Bolsa Família com novo valor em fevereiro**. Belo Horizonte – MG, 2020. Disponível em: <https://www.renargestaosocietaria.com.br/novo-bolsa-familia-com-novo-valor-em-fevereiro>. Acesso em: 18 jan. 2022.

D'ADESKY, Jacques. Pluralismo étnico e Multiculturalismo: Racismos e Anti-Racismos no Brasil. **Rio de Janeiro: Pallas, 2001**.

DIAS, Darli de Souza. **Atores Sociais in Dicionário de políticas públicas**. Organizadores: Carmem Lúcia Freitas de Castro, Cynthia Rúbia Braga Gontijo, Antônio Eduardo de Noronha Amabile. Barbacena: EdUEMG, 2012.

DIAS, Reinaldo; MATOS, Fernanda. **Políticas Públicas – Princípios, Propósitos e Processos**. São Paulo: Atlas, 2012.

DOMINGUES, Petrônio. **Movimento negro brasileiro: alguns apontamentos históricos**. Tempo, Rio de Janeiro, Departamento de História-UFF, n. 23, 2007.

EVARISTO, Conceição. **Olhos d'água**. Pallas Editora, 2016.

EQUATORIAL ENERGIA. Tarifa social de baixa renda. Belém-PA. 2021. Disponível em: <https://pa.equatorialenergia.com.br/informacoes-gerais/tarifa-social-de-baixa-renda>. Acesso em 04 fev. 2022.

FIGUEIRA, Cláudia Laurido. **História de negros no baixo amazonas: Bom Jardim, estudo de caso de uma comunidade quilombola em busca da sua identidade (1996-2006)**. Revista Nupem, v. 3, n. 4, p. 137-153, 2011.

FOQS – Federação das Organizações Quilombolas de Santarém. Quem somos: Missão. Disponível em: <http://quilombolasdesantarem.blogspot.com/p/missao.html>. Acesso em 22 Mar. 2022.

FUNES, Eurípedes Antônio. **Nasci nas Matas nunca tive senhor: história e memória dos mocambos do Baixo Amazonas**. 1995. 441 f. Tese (Doutorado em História Social) – Instituto de História, Universidade de São Paulo, 1995.

_____. **Comunidades remanescentes dos mocambos do alto Trombetas**. Projeto Manejo dos Territórios Quilombolas, 2000.

GALVÃO, Éfrem Neves. **Romanceiro mcorongo ou a Quase-História de Santarém**. Santarém-Pa: Coordenadoria Municipal de Cultura, 1998

GIANEZINI, Kelly et al. **Políticas públicas: definições, processos e constructos no século XXI**. Revista de políticas públicas, v. 21, n. 2, p. 1065-1084, 2017.

GONÇALVES, Ana Cláudia. **Políticas públicas para quilombolas: a construção da cidadania na comunidade remanescente de quilombo do Baú**. 2017, 151 f. Dissertação (Mestrado acadêmico) – Universidade Federal de Juiz de Fora. Instituto de ciências humanas. Programa de Pós Graduação em História, 2017.

HAESBAERT, Rogério. **Dos múltiplos territórios à multiterritorialidade**. Porto Alegre, 2004b. Disponível em: Acesso em: 17 dez 2020.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE. **PNAD Contínua 2018: 10% da população concentram 43,1% da massa de rendimentos do país**. Disponível em: <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-sala-de-imprensa/2013-agencia-de-noticias/releases/25700-pnad-continua-2018-10-da-populacao-concentram-43-1-da-massa-de-rendimentos-do-pais>. Acesso 17 dez. 2020.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE. **População por cor e raça**. 2019. Disponível em: <https://sidra.ibge.gov.br/tabela/6403>. Acesso 17 dez. 2020.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. – IBGE. **Cidades, Alenquer, 2020**. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/cidades-e-estados/pa/alenquer.html>. Acesso em 17 dez. 2020.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE. **Síntese de indicadores sociais: em 2020, sem programas sociais, 32,1% da população do país estaria em situação de pobreza. 2020** Disponível em: <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-sala-de-imprensa/2013-agencia-de-noticias/releases/32418-sintese-de-indicadores-sociais-em>

2020-sem-programas-sociais-32-1-da-populacao-do-pais-estariam-em-situacao-de-pobreza. Acesso em: 14 jul. 2022

INSTITUTO ETHOS. **Perfil social, racial e de gênero das 500 maiores empresas do Brasil em suas ações afirmativas.** São Paulo – SP, 2016. Disponível em: https://www3.ethos.org.br/wpcontent/uploads/2016/05/Perfil_Social_Tacial_Genero_500empresas.pdf. Acesso em 17 dez. 2020.

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA – IPEA. Atlas da violência 2021. **Fórum Brasileiro de Segurança Pública.** Brasília: Rio de Janeiro: São Paulo: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada; Fórum Brasileiro de Segurança Pública. ISBN 978-85-67450-14-8. Disponível em: <https://www.ipea.gov.br/atlasviolencia/arquivos/artigos/3956-dashboard-atlas-2021.pdf>. Acesso em 26 ago. 2022.

JACOUND, Luciana. **O combate ao racismo e à desigualdade: o desafio das políticas públicas de promoção da igualdade racial.** 2008. Disponível em: http://www.clam.org.br/bibliotecadigital/uploads/publicacoes/1107_1899_Livrodesigualdadesraciais.pdf. Acesso em: 5 de jan. 2021.

LASCOUMES Pierre, LE GALÈS Patrick. **Gouverner par les instruments**, Paris, Presses de Sciences – Po, 2004. Traduzido por George Sarmento, Edufal – AL, 2012, 244 pág.

LEÃO, Andrea Simone R. et. al. **Marambiré como Patrimônio Cultural e Instrumento de Resistência do Quilombo do Pacoval/Pa.** RELACult – Revista Latino-Americana de Estudos em Cultura e Sociedade Revista, Latinoamericana de Estudios en Cultura y Sociedad, Latin American Journal of Studies in Culture and Society V. 05, ed. especial, mai., 2019, artigo nº 1517 e-ISSN: 2525-7870.

LAHERA, Eugenio. **Introduccion a las Políticas Publicas.** CEPAL, 1999.(Documento), 17 p.

LEITE, Ilka Boaventura. **Quilombos e quilombolas: cidadania ou folclorização?** Horizontes Antropológicos, Porto Alegre, ano 5, n. 10, p. 123-149, maio 1999. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0104-71831999000100123&script=sci_arttext#aff1. Acesso em 13 de dez. 2020.

LINDBLOM, Charles E. **The science of muddling through.** *Public Administration Review*, [S.l.], n. 19, p. 78-88, 1959

LITTLE, Paul. **Territórios sociais e povos tradicionais no Brasil: por uma antropologia da territorialidade.** Série Antropologia 322. Universidade de Brasília, 2002.

LOPES, Helena Theodoro, José Jorge SIQUEIRA, e Beatriz NASCIMENTO, 1987, **Negro e Cultura Negra no Brasil**, Rio de Janeiro, UNIBRADE/UNESCO.

LOWI, Theodor. **American business, public policy, case studies and political theory.** *World Politics*, [S.l.], v. 16, p. 677-715, 1964.

MALINOWISKY, Bronislaw. **Argonautas do Pacífico Ocidental.** Ubu. Editora Ltda-ME, 2018.

MULLER, Pierre; SUREL, Yves. **A análise das Políticas Públicas.** Traduzido por Agemir Bavaresco, Alceu R. Ferraro. – 2. Ed. – Peloras: Educat, 2004. 156p.

MONTEIRO, Ygor Saunier Mafra Carneiro. **Festa do Marambiré do Quilombo Pacoval (PA)**. Revista Educação e Humanidades, v. 2, n. 2, jul-dez, p. 365-393, 2021.

MOURA, Clóvis. **Quilombos: resistência ao escravismo**. São Paulo – SP. Série Princípios, Editora Ática, 3ª ed. 1993, ISBN 850801854.

MUNANGA, Kebenguele. **Origem e histórico do quilombo na África**. Revista da Universidade de São Paulo - USP, São Paulo, nº 28, p. 56-63, Dez. 1996 – Fev. 1996. DOI: <https://doi.org/10.11606/issn.2316-9036.v0i28p56-63>.

NOVAES, Luciana de Castro Nunes. **O Exu submerso uma arqueologia da religião e da diáspora no Brasil**. 1 ed. Curitiba-PR. Editora Appris, 2019.

PARÁ, Fundação Amazônia de Amparo a Estudos e Pesquisas (FAPESPA) **Estatísticas Municipais Paraenses: Mojuí dos Campos**. / Diretoria de Estatística e de Tecnologia e Gestão da Informação. – Belém, 2016. 30f.:il. Semestral, n. 1, jul. / dez.

PARÁ, Instituto de Terras do Pará – ITERPA. **Territórios quilombolas**. 2008. Disponível em: <http://portal.iterpa.pa.gov.br/quilombolas/>. Acesso em 28 de jun. 2021.

PEREIRA, Lucia Regina Brito. **Luta antirracista no Brasil começou com a chegada dos primeiros trabalhadores escravizados**. 12 de jun. de 2020. Disponível em: <https://sintrajufe.org.br/ultimas-noticias-detalle/luta-antirracista-no-brasil-comecou-com-a-chegada-dos-primeiros-trabalhadores-escravizados>. Acesso em 04 de mai. de 2021.

QUARESMA, Edimar de Sant'Ana. **Encontro raízes negras: da identificação coletiva às lutas por políticas públicas**. Trabalho de conclusão do curso (Bacharelado em Gestão Pública e Desenvolvimento Regional). Universidade Federal do Oeste do Pará – Santarém, 2019.

QUEIROZ, Wildson. **Nação Negra**. Alenquer: Edição do autor, 2011.

_____. **Contribuições para a História de Alenquer**. Alenquer: Edição do autor, 2017. p. 17-19.

REALE, Fátima Cristina Guerreiro; CAVALCANTE, Maria Madalena de Aguiar. **Hidrelétricas na Amazônia: o caso de Cachoeira Porteira, Oriximiná-PA**. Revista GeoAmazônia. Belém-PA, v.9, n.18, p.138-156. 2021.

REZENDE, Tadeu Valdir Freitas de. A conquista e a ocupação da Amazônia brasileira no período colonial: a definição das fronteiras. **2006. Tese de Doutorado. Universidade de São Paulo**.

RIBEIRO, Djamila. **O que é: lugar de fala?** Djamila Ribeiro. Belo Horizonte(MG): Letramento: Justificando, 2017.

_____. **Pequeno dicionário antirracista**. São Paulo (SP). Companhia das Letras, 2019.

RIBEIRO, Luiz Henrique Leandro. **Contribuições da geografia às políticas públicas: território usado como condicionante dos programas de fitoterapia do Sistema Único de Saúde (SUS)**. Boletim Goiano de Geografia, v. 34, n. 2, p. 381-397, 2014.

RODRIGUES, Marta M. A. **Políticas Públicas** - Coleção. Folha Explica, São Paulo: Publifolha, 2010. p. 46-53.

SAQUET, Marcos Aurélio. **Abordagens e concepções de território**. São Paulo: Expressão Popular, 2007.

SALLES, Vicente. **O Negro no Pará: sob o regime da escravidão**. 1971.

SANTOS, Milton. **O dinheiro e o território**. GEOgraphia Revista do Programa de Pós Graduação em Geografia da UFF, Niterói v, 1, n. 1, p. 7-13, mar. 1999. Quadrimestral - ISSN 15177793.

_____. **O território e o saber local: algumas categorias de análise**. Cadernos IPPUR/UFRJ/Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional da Universidade Federal do Rio de Janeiro. – ano 1, n.1 (jan./abr. 1986) – **Rio de Janeiro: UFRJ/IPPUR**, 1986.

SANTOS, Paulo Rodrigues dos. **Tupaiulândia: Santarém**. ICBS/ACN, Gráfica e Editora Tiagão, 1999

SILVA, CR de O. **Metodologia e organização do projeto de pesquisa: guia prático**. CEFET, 2004.

SOUZA, Bárbara Oliveira. **Quilombo e o direito à terra**. Revista Desafios do Desenvolvimento, 2008. Ano 5. Edição 44, IPEA.

SOUZA, Celina. **Políticas públicas: questões temáticas e de pesquisa**. Caderno CRH, v. 16, n. 39, 2003.

_____, Celina. **Políticas Públicas: uma revisão da literatura**. IN: SOCIOLOGIAS. ANO 08, N. 16, Porto Alegre, julho-dezembro de 2006, p. 20-45. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/soc/n16/a03n16.pdf>. Acesso em: 20/03/2021.

SOUZA, V. L. B.; RIBEIRO, E. S.; SOUZA ; BARROZO, V. P.; AZERÊDO, Raoni Fernandes **Alimentação escolar no quilombo pacoal: uma análise dos desafios e potencialidades do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE)**. In: Vilso Junior Chierenti Santi; Renato Dias Baptista; Celenita Glauberto Pereira Bernieri; Valquiria Cristina Martins. (Org.). Povos originários e comunidades tradicionais: trabalhos de pesquisa e de extensão universitária. 6ed.: , 2020, v. 6, p. 141-162.

TEIXEIRA, Lygia Conceição Leitão. **Marambiré: o negro no folclore paraense**. SECULT, 1989.

TRIVIÑOS, Augusto Nivaldo Silva. **Introdução à pesquisa em Ciências Sociais: a pesquisa qualitativa em educação**. Ed. Atlas. São Paulo – SP, 1987.

VEIGA, Edison. **O racismo estrutura a sociedade, diz Djamila Ribeiro**. D.W. Made for minds (Blog). Disponível em: <https://www.dw.com/pt-br/o-racismo-estrutura-a-sociedade-brasileira-est%C3%A1-em-todo-lugar-diz-djamila-ribeiro/a-55719876>. Acesso em 18 nov. 2021.

VILHENA, Edilton. **Programa Brasil Quilombola**. Entrevista concedida a Edilmar de Sant'Ana Quaresma. Alenquer - Santarém, 2021.

YASBEK, Maria Carmelita. **O programa fome zero no contexto das políticas sociais brasileiras.** São Paulo em perspectiva, v. 18, p. 104-112, 2004.

WITKOSKI, Antônio Carlos; FRAXE, Therezinha JP; PEREIRA, Henrique S.: **Comunidades ribeirinhas amazônicas: modos de vida e uso dos recursos naturais.** Reggo, 2011

